

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

LUZIA APARECIDA DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR
ZUMBI DOS PALMARES PARA A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS QUE SE
FORMARAM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
Fevereiro de 2024

LUZIA APARECIDA DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES
PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS QUE SE
FORMARAM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado,
do Programa de Pós-Graduação Educação da
Universidade Católica Dom Bosco como parte
dos requisitos para obtenção do grau de Mestre
em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Dr. José Licínio Backes



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Campo Grande
Fevereiro de 2024

**“A IMPORTANCIA DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES PARA
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS QUE SE FORMARAM NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR”**

LUZIA APARECIDA DO NASCIMENTO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Orientador e Presidente da Banca *José Licínio Backes*

Prof.ª Dr.ª Bartolina Ramalho Catanante (PROFEDUC/UEMS) Examinador Externa *B. Catanante*

Prof.ª Dr.ª Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna *Adir Casaro Nascimento*

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2024

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

N244i Nascimento, Luzia Aparecida do

A importância do cursinho pré-vestibular Zumbi dos
Palmares para a construção da identidade de mulheres
negras que se formaram na educação superior/ Luzia
Aparecida do Nascimento sob orientação do Prof. Dr.
José Licínio Backes.-- Campo Grande, MS : 2024.

104 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2024

Bibliografia: p. 99- 103

1. Mulheres negras. 2. Resistência. 3. Afirmação identitária
I.Backes, José Licínio. II. Título.

CDD: 371.822

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe, mulher negra, que foi excluída da escola quando criança sem ser alfabetizada, porém sempre viu a escola como um valor que as filhas precisavam se acessar. Hoje, em algum lugar no espaço, ela é minha estrela ancestral e vive em mim.

Ao meu pai, homem íntegro, trabalhador rural, pouco escolarizado, porém senhor de um amor sem limites e expressava esse amor com gestos e palavras. Saudades eternas de suas doces palavras que ainda reverbera em meus ouvidos. “Eu te amo minha filha, você é perfeita”.

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais, que antes mesmo que eu nascesse já lutavam pelo meu direito de frequentar a escola.

Agradeço às mulheres negras protagonistas de existências e (re)existências, especialmente as mulheres negras de Mato Grosso que caminham comigo na jornada dos encontros anuais de mulheres negras para promover debates e fortalecer as lutas por políticas afirmativas de inclusão para todas nós mulheres negras e indígenas de nosso Estado. Seguindo os passos de Tereza de Benguela, continuamos resistindo e lutando, e não só pelo direito de viver, mas também para ocupar espaços de poder, lugares outro garantidos na constituição brasileira para todos e todas.

Agradeço à Tais Paula, superintendente da Pessoa com Deficiência do Estado de Mato Grosso, minha parceira na organização dos encontros de mulheres negras, mulher negra, cadeirante, senhora de uma força ancestral que não tem cadeira de roda no mundo que a paralisa.

Quero agradecer carinhosamente a todas as conselheiras do Conselho Estadual da Igualdade Racial que, juntas, trabalhamos incansavelmente na busca de políticas afirmativas de inclusão para mulheres negras de nosso Estado.

Agradeço também ao presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso (CEPIR), Sr. Carlos Caetano, e aos companheiros de jornada no conselho. Todos os dias incansavelmente precisamos enfrentar as poderosas forças da elite racista do Estado de Mato Grosso que tudo fazem para excluir os mais vulneráveis.

Um agradecimento especial para a minha amiga, terapeuta, psicóloga, irmã, parceira Mariá Miranda Rocha que me ouvia, compreendia e cuidava da minha saúde mental com seu amor infinito, sua compreensão desmedida, serenidade e parceria nos momentos bons e ruins.

À minha nora, Pamela Rafaela Bosa do Nascimento, meu socorro em tudo, uma filha escolha do coração, com quem posso contar em todos os momentos.

Aos meus netos, por compreender as ausências da vovó, algumas vezes até no dia do aniversário ou em outras datas especiais que não podiam contar com a presença da vovó. Aos meus irmãos e à minha irmã, Marta Regina do Nascimento, pelas orações e preocupações enquanto fazíamos a viagem de Rondonópolis a Campo Grande e que em vários momentos não puderam contar com meu apoio ou presença em suas vidas, pois eu estava em meu isolamento sagrado de estudo.

Ao meu cunhado, José Luciano da Silva, pelas jantinhas gostosas que preparava

para nos esperar sempre gentil, prestativo e alegre.

Ao meu companheiro de vida, Manoel Motta, por entender meus momentos de solidão, porque estudar às vezes exige solidão e reclusão e ele, sem dúvida, foi um dos que mais sentiu minhas ausências e também pelos momentos de conversas e sugestões que possibilitaram melhorar meus estudos.

Aos meus filhos, Danilo, primogênito, e Iuri, meu filho mais novo, a vocês dois, meu amor eterno e meu agradecimento infinito pela compreensão de minhas ausências, pelo amor dedicado, pela solidariedade, pela preocupação com as viagens, enfim por existirem em minha vida. Vocês me fortalecem.

Agradeço pela memória de meus pais que de algum lugar do infinito tenho certeza estão orgulhosos de mim. Estudar era um valor infinito para minha mãe que não teve a chance de fazê-lo. Ela era nossa maior incentivadora, e meu pai meu grande admirador. Não estão fisicamente nesse momento ímpar da minha vida, mas estão em espírito e memória, pois eles vivem em mim.

Ao meu amigo, incentivador, aquele que não para nunca, foram sem dúvidas os projetos realizados juntos, as preocupações dele com os negros e negras, a luta para promover a inclusão de negros e negras no Ensino Superior que me motivaram seguir por esse caminho. Obrigada professor Dr. Paulo Alberto Vieira de Sousa. Você me inspira muito e não me deixa desistir da luta.

Ao professor Flávio Nascimento, idealizador, criador e organizador do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, pela sua coragem, dedicação e luta para inclusão de negros, negras e indígenas de Rondonópolis e Região Sul e também pela sua preocupação em incluir os mais pobres, vulneráveis, que no seu entender são descendentes de negros, ainda que não tenham essa consciência e tenham pele clara.

Às mulheres negras egressas do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, que gentilmente aceitaram o desafio de conceder um pouco de seu tempo através de entrevistas, o que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço infinitamente aos meus amigos queridos Carlos Tito e Maria José, que me acolheram em sua casa de forma sempre gentil e carinhosa, durante toda minha jornada do mestrado em Campo Grande. Sem esse apoio certamente tudo seria bem mais difícil para mim. A vocês dois, a minha gratidão e a certeza de uma amizade cada vez mais forte e verdadeira.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que possibilitou o desenvolvimento

desta pesquisa.

A todos os professores do PPG, especialmente da Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, pelas contribuições valiosas que possibilitaram meu crescimento intelectual e, certamente, me conduziram a um outro patamar na luta antirracista e por políticas afirmativas para os povos negros do meu país.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. José Licínio Backes. Certamente sem sua serenidade, paciência e compreensão, não teria concluído essa jornada. Obrigada por me conduzir a um crescimento intelectual, que me possibilita pensar fora da caixa, a fazer conexões que vão além da militância e me oportuniza experimentar caminhos outros, para pensar uma educação emancipadora e uma militância além do cotidiano de resistência, mas que jogue luz em possibilidades outras, de construção de políticas afirmativas e formas outras de combater o racismo que exclui e mata.

Finalmente, mas não menos importante, quero agradecer à minha irmã, Claudia Aparecida do Nascimento e Silva, sem a qual certamente não teria nem sequer começado essa jornada. Foram o amor e o companheirismo dela que me trouxeram até aqui. É ela quem está comigo em todos os momentos bons e ruins. É ela que chora e sorri comigo em minhas derrotas e vitórias, também é ela que segura minhas mãos e me levanta quando eu caio. Na verdade, faz o impossível para eu não cair. Mesmo sendo a irmã mais nova, é minha referência, minha confidente, meu equilíbrio. Gratidão a Deus pela sua vida em minha vida.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PPGE/UCDB	Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCE	Diretório Central Estudantil
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais
MNR	Movimento Negro de Rondonópolis
MT	Mato Grosso
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PVPs	Pré-vestibular Popular
SUS	Sistema Único de Saúde
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

NASCIMENTO, Luzia Aparecida do. *A importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a construção da identidade de mulheres negras que se formaram na Educação Superior*. Campo Grande, 2024. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A pesquisa de mestrado está vinculada à Linha de Pesquisa, Diversidade Cultural e Educação Indígena e ao Grupo de Pesquisa Educação e Diferença Cultural. A discussão teórica, baseia-se nas intelectuais negras que trazem a experiência de vida como ponto de partida para suas análises e outros autores ligados ao campo da educação étnico-racial. O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a construção e afirmação da identidade de mulheres negras egressas do mesmo e, que se formaram na educação superior. Os objetivos específicos são: identificar as expectativas das mulheres negras egressas Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares em relação ao cursinho quando ingressaram nele; identificar a percepção das cursistas em relação ao racismo que afeta majoritariamente mulheres negras; verificar a importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares no processo de formação profissional das cursistas; identificar se o cursinho influenciou na construção da consciência de pertença das mulheres negras que por ele passaram, relacionando-a com a construção de suas identidades. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com sete mulheres negras egressas do Cursinho e com o criador do Cursinho. A pesquisa mostra que a expectativa de entrar na universidade que o Cursinho gera nas mulheres, a frequência, a entrada no curso superior e a consequente formação profissional, tem contribuído significativamente para a construção positiva da identidade da mulher negra. O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é uma ação afirmativa que tem se tornado um importante espaço de luta e afirmação da mulher negra, e as mulheres negras, apesar das dificuldades impostas pela colonialidade, têm se aproximado da luta feminista negra e, dessa forma, contribuem para a desconstrução do racismo, do sexismo e do classismo que marcam a sociedade brasileira que têm oprimido, de forma mais incisiva, as mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras. Resistência. Afirmação identitária.

NASCIMENTO, Luzia Aparecida do. *The significance of the Zumbi dos Palmares Preparatory Course in shaping the identities of Black women graduates of Higher Education*. Campo Grande, 2024. 104 p. Paper (Master's) – Dom Bosco Catholic University – UCDB.

ABSTRACT

This master's research is linked to the Research Line of Cultural Diversity, and Indigenous Education, and to the Research Group on Education and Cultural Difference. The theoretical discussion is based on Black women intellectuals who use life experience as a starting point for their analyses and other authors connected to the field of ethnic-racial education. The general objective of the research is to analyze the importance of the Zumbi dos Palmares Pre-University Course for the construction and affirmation of the identity of Black women who have graduated from it and have completed higher education. The specific objectives are: to identify the expectations of Black women graduates of the Zumbi dos Palmares Pre-University Course regarding to it; to identify the perception of the course participants regarding racism that predominantly affects Black women; to verify the importance of the Zumbi dos Palmares Pre-University Course in the professional development of the participants; to identify whether the course influenced the construction of a sense of belonging for the Black women who went through it, relating it to the construction of their identities. The field research was conducted through semi-structured interviews with seven Black women graduates of the course and with the creator of the course. The research shows that the expectation of entering university that the course generates in women, attendance, entry into higher education, and subsequent professional development have significantly contributed to the positive construction of the identity of Black women. The Zumbi dos Palmares Pre-University Course is an affirmative action that has become an important space for the struggle and affirmation of Black women, and black women, despite the difficulties imposed by coloniality, have approached the Black feminist struggle and, thus, contribute to the deconstruction of racism, sexism, and classism that mark Brazilian society, which has more incisively oppressed Black women.

KEYWORDS: Black women. Resistance. Identity affirmation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 RACISMO, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA	17
1.1 RACISMO, UMA “CHAGA DA HUMANIDADE QUE EXCLUI E MATA: A RESISTÊNCIA NEGRA.....	17
1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA.....	25
1.3 O CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DO PALMARES.....	37
2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES	45
2.1 O ENCONTRO COM AS MULHERES NEGRAS	46
2.2 EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CURSINHO ZUMBI DOS PALMARES E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES	53
2.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CURSINHO	61
2.4 O CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES: EFEITOS QUE VÃO ALÉM DA LÓGICA INDIVIDUAL.....	68
2.5 A CONTRIBUIÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES PARA A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHER NEGRA.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Produzir essa pesquisa demandou grande esforço. Posso dizer que experimentei momentos prazerosos e momentos de angústia e até de indignação. Por vezes me emocionei também. Kilomba (2019, p. 28) diz que “escrever é um ato político e, um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se o/a escritora/escritor, validado e legitimado e, ao reinventar a si mesmo nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou que se quer fora nomeado”.

Talvez por isso escrevo por vezes profundamente emocionada, porque esse ato político exige decisões, escolhas. Descolonizar exige recomeço, reinvenção e desconstrução de saberes fixados, impregnados, colados e, muitas vezes, é preciso desaprender para reaprender, confrontar saberes aprendidos na militância e na trajetória de vida com saberes colonizados e enraizados em nós há tanto tempo que se tornaram verdades, verdades que precisam ser desconstruídas.

Gonzáles (1984, p. 225) afirma que “o empreendimento coletivo na busca de reconhecimento tem como nexos prioritários tirar das sobras, das brechas das franjas em torno dos ‘discursos legítimos’ o pensamento da mulher negra e colocá-lo no centro do debate”. Para Candau (2016, p. 71), as brechas¹ ou gretas “tem suas bases vividas no decolonial [...] se transformam no lugar e no espaço a partir do qual a ação, militância, resistência insurgem e transgressão são impulsionadas”. Por isso, escrever nossa história de vida, mencionar obras e

¹ As brechas são o “lugar da assembleia, um lugar ‘outro’ que convida, que reúne e convida a um lugar de desaprendizagem e reaprendizagem ‘com’, ‘em’ e através de uma pedagogia política-prática baseada na relação” (Candau, 2016, p. 73).

escritos de mulheres negras são formas de insurgências, de transgressão. Sant’Anna (2004, p. 7) alerta para o fato de que

[...] o movimento de mulheres negras tem que cumprir três tarefas nucleares, uma delas é atentar para importância de escrevermos a nossa história de vida e, por isso mencionar as obras de escritoras negras e recordar momentos de organização política das mulheres negras brasileiras.

Encorajada pelas posições firmes de Gonzáles (1984) e Sant’Anna (2004), assumo a responsabilidade de escrever e dialogar com essas mulheres negras incríveis que são referências para mulheres negras iniciantes. Em meus escritos, busco colocar-me no centro das leituras realizadas, descobrindo-me enquanto mulher negra retinta, lançada na resistência, pois, antes mesmo de compreender todo esse processo de exclusão, racismo e sexismo a que somos submetidas, carrego em mim as marcas da negritude. Duplamente estigmatizada, sendo mulher e negra.

Corrêa (2011, p. 21) afirma que “é relevante clamar pelo status que rege a menina mulher negra. Não basta verter o olhar apenas na questão étnico-racial sem ao menos entender que sob esse status coexiste a relação de gênero implicada no contexto que busca elucidar”. Neste sentido, entendo que fui e continuo sendo afetada pelo racismo e pelo sexismo, pois, conforme Corrêa (2011), esses dois coexistem.

Ainda na adolescência termino o Ensino Fundamental. Tempos depois concluo o Ensino Médio já no mundo do trabalho, como é comum na vida de meninas negras. Talvez, por isso me identifico tanto com Lélia Gonzáles. Lendo sua biografia, pareceu-me que eu fazia um passeio triste pela minha adolescência.

No meu mundo do trabalho e no de Lélia e de tantas outras meninas negras, a opção que nos sobra é a de empregada doméstica e, algumas das egressas do Cursinho Pré-vestibular que entrevistei para minha pesquisa, também percorreram esse caminho de trabalhos domésticos.

Já aos 12 anos trabalhava e dormia no emprego. A folga que tinha era aos domingos na parte da tarde. Certamente não conseguia conciliar o trabalho com os estudos. No mundo dos excluídos, a necessidade de alimentar a família sempre vai falar mais alto e precisamos fazer escolhas. Na escolha, o trabalho se impõe porque, entre comer e estudar, o estômago falará mais forte. Mas nunca desisti de estudar e, como bem diz Candau (2016), entre uma brecha e outra, eu ia fazendo o Ensino Médio. Aos 16 anos, cursando o Ensino Médio, entro em uma sala de aula pela primeira vez como professora da Educação Infantil e, 42 anos depois, continuo

estudando, ampliando meus conhecimentos.

Em 1995, concluo o curso de Pedagogia, faço uma Especialização em Psicopedagogia e novamente precisei parar de estudar. Desta vez pensava ser definitivo, não voltaria mais para a academia. Mas aí aprendi que definitivo é só enquanto dura e, quase três décadas depois, aqui estou eu, terminando o mestrado. É importante registrar que, nesses quase trinta anos que fiquei ausente da academia, militava no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras à medida que conseguia, pois tinha uma sobrecarga de trabalho. Para nós mulheres negras, além da sobrecarga de trabalho, também é necessário ampliar as horas dedicadas à solidariedade e aos vínculos comunitários, aos conselhos de direitos, aos movimentos negros e aos movimentos de mulheres.

A sobrecarga de trabalho para mulheres negras é uma violência que vem desde os tempos de escravização de pessoas negras. Para justificar essa violência da sobrecarga imputada às mulheres negras, cria-se o mito da supermulher de pele escura que “é uma forma de aprisionar mulheres negras numa imagem idealizada que não nos permite manifestar as profundas feridas do racismo” (Kilomba, 2019, p. 192).

E mesmo com sobrecarga de trabalho, em 2021 decido que é hora de reencontrar a academia. Meu reencontro com a academia foi na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), onde encontrei um programa e uma linha de pesquisa do meu interesse, que é a linha da Diversidade Cultural e Educação Indígena. Dediquei-me então a pesquisar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares que, como descreverei no próximo capítulo, é uma política pública existente no Município de Rondonópolis e que vem contribuindo para a entrada de pessoas negras e brancas pobres no Ensino Superior desde 2006.

Essa pesquisa justifica-se porque entendo que a escola, instituição privilegiada para a construção da identidade e da cidadania, precisa se posicionar efetivamente contra o preconceito racial impregnado na estrutura da sociedade. Ao analisar os diversos dados de pesquisas realizadas a respeito do racismo, seja estrutural, seja individual ou institucional, observa-se o quão grande é a necessidade de se debater e se posicionar sobre a situação.

Acredito que a escola precisa destinar um espaço específico para a valorização da diversidade étnico-racial. E, caso não tenha ainda, é preciso criá-lo urgentemente para intervir positivamente e, quiçá, mudar a realidade vigente: “A instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (Gomes, 2002, p. 40).

Gomes (2002) entende que o grande desafio da escola contemporânea é garantir o

ingresso, a permanência e o aprendizado dos alunos excluídos, impulsionando e colaborando para que deem continuidade nos seus estudos, independente de credo, cor, raça, orientação sexual ou origem social. E se a escola é o espaço de compartilhamentos de valores, crenças hábitos e preconceitos, ela também deverá ser o local para combater essas violências e construir uma educação outra onde todos possam ter os mesmos direitos. Portanto, urge um novo porvir da escola, direcionando ações que possam promover políticas de inclusão de grupos vulneráveis e excluídos do universo escolar, contribuindo com a comunidade escolar e possibilitando uma conjugação de saberes, fazendo da escola um espaço plural e diverso.

Neste sentido, analisar a contribuição do Cursinho na vida de mulheres negras que o frequentaram e obtiveram sucesso, não só no Vestibular/Enem, mas também no mundo do trabalho, faz-se necessário. Para que isso seja possível, tenho como objetivo geral: Analisar a importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a construção e afirmação da identidade de mulheres negras egressas do mesmo e que se formaram na Educação Superior. E como objetivos específicos, tenho os seguintes: a) identificar a percepção das cursistas em relação ao racismo que afeta majoritariamente mulheres negras; b) identificar as expectativas das mulheres negras ao ingressarem no Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares em relação ao mesmo; c) verificar a importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares no processo de formação profissional das cursistas; d) identificar se o cursinho influenciou na construção da consciência de pertença das mulheres negras que por ele passaram, relacionando-a com a construção de suas identidades.

Para dar conta desses objetivos, entrevistei 7 mulheres negras egressas do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares que cursaram o Ensino Superior. Também entrevistei o criador do Cursinho, Flávio Nascimento. Como instrumento de pesquisa, utilizei as entrevistas, que já são amplamente legitimadas nas pesquisas em educação. Entendo com Bogdan e Biklen (1994, p. 136) que “as boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes”. Elas foram adequadas para produzir os dados necessários para responder aos objetivos da pesquisa. A maioria das entrevistas foi feita pelo Google Meet, sendo posteriormente transcritas, categorizadas e analisadas qualitativamente em conformidade com as discussões teóricas em torno das discussões étnico-raciais, com destaque para teóricas do feminismo negro.

O feminismo negro efetivamente dá conta de analisar os processos de inferiorização e desqualificação pelo qual passam sistematicamente as mulheres negras. Ele dá conta também de mostrar a luta e a resistência das mulheres negras para superarem a tríplice opressão (raça, classe e gênero). Ao

mostrar que essas categorias se interseccionam, possibilita-se uma análise crítica radical e decolonial (Santos, 2022, p. 14).

A dissertação foi organizada em dois capítulos. No capítulo 1, **Racismo, resistência e construção da identidade da mulher negra**, trago inicialmente alguns aspectos históricos e culturais do racismo, bem como a resistência e luta do povo negro para combatê-lo, com destaque para as mulheres negras. Em seguida, apresento uma reflexão teórica sobre o processo de construção da identidade da mulher negra. Por último, contextualizo o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares.

No Capítulo 1, **A construção da identidade da mulher negra no contexto do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares**, analiso a pesquisa efetuada. Início apresentando as mulheres negras que participaram da pesquisa. Em seguida, trago as expectativas das egressas em relação ao Cursinho e como essas contribuíram na construção da identidade. No terceiro momento, destaco o processo de formação profissional e a construção das identidades destas mulheres a partir da influência do Cursinho. No quarto momento, mostro que os efeitos do Cursinho vão além da lógica individual. Por fim, de forma mais específica elaboro as contribuições do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a afirmação da identidade de mulheres negras. Nas considerações finais, destaco os principais resultados da pesquisa.

Espero que a pesquisa sirva de inspiração para a continuação da luta e da resistência de mulheres negras pela erradicação do racismo em todos os espaços e que cada vez mais possamos viver fora da lógica da colonialidade, construindo nossas identidades de forma positiva.

1 RACISMO, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Nesse capítulo, trazemos as questões teóricas que embasam nossa pesquisa. Entendemos que a história do povo negro é marcada pelo racismo, mas também pela resistência. No caso das mulheres negras, esse racismo articula-se com o sexismo e o machismo. Essa realidade vai forjando o processo de construção da identidade da mulher negra. As mulheres negras lutam continuamente contra o racismo e pela afirmação de sua identidade negra fora dos estereótipos inventados pela branquitude e pelo sexismo.

1.1 RACISMO, UMA “CHAGA DA HUMANIDADE QUE EXCLUI E MATA: A RESISTÊNCIA NEGRA

É muito importante compreender o processo de resistência das mulheres negras contra o racismo que persiste no século XXI. Essas mulheres continuam ocupando a base da pirâmide social e econômica do país, após mais de 130 anos do fim do escravismo das negras e negros no Brasil. Para Ribeiro (2019, p. 42), “as mulheres negras estão em uma situação em que as possibilidades são menores materialmente”.

Estamos falando de uma população sequestrada de seu mundo, seu país, sua família, sua vida, sua história, sua cultura, para viver em um mundo outro, totalmente desconhecido e sem chance de retorno a pátria mãe para viverem sob torturas, aprisionadas, tratadas como seres

que não tinham alma, não tinham inteligência, nem sentimentos, seres humanos despidos de suas humanidades, enfim um real genocídio de negras e negros. “Da escravidão, no início do período colonial até os dias que correm, a população negra e mulatos têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso” (Fernandes, 1972, p. 19). Com o fim da escravização dos negros e negras, essas pessoas foram abandonadas à própria sorte pelas ruas das cidades sem direitos básicos como saúde, alimentação, moradia, nem mesmo água potável.

Substituídos por colonos brancos trazidos da Europa em um contexto bem diferente, os negros já não tinham nenhuma serventia segundo a lógica da sociedade capitalista, branca e elitista. Tornaram-se estorvos que precisavam ser eliminados, pois a presença deles nas ruas e vielas incomodava quem dominava o cenário produtivo no Brasil.

Segundo alguns autores, entre eles Nascimento (2016), sempre houve um projeto de extermínio dessa população pelo Estado brasileiro. Um projeto com várias frentes, que incluía matar e/ou deixar morrer:

A partir da perspectiva racial, o Estado passaria não somente a selecionar quem pode viver e quem pode morrer, como também viria a atuar diretamente no exercício de “fazer viver e deixar morrer”, indicando quem ou quais grupos devem ser exterminados, onde toda e qualquer ação estatal em direção ao colonizado se traduziria em políticas de morte (Costa; Martins; Silva, 2020, p. 8).

O poeta, escritor e ativista negro Abdias Nascimento, um dos mais eloquentes pesquisadores da história da população negra brasileira pós-escravidão, em seu livro *O genocídio do negro brasileiro*, cita falas de autoridades e escritores brasileiros e estrangeiros que tratam desta questão que demonstram, que o genocídio da população negra era intencional e planejado. Vejamos, por exemplo, o escritor José Veríssimo (*apud* Nascimento, 2016, p. 84), que escreve:

Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raça é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer.

Artur de Gobineau, nascido em 1816 e falecido em 1882, foi um influente diplomata e escritor francês. Ele previu que em dois séculos a raça negra desapareceria por inteiro. Tanto Gobineau quanto Veríssimo e o próprio Joaquim Nabuco, entre outras personalidades brasileiras e internacionais, acreditavam na teoria do embranquecimento segundo a qual em pouco tempo a população negra desapareceria.

O escritor Silvio Romero (*apud* Nascimento, 2016, p. 87) tinha uma tese que afirmava que “a vitória na luta pela vida, pertencerá, no porvir, ao branco”. Reafirmando essa fala sobre o projeto de extermínio da população negra, nos anos 1930 o político e historiador João Pandiá Calógeras (*apud* Nascimento, 2016, p. 86) declarou:

A mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca em que a herança de Cam se dissolve. Roosevelt tinha observado com exatidão que o futuro nos reserva uma grande alegria: a feliz solução de um problema inçado de tremendo, mortais, problemas – os problemas de um conflito entre as duas raças.

Essa política de morte citada por Abdias Nascimento nos anos 1930 é praticada de alguma forma ainda no contexto atual. Mbembe (2016, p. 128), referindo-se ao biopoder, assevera que “existe uma divisão visível dos que possuem direito à vida, daqueles que têm direito a ter direitos, enquanto se apartam os que não devem gozar dessa possibilidade, e para além disso, devem ser excluídos, mortos”. Portanto, para alguns há uma política de morte, pois é lhes negado o direito de viver, o que Mbembe (2016, p. 146) chama de necropolítica caracterizada pelas

[...] várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse de destruição máxíma de pessoas e de criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos vivos”.

Mbembe (2016) traz diferentes termos como necropolítica, biopoder, necroeducação, que indicam o mesmo caminho: a morte de grupos humanos. No caso brasileiro, ela se dá no sistema educacional: é a necroeducação, efetuada pela inexistência ou ineficácia das políticas públicas direcionadas à população negra. Segundo Costa, Martins e Silva (2020, p. 8), “não é um mero acaso, mas faz parte da estratégia das políticas de morte utilizadas no genocídio do negro brasileiro”.

Outra frente de extermínio da população negra é a teoria do branqueamento² da raça, que nada mais é do que uma estratégia de genocídio através do processo de miscigenação “fundamentado na exploração sexual da mulher negra, erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio” (Nascimento, 2016, p. 84). O projeto de extermínio da população negra foi e é uma realidade muito presente, que mata mais pessoas nas favelas e subúrbios do Brasil do

² Para Nascimento (2016), essa política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra.

que em muitas guerras.

Olhando os dados do mapa da violência, veremos que as pessoas assassinadas são majoritariamente negras. Neste sentido, Mbembe (2016, p. 18) “sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política de morte [...] com efeito em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder: este velho direito de matar”.

Mbembe (2016, p.18) afirma ainda que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado”.³ É notório que essa função assassina do Estado pesa seu braço sobre a população negra. Conforme Mbembe (2016, p. 5), “a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer e por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”.

E quando o Estado negligencia a segurança e a proteção daqueles que entende que não têm direito à vida, ele permite o surgimento de milícias e justiceiros, especialmente nas grandes metrópolis que recorrem a violência, julgam e matam pessoas nas periferias e favelas do Brasil, onde estão concentrados os mais pobres que são também os negros e negras. Vêm sendo recorrentes os relatos de pessoas das favelas, conforme podemos ver e ouvir nos telejornais e nas mídias sociais, que policiais entregam jovens negros nas mãos da milícia ou de traficantes para, conforme palavras de policiais, “aplicarem um corretivo”.

Bem sabemos onde termina esse corretivo. Ele termina na vala comum sem que o Estado imprima formas de punição aos policiais e/ou uma investigação séria dos assassinos e mandantes desses assassinatos de jovens negros. Não há interesse, pois os que morrem são ilustres desconhecidos, pretos e favelados, que segundo a lógica colonial não tem direito à vida em função do racismo historicamente construído. Fanon (2008, p. 82) diz que “o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade”.

Essas sábias palavras de Fanon (2008) têm sido rigorosamente uma fonte de inspiração para as lutas e resistência de negros e negras pelo direito de viver, tanto que o projeto vil do colonizador não tem conseguido o sucesso esperado. A cada ano vemos as estatísticas pontuando o crescimento da população negra que tem resistido e forjado espaços de existência, na contramão do planejado pela branquitude. Entendemos a branquitude “como uma

³ Entendendo o Estado como configurador da exclusão social, visto que os equipamentos públicos estão situados distantes da parcela da população que necessita de acesso básico, sendo saúde e educação as principais delas, ou ainda quando o acesso se dá de forma precária, marcada por problemas de ordem diversa.

guardiã silenciosa de privilégios” (Bento, 2003, p. 15) dos brancos. Por meio dela, responsabilizam-se os negros pelas mazelas que sofrem e eximem-se os brancos pelas injustiças históricas que praticaram e continuam praticando contra negros e negras.

Diante da nova realidade do aumento da população negra não só no Brasil como também no mundo, torna-se crucial que as autoridades reformulem políticas e concepções para atender às demandas dessa população que cresce e precisa de espaços para viver e prosperar. Nessa perspectiva da necessidade de reformulação de políticas públicas de inclusão da população negra, acompanhamos a aprovação da reformulação da Lei de Cotas no Ensino Federal pelo Senado, que traz algumas mudanças, entre elas estando a inclusão dos quilombolas entre os beneficiários da reserva de vagas em instituições federais de Educação Superior e do Ensino Médio e Técnico. A lei contempla ainda estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

É sabido por todos que a implantação, a implementação e a reformulação da legislação só aconteceram e acontecerão mediante a luta dos movimentos negros. Neste sentido, as mulheres negras vêm se organizando, construindo pautas positivas para que a inclusão seja de fato uma realidade em nosso país. Alves (2015, s.p.) escreve que “a discriminação racial na vida das mulheres negras é constante; apesar disso, muitas constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática”.

Nessa construção de estratégias para a superação das dificuldades decorrentes do racismo que afeta mulheres negras no Brasil, as mulheres negras estão acostumadas a trabalhar nas brechas. Para Candau (2016, p. 69), “as brechas, são as consequências, em grande medida, da resistência e insurgência, dos movimentos sociais”. Nessa insurgência e diante da urgência e emergência de discutir políticas públicas efetivas direcionadas para esse público, em especial, para as mulheres negras, o movimento negro tem sido protagonista, inclusive para contar a história na perspectiva decolonial.

Quando não se conhece ou se conhece de forma colonial a história da população negra brasileira e seus efeitos perversos, especialmente para mulheres negras que sofrem a dupla violência, machismo e sexismo, fica difícil compreender as razões pelas quais nós chegamos à contemporaneidade em uma situação de tamanha vulnerabilidade. É importante ressaltar que o projeto racista sempre encontrou resistência, nunca foi pacífico, nunca houve passividade por parte da população negra, nem das mulheres negras. Essas relações sempre foram permeadas por tensões, conflitos, embates políticos, sociais, culturais e econômicos. A população negra também quer ocupar espaços de poder, adentrar o Ensino Superior, ocupar postos de trabalho que não sejam na subalternidade, enfim quer a garantia dos direitos previstos

na Constituição Federal. Seguimos lutando para garantir que o projeto de extermínio da população negra brasileira nunca se torne uma realidade.

Podemos observar alguns dados que trazem um pouco da realidade da população negra em nosso país. É graças a essa luta que, diferentemente do pretendido pela branquitude, a população negra têm aumentado no Brasil e conquistado mais espaço na sociedade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2016, enquanto a população brasileira cresceu 3,4%, chegando a 205,5 milhões, o número dos que se declaravam brancos teve uma redução de 1,8%, já o número de pardos cresceu 6,6% e o de pretos cresceu 14,9%. A pesquisa mostra que entre 2012 e 2016 a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2% enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%.

Também graças à luta do Movimento Negro, a partir dos anos 2000 o Brasil reformulou algumas políticas e concepções raciais de maneira a incluir a população negra, demonstrando a força do movimento negro para impactar a política nacional. O país vem se tornando cada vez mais um país de pretos e pardos e com avanços que traz a esperança de dias melhores para a população negra. Tolentino (2023, p. 162) destaca que não podemos deixar de reconhecer que

[...] a expansão do ensino superior e das cotas, ações de combate a injustiça racial, implementada no Brasil a partir de 2003. Elas têm sido fundamentais para recentes mudanças nas configurações de cor, raça e classe do meio acadêmico e, conseqüentemente, para melhoria das condições de vida dos negros que conseguem alcançar esses espaços, o que ficou nítido nas eleições de 2020.

Ainda estamos longe de alcançar uma igualdade de direitos. Nossa representatividade nos postos de poder e de decisão ainda é pouco significativa, porém o movimento negro tem sido incansável na resistência e para além da resistência tem avançado em pautas positivas que promovem a inclusão de pessoas negras.

Certamente não é sem tensão. Temos momentos de conquistas, momentos de perdas de direitos, mas caminhando para frente, sem ilusões, cientes de que a perda é uma possibilidade real, como presenciamos durante o governo Bolsonaro, que desmontou políticas públicas ou as ignorou, prejudicando a população negra. E reafirmamos: isso é permeado por tensões permanentes, não é fácil nem pacífico para a branquitude abrir mão de seus privilégios e aceitar a igualdade de negras e negros.

A convivência com negros e negras, mesmo pós abolição e na contemporaneidade

sempre foi “tolerada”. Skliar (2003, p. 131) diz que tolerar significa “tolerar o que é outro, tolerar a diversidade, tolerar a diferença; fazer da tolerância um princípio indesculpável, uma fonte de conhecimento, um lugar de comunicação”, que no fundo revela a pretensa superioridade dos brancos, muitos toleram até certo ponto, mas não têm escrúpulos de se tornarem intolerantes, se virem seus privilégios ameaçados.

Essa é a realidade da convivência entre negros e brancos. Skliar (2003, p. 132) afirma: “a intolerância, uma essência da vida moderna, se esconde sob a máscara da tolerância”. Bauman (1996, p. 82) diz que essa questão pode ser assim expressa: “você é detestável, mas eu, sendo generoso, vou permitir que continue vivendo”, desde que não questione meus privilégios.

Em relação à população negra no Brasil, é exatamente desse jeito. Ao analisar as lutas da população negra, a sensação é a de que só temos direito à vida enquanto não questionarmos os privilégios da branquitude. As vidas negras estão sempre em risco, estão sempre por um fio. Bauman (1996, p. 82) assevera:

A tolerância não inclui a aceitação do valor do outro; pelo contrário, é uma vez mais, talvez de maneira mais sutil e subterrânea, a forma de reafirmar a inferioridade do outro e serve de anti-sala para a intenção de acabar com sua especificidade, junto ao convite ao outro para cooperar na consumação do inevitável. A tão aclamada humanidade dos sistemas políticos tolerantes não vai além de consentir a demora do conflito final.

Em relação ao racismo em todo esse jogo de poder que age de forma dissimulada, perversa, o que mais impressiona é o fato de sermos convidados a cooperar na sua eliminação, dobrando-nos à branquitude.

Todo esse processo de intolerância travestida de tolerância é sempre “uma política imbuída em minar qualquer chance de ascensão por parte de pretos e pobres” (Tolentino, 2023, p. 163). Ainda segundo Tolentino (2023, p. 163), “em um país racista como o Brasil, é de se esperar que as ações que objetivam diminuir as desigualdades sociorraciais encontrassem forte oposição entre os grupos mais conservadores e as elites dominantes”, ou seja, não se toleram ações que levem à diminuição das desigualdades.

Basta olhar os ataques feitos recentemente pelo próprio ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e sua trupe às políticas de ações afirmativas. Em sua fala carregada de preconceitos e racismo, ele afirma que é preciso acabar com o coitadismo, políticas públicas não são uma forma de reparação mas, sim, um coitadismo que predomina entre homossexuais, negros, mulheres e nordestinos. Este senhor acreditava que não é preciso políticas públicas para

esses grupos. Diante do seu racismo e da sua ignorância, não foi capaz de compreender que a existência do racismo contra negras e negros no Brasil é hoje reconhecida como um fato. Jaccoud (2008) também afirma ser difícil negar os grandes diferenciais raciais observados em quase todos os campos da vida cotidiana.

Conforme já relatado em outros momentos, Jaccoud (2008) afirma que as desigualdades raciais no Brasil são influenciadas de maneira determinante pela prática passada e presente da discriminação racial e essas afirmações são resultado de estudos e pesquisas, mas nada disso foi suficiente para evitar que o governo Bolsonaro, desde sua campanha à Presidência, afirmasse que extingiria as ações afirmativas instituídas no Brasil e, assim, o fez. Quando eleito, atacou e precarizou as políticas afirmativas em nosso país. De fato, houve um desmonte real dessas políticas, exigindo de nós muita resistência, lutas e embates nas ruas.

Toda essa realidade tem nos ensinado muito. Estamos aprendendo a nos fortalecer em movimento, experimentando calorosos debates de ideias que têm ajudado a população negra compreender que é preciso estar sempre em defesa de nossos interesses e que os interesses da população negra nada ou pouco têm a ver com os interesses da branquitude brasileira. Um dos grandes feitos dos últimos anos foram as duras eleições de 2022 que exigiu da população um trabalho sério e organizado. Mas afirmamos o nosso interesse em eleger um presidente mais identificado com as pautas sociais, com a luta antirracista, com a classe trabalhadora, um presidente mais progressista e mais inclusivo, que tem um olhar mais sensível e voltado para as populações marginalizadas, num caminho inverso ao governo anterior.

O novo governo, velho conhecido, foi eleito com apoio e o trabalho intenso dos negros e negras, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Agora são novos tempos, são novas perspectivas e a expectativa é que consigamos nos organizar cada vez mais em busca da equidade para a população negra deste país. Jaccoud (2008) diz que as diferenças entre negros e brancos não são imutáveis. Por isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu terceiro mandato tendo como prioridade a participação social e anuncia Programas Federais de Ações Afirmativas para promover direitos e equiparações de oportunidades voltadas a população negra

Gomes (2020, p. 130) afirma que “a organização dos negros e das negras da atualidade é capaz de suscitar um tipo de subjetividade desestabilizadora que desvie do conformismo perante o racismo para a subversão, superação do mesmo e para a construção de políticas radicais de igualdade racial”. Tenho a sensação de que é exatamente isso que estamos fazendo, desestabilizando subjetividades e demonstrando nosso inconformismo diante do racismo e da exclusão de negras e negros.

Essa organização de movimentos negros nos fortalece enquanto indivíduos e enquanto grupos, e isso nos possibilita construir políticas afirmativas a partir de nossos esforços, experiências como as que relatarei mais adiante e que fazem diferença na vida de pessoas e também em nossas vidas.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Estabelecer uma compreensão de identidade sabendo que ela “é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente e inacabada” (Silva, 2009, p. 97), mas que ainda assim nos possibilite o entendimento da importância desta para a construção de quem somos e de quem vamos nos tornando enquanto mulher negra durante nossa jornada de militantes, de ser social em permanente mudança e transformação, é muito importante para a nossa pesquisa. Para Silva (2009, p. 82), “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir”.

Essa operação de incluir e excluir possivelmente foi uma dinâmica experimentada no Cursinho, uma vez que, conforme veremos no próximo capítulo, há relatos de algumas entrevistadas dizendo que aprenderam sobre a história da população negra como nunca tinham aprendido antes. Elas experimentaram novos conhecimentos ao mesmo tempo que excluíram outros, porque novos aprendizados às vezes trazem consigo a necessidade de desconstrução de outros, especialmente para nós mulheres negras, povos colonizados que aprendemos a história dos povos africanos e a nossa história de afro-brasileiros de forma estereotipada, que nos fazia negar nossa negritude, nos fazia sentir vergonha de nossos ancestrais e de nossa história recheada de belezas e riquezas que não nos contaram.

Estive recentemente em uma missão acadêmica em Moçambique e fiquei muito impressionada e encantada com tantas coisas que lá vi. Claro que vi pobreza como no Brasil, claro que ouvi falar de violência doméstica, de casamentos precoces, mas ninguém nos contou que eles têm muitas riquezas que vão além da belíssima fauna, flora e das riquezas arqueológicas que lá existem, até por ser o continente mais antigo do mundo. A grande mídia não conta que lá existem cidades muito desenvolvidas, universidades excelentes, não nos contaram que os professores universitários são políglotas, falam no mínimo três línguas com fluência e que a grande maioria é formada por doutores. Não nos contaram também dos projetos que as universidades desenvolvem em parceria com as comunidades e as escolas de Educação Básica e dos projetos contra a violência doméstica que realizam e nem da riqueza cultural existente.

Candau (2009, p. 167) alerta para o fato de que “a reflexão sobre o verdadeiro significado das diferentes culturas das raças ou etnias é uma das importantes lacunas que ainda existe”. Historicamente enquanto povos colonizados fomos educados com uma história única. Como lembra Adichie (2019, p. 27), “a história única rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes e não como somos parecidos”.

Gomes (2002, p. 39) assevera que “as identidades negras, estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal”. Considero valioso refletir sobre a identidade e, de forma especial, sobre a identidade de mulheres negras tão violentadas historicamente. Em muitos momentos, nem mesmo sabíamos qual era nossa identidade ou mesmo se tínhamos identidade. Faço-o em consonância com Gomes (2002), quando se refere à identidade negra, vendo-a articulada entre o passado e o presente.

Nossa ancestralidade fala em nós e conta-nos uma história de quem somos, de onde viemos e quem éramos. Essa história foi silenciada pela história única, a história do colonizador, que como diz Adichie (2019): rouba nossa história, nossa dignidade e nossa humanidade. Essa história única muitas vezes é repetida nas escolas: “o ensino e aprendizagem que ocorre nas salas de aulas representa uma das maneiras de construir significados, reforçar e conformar interesses sociais, formas de poder, de experiência, que tem sempre um significado cultural e político” (Candau, 2000, p. 166).

Quando pensamos a identidade negra, lembramos dos significados construídos pelo nosso passado ancestral que ainda fala em nós no presente. Também lembramos dos significados estereotipados. Lembramos, sobretudo, dos significados produzidos na luta para recuperar nossa história e afirmar nossa identidade.

Lembro-me também que nós mulheres passamos por uma educação que, frequentemente, reforça e conforma interesses sociais que têm um significado cultural e político. Por outro lado, também somos mulheres que experimentaram uma educação outra, através do Movimento Negro, que não só constrói, como dissemina saberes outros, construídos coletivamente e que revela a história nossa que sobrevive, apesar das políticas de morte existentes no Brasil com o propósito de nos exterminar.

E esses conhecimentos construídos pelo Movimento Negro, que não são neutros, também estão carregados de significado cultural e político. Gomes (2002, p. 39) afirma que “a identidade é uma construção social, histórica e cultural, trazendo em si diálogos e conflitos”. Como veremos no capítulo 2, o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é uma rica fonte

de diálogo, conflito e influência no processo de construção das identidades das mulheres negras que por ele passaram, inclusive pelo fato dessas mulheres terem experimentado diferentes saberes, os saberes hegemônicos e os saberes construídos pela luta do Movimento Negro.

Por meio das entrevistas, percebemos em algumas falas até um certo saudosismo dos primeiros anos do Cursinho, iniciado em 2006. No seu início, havia trabalhos recreativos, informativos e formativos nos finais de semanas. Os chamados “Domingos negros” eram momentos de encontros, debates, palestras, oficinas, atividades recreativas, rodas de conversas e mesas redondas. Eles faziam parte das atividades extraclasse dos cursistas. Além disso, os professores eram todos negros/negras que, conforme os relatos, ensinavam pelo exemplo. As aulas aconteciam aos sábados e os professores eram voluntários.

Também há relatos que a partir de 2010, quando a Prefeitura assume o Cursinho, essas atividades deixaram de acontecer e os professores passam a ser escolhidos por um processo seletivo, o que diminuiu o compromisso com a negritude que havia no início. Até porque muitos dos professores que hoje atuam no Cursinho não têm compromisso com a luta antirracista e menos ainda com as atividades extraclasse que basicamente deixaram de existir. Mas foi a partir de então que o nome do Cursinho foi mudado: de Novos Rumos para Zumbi dos Palmares.

Os conflitos são latentes, permeados de conhecimentos não neutros, inclusive da gestão municipal e, certamente, a construção das identidades dessas mulheres também são permeadas por esses conflitos. Possivelmente os primeiros anos do Cursinho tiveram efeitos diferentes na construção das identidades das mulheres negras do que atualmente, mas ainda assim, ele continua de alguma forma contribuindo para o seu fortalecimento.

Assim a identidade da mulher negra vai se construindo de forma dinâmica, na luta e na resistência. Com Bauman (2005), entendo o processo de construção das identidades de mulheres negras como algo não estático, mas em permanente construção. Segundo o autor, “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nós, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (Bauman, 2005, p. 16).

Bauman (2005) fala de identidades que escolhemos e de identidades que são escolhidas para nós por outros, identidades com as quais nem sempre nos identificamos, no caso da mulher negra, identidades outras que são lançadas sobre nós e que quase sempre nos colocam em lugares de representações estigmatizadas e de subalternidade. Ao falar em identidades que flutuam, Bauman (2005) escreve de identidades em construção, que mudam. Também Hall (2006) chama a atenção para a compreensão da identidade como algo móvel,

formada e transformada contínua e historicamente.

Estar em consonância com o pensamento de Hall (2006) é considerar que a identidade está em permanente construção, como um processo em andamento e que, portanto, vai se construindo a partir de nossa ausência de completude, a partir das relações sociais, culturais, do meio, das nossas lutas e resistências. Portanto, a identidade não é biologicamente determinada.

Se a identidade não é biológica, então não está pronta e acabada. Ela está sendo permanentemente construída a partir de nossas relações com o outro, por influências, pelo que o outro pensa ou vê em nós. Ela vai sendo ressignificada com novos conhecimentos, novas experiências, novas convivências. Hall (2006, p. 23) assim se expressa:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade é, pois, vista num constante processo de mudança e é na comunidade que essa identidade será preservada, cultivada perpetuada, enfim, construída.

Essas identidades contraditórias que existem em nós e nos empurram em diferentes direções mostram que a construção da identidade é um processo não consolidado, muitas vezes frágil, que envolve negação e aceitação. Em algum momento, poderemos perceber que as identidades atribuídas pelos outros não nos identificam positivamente. Em Hall (2006), entendemos a identidade em deslocamento, uma vez que ela é uma construção histórica e, em diferentes momentos, assumimos diferentes identidades.

O que se pensa hoje, como se age, as coisas com as quais nos identificamos, poderão ser diferentes daqui algum tempo porque as identidades não são fixas. Somos capazes de reconstruir, transformar identidades herdadas, influenciadas pelo contexto cultural, histórico e social em que se alicerça o discurso. Considerando essa construção permanente da identidade de Mulheres, penso ser

[...] relevante pensarmos qual é o papel da mulher afrodescendente no contexto sociocultural brasileiro, como a figura dela é projetada nos espaços ocupados por ela, de que maneira ela enfrenta e se posiciona no papel da mulher negra que a precede e a confronta socialmente em sua identidade (Gesser; Costa 2018, p. 23).

A partir dessas reflexões em relação às mulheres negras, reflito como é difícil construir e consolidar identidades positivas de mulheres negras em um país racista, excludente e que nos inferioriza pela cor da pele (Gomes, 2002).

Nesse sentido, trago uma reflexão motivada pelo que ouvi de uma mulher negra que se dizia “bem-sucedida”, falando com certa vaidade, que chegou aonde chegou por méritos próprios, nunca ficou de mimimi pelos cantos, nunca se vitimizou, não ficou dependendo de políticas públicas para prosperar. Ao ouvir essa fala de uma mulher negra, que provavelmente vem de onde quase todas nós viemos, que é da classe trabalhadora e do lugar da exclusão, lembrei de Souza (1983, p. 77), quando declara que “ser negro não é uma condição dada, *a priori* é um vir a ser. Ser negro é tornar-se”.

Não basta ser negra para nos identificar com as lutas das negras. Fica perceptível que de fato nossas identidades vão sendo construídas e influenciadas pelo momento presente, pelo lugar social em que circulamos, pela ideologia, pela religião, enfim por tudo que nos cerca.

Mas é preciso ter serenidade na reflexão para entender as razões dessa mulher negra se posicionar dessa forma. Ferreira (2009, p. 70) descreve:

No estágio de submissão, é comum o afrodescendente absorver e se submeter às crenças e aos valores da cultura branca dominante, até mesmo a noção sintetizada nas ideias do “branco ser certo” e o “negro ser errado”. Essa internalização de estereótipos negativos é feita de maneira inconsciente. A escola é um dos lugares onde o processo de submissão acontece.

Felizmente, muitas mulheres negras pensam de forma diferente, não se dobrando à branquidade. Muitas provocam rupturas com o silenciamento e o racismo a que foram expostas. A autora hooks⁴ (2013, p. 91) afirma que

[...] as acadêmicas negras se rebelam contra uma sociedade cujas bases estão assentadas no racismo, no machismo, no sexismo e no elitismo, assumindo assim o papel de insurgentes transgressoras históricas, que por meio de suas pesquisas e discursos têm sido fundamentais para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Rebelar-se contra essa sociedade descrita por hooks (2013) possibilita outras construções capazes de romper com o silenciamento que se “configura como uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil” (Nascimento, 2003, p. 23). E muitas mulheres negras acabam tendo um posicionamento semelhante ao que descrevi anteriormente, isto é, acreditam que suas conquistas não têm relação com o movimento negro porque na educação escolar tiveram apenas conhecimentos construídos na lógica ocidental.

⁴ bell hooks, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egoica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa.

Para Gomes (2002, p. 39), “a escola é um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”. Ela nos lembra ainda que na escola não “compartilhamos só saberes escolares e conteúdo, para além disso, compartilhamos também nossas crenças, valores, hábitos, preconceitos sejam eles de classe, gênero de raça ou de idade” (Gomes, 2002, p. 39). É nesse espaço de interação que nossa identidade vai sendo construída, moldada em meio a diálogos, tensões, conflitos, negociações e, geralmente, em meio a um racismo velado ou explícito.

Assim, não é fácil para uma mulher negra lidar com sua identidade a partir do olhar do outro e das identidades lançadas sobre nós. Essa construção da identidade na interação é, sem dúvida, muito conflituosa e marcada pela negação e, em alguns momentos, torna-se difícil entender e aceitar quem somos. Ribeiro (2019, p. 66) lembra que “o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo”.

O racismo por vezes é tão doloroso para as pessoas negras que as fazem pretender negar sua identidade. Ribeiro (2019, p. 66) escreve que uma pessoa negra poderá até dizer “que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso”. Mas, conforme mostram vários estudos, ser negro significa conviver com o racismo. Por isso, é preciso que, no trabalho de formação de professores, seja maximizado de forma insistente a importância da escola no fortalecimento da autoestima, do aprendizado e da construção de uma identidade positiva para meninas negras.

Ao observamos a trajetória escolar da população negra, veremos que nos currículos escolares que retratam a história do negro este aparece quase sempre como pessoa escravizada, passiva, sem passado, sem história e, conseqüentemente, sem futuro. Não se veem nem se ouvem histórias dos reis e rainhas africanos, altivos, guerreiros. Não se fala nas contribuições desses povos para a história, medicina, gastronomia, esporte, música, religião, lazer. Para Gesser e Costa (2018, p. 29),

A escola, como uma instituição fundamental para transformação social, deve estar em condições de combater os mais diversos tipos de preconceitos e discriminações, mas, infelizmente e na maioria das vezes, não é assim que acontece. A construção distorcida da identidade das meninas negras pode ser fator marcante de como ela adulta, no futuro, se organizará em um espaço intensamente ameaçador que não a acolhe como sujeito e não oferece igualdade de oportunidades, impedindo, assim, a plenitude de suas potencialidades.

Quando afirmamos o importante papel da escola na construção da identidade negra é porque temos convicção de que grande parte da vida e do aprendizado da jovem mulher negra é feito e consolidado no espaço escolar, e esse aprendizado e essa construção podem ser positivos ou negativos. Gomes (2002, p. 43) assevera:

Pensar a relação entre Educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultamento.

Daí a importância de políticas públicas como as propostas pelo Movimento Negro, sem as quais a maioria das mulheres negras não chegaria à universidade. Gesser e Costa (2018, p. 25) afirmam que

[...] se a sociedade lhe impõe desde a tenra idade condições não valorizadas que se traduzem em assimilação de sua não representatividade social, ou, ainda pior, sua representatividade negativa, o processo de autoafirmação étnico-racial torna-se imperioso para que possa encarar a vida com condições de dialogar com essa realidade desfavorável com êxito ou, pelo menos, diminuir o impacto e os prejuízos ao seu universo biopsicossocial.

Para o mundo do trabalho, o lugar da mulher negra é nos postos de subalternidade e para ser lavadeira, passadeira, cozinheira não é necessária escolarização. Assim, justifica-se uma escola elitizada e excludente.

É difícil para a sociedade conviver com uma mulher negra que fura a bolha, por isso as tentativas de sufocamento, de desqualificação dessa mulher é uma realidade perversa. Suas habilidades e seu profissionalismo estão constantemente em questão. Não há dúvidas de que o julgamento relativo à mulher negra é muito mais rigoroso e perverso. No decorrer das entrevistas, como veremos, ouvi relatos que me imputava silenciosamente a dor dessas mulheres trabalhadoras que, conforme a ativista Sojourner Truth, nunca foram tratadas como frágeis e muito menos respeitadas em seus direitos. É fato que quanto mais lutamos e aprendemos com o movimento negro, mais conhecimento e sensibilidade para perceber o racismo pessoal, estrutural ou institucional teremos, e mais revoltadas ficaremos diante da barbárie observada no tratamento dispensado à população negra.

A ausência de mulheres negras, que estão na base da pirâmide social e econômica do país, nos espaços de poder, na universidade e nas escolas, é uma realidade que perpassa toda

a educação nacional, desde a Educação Infantil até a pós-graduação. Além disso, geralmente os professores não têm uma formação para lidar com as relações étnico-raciais:

A formação precária dos professores, somada ao mito da democracia racial, que ainda impede boa parte da população de perceber os tentáculos muitas vezes sutis do racismo, contribui para a permanência da discriminação racial nas escolas. Com isso, retira-se dos estudantes pretos o direito de ingressar, permanecer e alcançar êxito na trajetória escolar (Munanga, 2005, p. 20).

A trajetória de estudantes negros, especialmente de meninas negras, tem sido marcada por muita exclusão. A escola que deveria ser o local de debate dessas questões, para construção de uma identidade positiva das meninas negras, acaba por se tornar um lugar de submissão para elas, uma vez que elas não se veem representadas. Isso porque as práticas pedagógicas, os materiais utilizados, inclusive os livros didáticos, são representações eurocêntricas que em nada se parecem ou representam a menina negra.

Desta forma, são submetidas à influência de figuras estranhas à identidade afrodescendente, e esses valores eurocêntricos, oferecidos na escola e nos materiais didáticos, não as favorecem. Pelo contrário, colocam-nas em uma posição de inferioridade.

Os processos de escolarização para os afrodescendentes – além dos demarcadores econômicos influenciarem diretamente na travessia, o próprio racismo e seu círculo de negações constantes da identidade negra – possuem ação direta com o abandono e evasão de estudantes negros e negras (Silva; Carneiro; Euclides, 2020, p. 251).

Esse perverso processo de escolarização do afrodescendente, que por racismo retira dos estudantes pretos o direito de ingressar, permanecer e alcançar êxito na trajetória escolar, não se resume aos anos iniciais de escolarização desses estudantes. No Ensino Superior, a lógica se mantém e muitos nem sequer conseguem nele ingressar: “este espaço, por excelência do saber e formação para o mundo do trabalho, ainda é o lugar onde impera a cultura hegemônica, eurocêntrica e segregacionista” (Silva; Carneiro; Euclides, 2020, p. 251).

Tolentino (2023, p. 145) diz que “é preciso evidenciar a necessidade de se discutir as consequências perversas da ideologia racista que estruturam o país, potencializada pelo desconhecimento do legado e das contribuições histórico-culturais da população negra para o Brasil”.

Apesar do contexto adverso, marcado pelo racismo e injustiça, nós negros e negras não deixamos de lutar. Prova disso são as diversas conquistas obtidas nos últimos anos e que têm sido fundamentais para os avanços de políticas de inclusão da população negra no Brasil. São

conquistas do movimento negro que fortalecem também nossas identidades de mulheres negras.

Uma das grandes conquistas do Movimento Negro foi a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Em seu parágrafo 1º, estabelece que o conteúdo programático a que se refere o *caput* incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Estabelece ainda no parágrafo 2º que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. Por fim, em seu “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”.

Essa lei completou 20 anos e ainda assim não se tornou uma realidade nas escolas, mas não deixa de ser muito importante. Aos poucos, graças ao esforço incansável do Movimento Negro e dos Conselhos de Direitos que vêm cobrando das secretarias de educação a implementação da lei, avanços, ainda que lentos, vêm acontecendo. Theodoro *et al.* (2008, p. 154) afirmam que a luta do Movimento Negro, que força a implementação de políticas afirmativas, “tem feito avançar a compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social”. O movimento negro tem sido central na construção da identidade negra:

Na experiência coletiva, em sociedade, as identidades são construídas através de intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente [...] é condição importante para a saúde psicológica ter um senso positivo de si mesmo como membro de um grupo do qual se é participante, sem nenhuma ideia de superioridade ou inferioridade (Ferreira; Camargo, 2001, p. 384).

O movimento negro tem sido importante para pôr em xeque as crenças e os valores construídos pelos europeus em relação aos negros e às mulheres negras que sempre ditaram o tratamento dispensado a nós, um tratamento de inferioridade e de subalternidade.

Além da Lei 10.639/2003, podemos citar conquistas importantes, como o Estatuto da Igualdade Racial, que garante Direitos e tantas outras que garantem direitos. Elas só se tornaram possíveis porque o movimento negro rompeu o silêncio, provocou o debate, denunciou as injustiças, criou alternativas de inclusão a partir de políticas públicas negociadas, tensionadas no seio de uma sociedade racista que quer manter os privilégios dos brancos.

Tolentino (2023, p. 114) pondera a necessidade de “destacar os avanços promovidos pela legislação educacional antirracista no país”. Entendo que ainda estamos longe de alcançar uma igualdade de direitos, porém não podemos negar os avanços não só na educação, mas também na saúde, na cultura, na reserva de vagas para empregos que fuja do trivial, da subalternidade, entre outros. Nossas conquistas não foram automáticas. Exigiram de nossos ancestrais e exigem de nós, hoje, literalmente sangue, suor e lágrimas. Por isso, não é possível acreditar na meritocracia, é preciso confiar no coletivo, na junção de forças, no movimento.

Ainda dentro no contexto das conquistas, destacamos as leis 12.711/2012 e 12.990/2014, conhecidas como Lei de Cotas. A lei 12.711/2012 prevê a reserva de 50% de vagas em cursos de universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas e estudantes que se declararem negros, negras, pardas e pardos ou indígenas. A lei 12.990/2014 prevê a reserva de 20% de vagas ofertadas em editais de concursos públicos federais para pretas, pretos, pardas e pardos e indígenas. Essas duas leis foram fundamentais para colocar essas pessoas nas universidades com impacto muito positivo na história da população negra de forma especial para as mulheres negras, que adentraram as universidades e, através de estudos e pesquisas, vêm fazendo uma releitura de sua própria história.

Um outro marco importante no combate ao racismo é a lei 7.716, a Lei Caó, que prevê a detenção de 1 a 5 anos para crimes de discriminação racial. O dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra é outra conquista significativa que promove o debate acerca do racismo em nosso país, que passou a ser feriado nacional em 2023, graças à atuação da bancada negra no Congresso Nacional.

O Estatuto da Igualdade Racial é, sem dúvida, um importante marco da conquista do movimento negro brasileiro. Criado pela lei 12.288/2010, tem como objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, combater a discriminação e as demais formas de intolerância. Para isso, determina a lei que a igualdade de direitos será promovida por meio de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e pelas modificações das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito.

Essas são algumas das conquistas do movimento negro brasileiro que continua firme e forte na luta por direitos e espaços de poder. Mesmo com as várias conquistas do Movimento Negro lembro que é importante estudar a história de negras e negros, a partir de nossas descobertas, nossos estudos, nossas pesquisas e entender que, desde a luta dos negros

contra a escravização de pessoas, até nossos dias tem-se travado uma luta histórica e incansável para que hoje alguns de nós possam acessar espaços de poder.

Gomes (2017, p. 48) afirma que um dos aspectos que distingue o movimento negro é “a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil”. Até porque ainda hoje temos que lutar por direitos básicos, como educação, saúde, escolas inclusivas, onde os negros se sintam representados, acolhidos, sem as marcas perversas dos estereótipos. Afinal, a escola moldada pela colonialidade ainda lida, muitas vezes, sem valorizar a história e a trajetória dos negros e negras (Gomes, 2002).

Ver a potência do movimento negro nos faz crer que é possível reescrever a história de mulheres negras. Penso que essa potência está paulatinamente entrando nos currículos escolares, tornando-os mais democráticos e acolhedores para todos, de forma especial para os que sempre foram excluídos, os considerados “alienígenas da sala de aula”. Estes são as vozes ausentes:

São as vozes ausentes, as culturas não hegemônicas, as culturas dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (Silva, 2009, p. 161).

Ao falar da resistência e luta das mulheres negras, de mulheres protagonistas que são fundamentais para a construção de identidade da mulher negra de forma positiva, não posso deixar de trazer o pensamento de Lélia Gonzáles. Ao trazê-la, destaco que, ao longo da minha trajetória de militância, de forma especial no movimento de mulheres negras, foram várias as possibilidades e oportunidades de participar de encontros nacionais e regionais de mulheres negras e, claro, esses encontros sempre foram grandes oportunidades de ampliação dos *conhecimentos-com*. Conforme Santos (*apud* Ribeiro, 2019, p. 10), “a diferença fundamental entre o conhecimento nascido na luta e o conhecimento elaborado a respeito dela é que o primeiro é um conhecer-com, enquanto o segundo é um conhecer sobre”.

Essa fala potente me contempla sobremaneira, uma vez que passei minha vida conhecendo-com, pois como mulher negra ativista, que sempre viveu e conviveu na luta de movimentos negros e de mulheres negras, muito do que aprendi foi *com*. Gomes (2020, p. 10) salienta que “o conhecimento nascido na luta não avança isolado, entra em diálogo com muitos outros conhecimentos, nomeadamente com o conhecimento acadêmico produzido nas Universidades e nos centros de pesquisas”.

Esse diálogo entre os conhecimentos produzidos pelas organizações de movimentos negros, aliados aos conhecimentos produzidos pela academia e grupos de pesquisas, é importante para que seja possível descolonizar o conhecimento e refutar a neutralidade epistemológica (Gonzáles, 1984), entendendo que outros conhecimentos também precisam ser considerados e reconhecidos.

Dentre essas várias oportunidades de participar de encontros nacionais e regionais e conhecer-com, um dos que mais marcou positivamente minha trajetória de luta foi o Encontro Nacional de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver: Mulheres Negras Movem o Mundo. Esse encontro foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) em 2019.

Entre as personalidades presentes estava a ativista americana Angela Davis, que afirma ter aprendido mais com a brasileira Lélia Gonzáles do que possamos aprender com ela. “Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia González do que vocês aprenderão comigo” (Angela Davis - quando esteve no Brasil em 2019). As mulheres negras brasileiras e também mulheres de outros países são muito influenciadas pelos estudos de Lélia Gonzáles, sendo ela a primeira a se dedicar aos estudos de raça e gênero no Brasil. Seus escritos são indispensáveis para a reflexão do papel da mulher negra na sociedade brasileira.

No encontro anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, ocorrido no Rio de Janeiro, Gonzáles (1980, p. 224) reflete sobre o racismo e o sexismo. Ela afirma que para nós mulheres negras “o racismo se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeito violento sobre a mulher negra em particular”.

A reflexão de Gonzáles (1980) sobre essa violência dupla, o racismo e o sexismo, vivenciada pelas mulheres negras desde os primeiros passos no local onde nascem e, posteriormente, reafirmada na escola, seu primeiro grupo social fora da comunidade familiar, nos remete “a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados” (Gonzáles, 1980, p. 222). Para reinterpretar a teoria do “lugar natural”, é preciso desconstruir os espaços destinados historicamente ao negro e, de forma especial, à mulher negra:

Tem sido da senzala às favelas, cortiços, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] no caso dos grupos dominados o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas as condições de higiene e

saúde são as mais precárias (Gonzáles, 1980, p. 232).

Nesse histórico duplo de exclusão das mulheres negras, evidenciado por Lélia Gonzáles e a partir daquele encontro em Goiânia, intensifico meus questionamentos e reflexões sobre essa perversa realidade que nos afeta. Enquanto conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Rondonópolis, fico mais atenta aos atendimentos que fazemos e percebo que a grande maioria das mulheres atendidas vítimas de violência doméstica e os pedidos de socorro por pobreza extrema é formada por mulheres negras, profundamente afetadas pelo sexismo e pelo racismo que as condenam à exclusão e à subalternidade.

Ribeiro (2018, p. 103) alerta para o fato de que “vidas negras não importam dentro da lógica racista”. E Almeida (2018, p. 27) afirma que “o racismo se expressa em processo de subalternidade e se reproduz no âmbito das políticas, da economia e das relações cotidianas”. Isso leva mulheres negras a uma condição muitas vezes degradante, com poucas chances de escolarização e, conseqüentemente, ocupando as piores e mais precárias posições no mundo do trabalho. Foi contra tudo isso que Lélia Gonzáles lutou, tornando-se um ícone na resistência e servindo de exemplo para nós mulheres que lutamos pelo fim do racismo e do machismo em diferentes espaços e criando alternativas para superarmos a exclusão da educação superior por meio da criação de cursinhos pré-vestibulares gratuitos.

1.3 O CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DO PALMARES

Mato Grosso é um estado conservador, racista, machista e violento contra a população negra, especialmente contra as mulheres negras, figurando no cenário Nacional em primeiro lugar no *ranking* de registro de casos de racismo por estado proporcional ao número de habitantes, segundo o levantamento da 14ª Edição do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado no G1 de Mato Grosso por Barbara Fava, em 2020.

Mas, como em todo Brasil, também nesse estado sempre houve luta e resistência do povo negro e de mulheres negras. Ao lembrar a luta histórica de mulheres negras em Mato Grosso, é impossível não citar a Rainha Negra do Pantanal, a guerreira Tereza de Benguela que viveu e resistiu por duas décadas no quilombo do Quariterê.

Tereza de Benguela, uma heroína negra do século XVII, é mais um dos nomes esquecidos pela historiografia nacional tradicional. Mas nos últimos anos, devido ao engajamento do movimento de mulheres negras e ao grande trabalho realizado, de forma especial por pesquisadoras negras, está se fazendo o resgate de documentos e da história destas

mulheres pretas invisibilizadas e apagadas da história pela branquitude.

Tereza de Benguela foi uma grande guerreira, abatida pelas tropas do Estado em 25 de julho de 1770, razão pela qual foi instituído, pela Lei 12.987/2014, o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha.

A adesão das mulheres negras no apoio à criação do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares pode, de alguma maneira, ter sido inspirada na forte presença da memória de Tereza de Benguela na população negra e, sobretudo, no imaginário das mulheres negras organizadas em movimentos, pois o legado de Benguela em Mato Grosso é de fato muito inspirador.

O cursinho, quando criado, teve a preocupação de fortalecer a identidade de negros e negras. Durante a entrevista com o professor Flávio Nascimento,⁵ criador do cursinho, observamos que quando da implementação do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, não foi na Universidade Pública que encontrou o apoio necessário:

Na universidade a resposta sempre foi ou a indiferença, era sempre deixar para depois ou vermos, protelar pra não realizar, não encaminhar nada. Mas foi dessas duas vertentes que vingou mesmo, foram as professoras da rede pública daqui de Rondonópolis na escola Carlos Pereira Barbosa, e a professora curiosamente é negra e evangélica da Igreja da Graça. Ela (professora Euraidés) percebeu que eu queria falar sobre isso e começamos a conversar e ela me ajudou e chamou pra gente fazer um polo experimental e ela veio, veio também a professora Rosemeire e a professora Aparecida que era diretora da escola, então teve esse impulso feminino. Os indígenas também se prontificaram a tentar, houve um grande interesse e uma movimentação por parte deles. Nos reunimos e tive felizmente esse apoio das mulheres (Entrevista concedida pelo professor Flávio Nascimento em março de 2023).

Além disso, havia a dificuldade de encontrar materiais pedagógicos nos quais os alunos negros se sentissem representados e que trouxessem a história afro-brasileira numa visão não eurocêntrica. Para resolver a questão, ele criou uma parceria com uma universidade privada, para produzir materiais específicos para o Cursinho. Ainda hoje o material utilizado é específico, construído por ele com ajuda de alunos egressos, alguns deles são mestres e doutores. Gomes (2020, p. 49) salienta o papel do movimento negro diante da lentidão do poder público e da:

⁵ Flávio Antonio da Silva Nascimento é paulistano do Bixiga, nascido em 25 de março de 1952. Estudou História na Universidade de São Paulo (USP) na década de 1970 e se doutorou na mesma instituição em 1997. Fez carreira como professor na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) onde trabalhou por cerca de três décadas. Entre outros temas, pesquisou a questão racial, especialmente no contexto brasileiro. Atualmente se dedica a produzir materiais sobre a questão racial no Brasil, religiões afro-brasileiras, sociedade brasileira, além de realizar apresentações sobre diferentes temáticas através de *lives* e escritos diversos.

Lentidão da política educacional brasileira em responder adequadamente a essa demanda histórica tem motivado, esse mesmo movimento a construir, com seus próprios recursos e articulações projetos educativos de valorização da cultura, da história e dos saberes construídos pela comunidade negra.

Durante a entrevista com o professor Flávio Nascimento, fiquei impressionada com a ousadia dele e de mulheres negras poderosas que, confiando em seu projeto, se lançaram corajosamente nessa construção, que, ainda que tenham reconfigurado as características quando de seu início, é a principal política pública da Secretaria de Educação do Município de Rondonópolis há mais de 17 anos.

Esse projeto começou com o movimento negro, que fez parceria com a Universidade Privada, posteriormente com a Prefeitura de Rondonópolis para que este pudesse continuar existindo e incluído pessoas excluídas, principalmente negros, indígenas e brancos pobres. Gomes (2017, p. 49) declara que “às vezes esses projetos caminham articulados e outros não, com a escolas e poder público”.

Como já destaquei, um fator que considero relevante em relação ao Cursinho pré-vestibular Zumbi dos Palmares é a presença forte das mulheres negras na parceria com o professor Flávio Nascimento quando da sua criação e implementação.

Como a indiferença foi a resposta da Universidade, ele resolveu conversar com a diretora de uma escola pública da periferia da cidade e com o cacique da comunidade indígena dos Bororo localizada nos arredores da cidade e obteve ali não só o apoio necessário para a implementação de seu projeto, mas o entusiasmo dos indígenas que o motivaram a buscar outros apoios como do Diretório Central Estudantil (DCE) da própria UFMT, *campus* de Rondonópolis (hoje UFR) que abraçaram o projeto, fazendo movimentar a juventude universitária, ainda que fora do espaço físico da universidade e, assim, se dá o início do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, chamado na época de “Cursinho Pré-vestibular Novos Rumos”. O professor Flávio Nascimento relata que

[...] uma professora chamada Euraidés na escola do Jardim Atlântico e a diretora Aparecida, houve outra movimentação mais à esquerda, vamos dizer assim. Foram as professoras da rede pública daqui de Rondonópolis na escola Carlos Pereira Barbosa, e a professora curiosamente é negra e evangélica da Igreja da Graça. Ela (professora Euraidés) percebeu que eu queria falar sobre isso e começamos a conversar e ela me ajudou e chamou pra gente fazer um polo experimental e ela veio, veio também a professora Rosemeire, então teve esse impulso feminino (Relato do professor Flávio Nascimento entrevista a mim concedida em março de 2023).

Assim, em relação ao apoio das mulheres negras, podemos perceber o protagonismo

delas desde o início da construção desse trabalho de política pública porque as mulheres negras tendem a ver a educação como uma forma de luta e resistência. Elas acreditam que através da educação pode ser possível combater o racismo e a exclusão a que são submetidas historicamente.

O professor fala da professora Euraidés, uma das principais entusiastas do projeto, como uma matriarca decidida, daquelas que faz o que precisa ser feito sem perda de tempo e isso nos remete a história das mulheres negras de nossa ancestralidade. Lembro de minha mãe quando ainda éramos crianças e ela toma a decisão de sair da zona rural, mesmo contra a vontade do meu pai e vem para a cidade, passa por todas as formas de dificuldade e sofrimentos com cinco filhos ainda pequenos, mas permanece firme sem arredar o pé, pois “os filhos precisam estudar”. E essa iniciativa dela, de fato, joga para um outro patamar a realidade dos filhos, que através do estudo acessam o mundo do trabalho em profissões mais valorizadas e também através de concurso público.

Dessa forma, acendem social, econômica e culturalmente, o que a deixava muito vaidosa de sua decisão e sempre dizia: “Fiz a coisa certa na hora certa”. Segundo Correia (2017, p. 177),

[...] a reflexão sobre o papel das mulheres objetiva perceber a importância, não somente do seu papel enquanto liderança, mas enquanto agente de resistência e desconstrução de uma ordem machista calcada em valores militares e operacionalizado pela estrutura da violência, seja ela institucionalizada pelo aspecto psicológico, de gênero, racial, cultural e outros.

Para as mulheres negras, a adesão ao projeto do professor Flávio Nascimento não é novidade quando elas percebem nele a possibilidade de desenvolvimento para negras e negros, colocando-os na universidade. Elas, enquanto matriarcas fortes que são, fazem a tomada de decisão, lideram corajosamente junto com o professor e o resultado é a presença forte deste projeto até hoje: há 17 anos contribuindo para que pessoas negras e pobres ingressem no Ensino Superior.

É interessante observar como as mulheres negras estão sempre prontas para aproveitar cada brecha, cada fissura, como possibilidade de construção de oportunidade e, assim, são elas que conseguem enxergar na proposta do professor Flávio Nascimento uma oportunidade de incluir os jovens negros e negras que não conseguiam entrar na universidade. Elas o apoiam e o ajudam a concretizar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares em Rondonópolis.

Olhando para o desprendimento e a ousadia dessas mulheres negras, lembro-me de Ribeiro (2017, p. 16) que afirma: “as Mulheres negras são vanguarda do movimento feminista no Brasil e os povos negros são a vanguarda dos movimentos sociais, porque somos as que ficamos para trás, aquelas para as quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social”.

Fomos lançadas na vanguarda do movimento social, do movimento feminista, na luta antirracista, como consequência da exclusão, do abandono, da falta de políticas públicas que de fato promovessem a integração social de mulheres negras. E é nesse contexto político de abandono, de falta de políticas públicas, de exclusão, que o movimento negro redefine e renova sua agenda de luta, de resistência.

Muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e dos negros no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre relações raciais e a questão da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do Movimento Negro (Gomes, 2017, p. 17).

Assim, o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, fruto da luta do Movimento Negro de Rondonópolis (MNR), vai se consolidando e agregando outras pessoas e instituições, incluindo universidades privadas que estavam de olho em um novo público que poderia vir, utilizando o financiamento do governo federal. Durante 17 anos o cursinho foi se consolidando e mais de 25.000 pessoas já passaram por ele com um índice de aprovação de 60,82%, em universidades públicas de Mato Grosso, segundo dados da Prefeitura de Rondonópolis. A partir dessa ação do MNR, muitas pessoas, especialmente negras, negros e brancos pobres, tiveram a oportunidade de entrar não só no Ensino Superior, mas também no mundo do trabalho a partir dessa ação pedagógica do movimento negro.

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares foi pensado para favorecer uma população que tem ficado às margens da sociedade. Um dos principais objetivos, de acordo com Lima (2018), é contribuir para que haja possibilidades reais para que negros e brancos pobres ingressem nas várias universidades, sejam elas públicas ou privadas:

Há uma necessidade crescente em compreender melhor a questão das políticas públicas afirmativas brasileiras, principalmente, a criação e desenvolvimento desses cursinhos populares voltados para negros e brancos pobres sem condições financeiras para franquiarem suas entradas em cursinhos Pré-Vestibulares privados (Lima, 2018, p. 3).

Concordamos com Lima⁶ (2018), pois percebemos o cursinho como um importante equalizador de oportunidades para o ingresso na Educação Superior, diminuindo as diferenças de oportunidades existentes entre negros, brancos pobres e a elite. Para Corrêa (2011), cursinhos populares como o Zumbi dos Palmares

[...] surgem em um contexto contraditório do sistema educacional, com profundas desigualdades de acesso ao ensino superior. Essas iniciativas se organizam desde 1990 para protestar contra essa realidade e, ao mesmo tempo, produzem ações de combate às desigualdades na educação (Corrêa 2011, p. 68).

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, presente em Rondonópolis desde 2006, continua gratuito e fornece preparação teórica e metodológica para alunos em vulnerabilidade, sobretudo negros, para que possam concorrer nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em melhores condições. Trata-se de uma das principais políticas públicas afirmativas de Rondonópolis.

Inicialmente denominado de “Cursinho Pré-vestibular Gratuito Novos Rumos”, surgiu com a iniciativa do professor Dr. Flávio Antônio da Silva Nascimento (UFMT) e de militantes do MNR, como uma forma de aumentar o número de estudantes ingressantes pobres e negros nas universidades públicas, combatendo de forma concreta o racismo praticado contra esses estudantes em Rondonópolis, buscando igualdade de oportunidades e de condições.

No percurso inicial de três anos de cursinho foram aprovados aproximadamente 251 alunos, em diferentes universidades públicas. Em 2009, o movimento negro estabeleceu uma parceria com o município, ganhando melhoria na estrutura. Segundo Lima (2018, p. 9-10), que coordenou o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares nos primeiros anos de sua criação,

[...] o então Prefeito José Carlos Junqueira de Araújo, acolheu o projeto e o encaminhou à Egrégia Câmara de Vereadores, que o aprovou por Unanimidade. Diante dessa nova realidade, iniciou-se uma nova fase, e, a primeira mudança foi à troca de nome, do referido Cursinho Pré-Vestibular Gratuito Novos Rumos, para Cursinho Pré-Vestibular Gratuito “Zumbi dos Palmares” no Município de Rondonópolis, em homenagem ao Grande Herói Negro brasileiro. A abertura do projeto deu-se com IV unidades: [...] cada escola atendendo 100 estudantes, com um total de 400 alunos nas 04 unidades, e, a partir de 2010 até 2012 foi acrescida mais 02 unidades, perfazendo um total de 600 alunos atendidos.

⁶ Professor Valdivino Lima possui especialização pela UFMT graduado em História. Leciona na rede Pública Municipal e Estadual de Rondonópolis. Foi coordenador do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares durante os primeiros anos.

Apesar de ser de grande relevância social, política, econômica e cultural, com resultados práticos percebidos, esta política pública afirmativa sofreu uma desvalorização e quase foi extinta entre 2013 e 2016. Essa é uma prática política comum no Brasil: a não continuidade dos projetos e programas de gestões anteriores.

Lima (2018) afirma que, apesar de toda desvalorização e esquecimento do Cursinho, entre 2013 e 2016, com o retorno do prefeito José Carlos Junqueira em 2018, ele é revitalizado:

O Cursinho foi revitalizado novamente em 2018 ofertando 600 vagas para estudantes carentes, com material apostilado gratuito, palestras, professores qualificados, debates de filmes, aulas de campo, estudos de meio, merenda escolar, passe livre, aulas diferenciadas de Filosofia, Sociologia e Direito, proporcionando um enfoque melhor das disciplinas na teoria e na prática, de acordo com às exigências das Novas áreas e Tecnologias exigidas na prova do ENEM (Lima, 2018, p. 10).

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares tem se expandido significativamente. Em 2020, abriu 1,5 mil vagas para estudantes em vulnerabilidade que estão cursando os 2º e 3º anos do Ensino Médio na rede pública, incluindo os que já o concluíram, dispondo de turmas em onze unidades escolares, distribuídas em pontos estratégicos da cidade para melhor atender à população periférica. Inclusive, há uma sala funcionando na Unidade Prisional Major Eldo de Sá, a segunda maior unidade prisional de Mato Grosso, conhecida por Mata Grande, localizada em Rondonópolis.

Corrêa (2011, p. 71) destaca:

Mais do que uma reivindicação do direito ao Ensino Superior, essa multiplicidade de cursos, surgidos a partir das demandas das camadas populares, mostram-se como uma forma inovadora de resistência e de produção de alternativas contra o que parece ser uma lógica social estabelecida na sociedade brasileira, que produz e mantém estabilizadas as hierarquias, as possibilidades e os lugares sociais para determinados grupos.

Hoje a luta do Movimento Negro de Rondonópolis é transformar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares em uma política pública de Rondonópolis para que não mais tenha que vivenciar a experiência de 2013 a 2016, em que o cursinho quase foi fechado por causa da mudança de gestor.

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é, hoje, uma referência para todo o estado e ao longo de seus 17 anos de existência foi mudando seu formato inicial, mas continua perseguindo seu objetivo inicial: garantir oportunidade para aqueles que sempre foram

excluídos, marginalizados, com destaque para negros e negras.

Com as reflexões aqui desenvolvidas, no próximo capítulo trago a análise das falas de mulheres negras que passaram pelo Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares e entraram no Ensino Superior, entendendo a importância dele na trajetória dessas mulheres e como este foi importante na construção de suas identidades.

Acredita-se que essas mulheres “construíram formas outras de ser e de pensar em e com o mundo” (Candau, 2016, p. 67). Fomos colonizadas, historicamente excluídas, mas resistimos e lutamos pela nossa identidade. Como lembra Freire (2001, p. 19), nossa história “é tempo de possibilidades e não de determinações. E se é tempo de possibilidades, a primeira consequência que vem à tona é a de que a história não apenas é, mas também demanda liberdade”.

E é essa liberdade, a liberdade de viver conforme nossa cultura e ancestralidade, de lutar para ter oportunidades iguais, de ser respeitada na diferença que nos move na luta como mulheres negras no movimento, fazendo a diferença na vida de outras mulheres negras.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES

Como já apontamos, para o desenvolvimento da pesquisa entrevistamos 7 mulheres negras que fizeram o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, que cursaram Ensino Superior e exercem papel de destaque na sociedade e lutam contra o racismo. Como vimos, entrevistamos também o criador do cursinho, professor Dr. Flávio Nascimento, que ainda hoje exerce influência no fortalecimento e na existência do cursinho e continua sendo um articulador no desenvolvimento dessa ação, que vem se tornando uma política pública de Rondonópolis.

Corrêa (2011, p. 68) afirma que

[...] os cursos pré-vestibulares populares (PVPs), também chamados alternativos ou comunitários fazem parte de ações coletivas, surgem na tentativa de fazer frente à demanda pelo acesso ao ensino superior público e se constituem como propostas alternativas a este quadro de desigualdades do acesso a este segmento educacional. Dessa forma, os cursinhos populares preparam os estudantes para o vestibular; porém, junto com essa tarefa, procuram se constituir como espaços de formação crítica das classes populares, oferecendo – com base, na grande parte dos casos, no trabalho voluntário e militante de licenciados e estudantes universitários (de Graduação e Pós-graduação) – na maioria das experiências, práticas pedagógicas também comprometidas com uma educação politicamente informada.

E o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é uma dessas políticas públicas

que nasce baseado no trabalho voluntário, com propósito de preparar os estudantes que terminavam o Ensino Médio para a entrada no Ensino Superior. A partir de 2010, quando a Prefeitura Municipal de Rondonópolis assume o Cursinho, o processo de escolha dos profissionais que atuam nele passa a ser realizado através de um edital seletivo. Neste processo, os interessados fazem inscrições através de formulários, que ocorre em duas etapas: a primeira é a prova objetiva de caráter classificatório e eliminatório; a segunda é composta de prova de títulos, avaliação curricular e de desempenho didático tendo caráter classificatório.

Os professores aprovados passam a atuar no Cursinho que tem uma grade curricular específica e material didático próprio, sendo trabalhados os conteúdos curriculares exigidos para a aprovação no Vestibular/Enem. Busca-se também fazer do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares um espaço de afirmação identitária de alunos e alunas que o frequentam. Na contemporaneidade, a preocupação com a afirmação identitária tem diminuído, conforme preocupação manifestada por algumas entrevistadas.

Em estreito diálogo com mulheres negras egressas do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares que se formaram no Ensino Superior e estão no mundo do trabalho, busquei fazer o recorte temporal de 2006 a 2017. O ano de 2006 foi o primeiro ano do Cursinho e 2017, a última turma egressa a terminar o Ensino Superior. Além do recorte temporal, também trabalhei com recorte de gênero e étnico-racial, uma vez que os sujeitos de minha pesquisa são mulheres (gênero) negras (étnico-racial).

2.1 O ENCONTRO COM AS MULHERES NEGRAS

Nas entrevistas com as 7 cursistas egressas do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, sempre comecei perguntando quais eram suas expectativas em relação ao curso quando ingressaram nele, uma vez que o acesso à universidade sempre foi de pouca oportunidade para mulheres negras, especialmente porque quase todas elas vinham de escolas públicas existentes nas comunidades mais carentes da cidade. O cursinho inicialmente era nos fins de semana, especialmente aos sábados. A partir de 2010 passa a ser oferecido de noite para atender à demanda dos alunos trabalhadores, já que normalmente essas mulheres começam muito cedo no mundo do trabalho.

Portanto me interessava saber quais eram suas expectativas, se o interesse pelo cursinho era provocado pelo desejo de entrar na universidade, porque “o sistema educacional funciona como aparelho de controle nessa estrutura de discriminação cultural em todos os níveis do ensino brasileiro: primário, secundário, universitário” (Nascimento, 2016, p. 113). As

condições socioeconômicas levam à entrada muito cedo do jovem negro no precário mundo do trabalho. Isso não é um estimulador para manter viva a expectativa dos negros(as) continuarem seus estudos. A grande maioria fica pelo caminho, mal consegue chegar ao Ensino Médio, mas aparentemente o cursinho provocou o despertar do jovem para adentrar nesse seletivo espaço que é a universidade.

Na fala do professor Flávio Nascimento, percebemos esse despertar dos jovens:

Agente começou um núcleo, o cursinho primeiro nasceu por nós mesmo, através do Movimento Negro de Rondonópolis (MNR) e teve a colaboração assim impressionante dos estudantes da universidade (Não da Universidade, e sim dos estudantes universitários) dos alunos do DCE, quando eu levei a ideia eles abraçaram, e ele trouxe os alunos e ficou assim num frenesi sabe, muitos alunos, muito, muitos alunos negros, muitas mulheres (Entrevista concedida pelo professor Flávio Nascimento em março de 2023).

Perguntei também como elas ficaram sabendo do cursinho, uma vez que era uma política inovadora no município. Lembro que tudo que é feito para favorecer pobres e pretos gera uma reação conservadora: “Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberá um apoio unânime, sobretudo quando se trata de um país racista” (Munanga, 2001, p. 32). Inicialmente não foi aberto espaço de divulgação na imprensa, tanto que quando do início do cursinho o professor Flávio contratou um carro para fazer a divulgação nas ruas dos bairros, o chamamento para as matrículas e para as aulas.

Ao trazer os relatos das entrevistadas, decidi atribuir a elas um pseudônimo. Ainda que elas não tenham me pedido isso, quis homenagear mulheres negras que protagonizaram feitos que as destacaram das demais na luta e resistência contra o racismo, mas que foram esquecidas pela história exatamente por serem negras. Mas entendo que só o fato de mulheres negras existirem já as diferencia de outras, porque existir para uma mulher negra é resistir, vivemos um dia de cada vez e agradecemos cada nascer do sol. Santos (2022, p. 6) afirma que “mesmo marcadas por muita violência e contradições, as mulheres negras, por meio da ancestralidade africana, vêm resistindo e (re)existindo ao sistema hegemônico de dominação que visa silenciar e invisibilizar suas subjetividades”.

Certamente enquanto apresento essa pesquisa muitas mulheres negras não terão a chance de nascer, vítimas da violência obstétrica. Segundo o Ministério da Saúde, somente 27% das mulheres negras tem acesso ao pré-natal. Entre as vítimas da violência obstétrica, 65% são afro-brasileiras. A violência incide violentamente sobre mulheres negras e neste momento certamente muitas outras estão covardemente sendo assassinadas, estupradas ou encarceradas. E isso não é drama, é realidade.

As mulheres, às quais peço licença para trazer nesta pesquisa representando minhas entrevistadas, são mulheres negras que tiveram seus nomes escritos na vida e não na história oficial, pela valentia, coragem, força e desejo de combater o racismo. Algumas são mais lembradas, outras ilustres desconhecidas, porém todas igualmente de alguma forma encontraram caminhos para mostrar a potência da mulher negra e, através desses caminhos, combater o racismo.

Analisando a história das mulheres que trago aqui, eu diria que rompemos com a expectativa social de que somos apenas serviçais, não só enquanto intelectuais, mas também enquanto ocupantes de qualquer outra função que posicione a mulher negra num lugar de destaque e visibilize sua existência, persistência e resiliência. Propositadamente trago presente nesta pesquisa algumas mulheres quase sempre invisibilizadas, apesar dos grandes feitos a elas atribuídos. Carneiro e Borges (2009, p. 13) relembram:

É necessário, sim, ímpeto de desbravar, já que a quase totalidade da história oficial preferiu calar a voz de pessoas negras notáveis e relegá-las a uma posição marginal. Muitas ativistas e intelectuais, irrecusavelmente brilhantes, não foram incluídas devidamente no rol das notoriedades do seu campo de atuação, em geral seus nomes são inteiramente desconhecidos e dificilmente alcançáveis. Nas searas difíceis de esquadrihar construímos nossa história.

Carneiro e Borges (2009) referem-se à invisibilidade das ativistas e intelectuais negras. Penso que quase todas as mulheres negras das serviçais às intelectuais foram apagadas da história, passando por todas aquelas como as que trago aqui, esportistas, trabalhadoras anônimas, lideranças quilombolas, escritoras, cantoras. Todas perseguiram sonhos e protagonizaram grandes feitos e vitórias, mas ainda assim foram esquecidas, relegadas à invisibilidade, à indiferença e ao esquecimento.

Começo com Carolina Maria de Jesus. Ela é uma dessas intelectuais brilhantes, mas que ainda não ocupa o rol de notoriedade que merece. Registrarei um breve perfil dela, enquanto uma personagem que trago para nomear minha primeira entrevistada. Carolina foi uma das primeiras escritoras negras que registrava o cotidiano da favela onde morava. Foi cantora, compositora e poetisa brasileira. É uma das poucas mulheres negras conhecidas, mas como já disse, ainda não ocupa o lugar de destaque que merece por seu talento. Muito admirada por seu primeiro livro, intitulado *Quarto de Despejo*. Ainda assim, enfrenta resistência de alguns setores da ortodoxia literária em considerá-la uma escritora.

Minha primeira entrevistada a quem chamarei de Carolina de Jesus, por ser ela uma linda e jovem mulher negra, moradora de um bairro distante do centro de Rondonópolis com

grande consciência de pertença, muito preocupada com a conscientização da população negra, no sentido de criar neles o sentimento de pertença e de unidade, formada em Ciências Contábeis na Universidade Pública, atualmente é estudante de Direito. Suas falas são inspiradoras. Frequentou o cursinho em 2011.

A segunda entrevistada terá o pseudônimo de Sueli, referindo-me a Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento social negro, fundadora e diretora do *Geledés*⁷ e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. Minha entrevistada que chamarei de Sueli é pedagoga, professora da Rede Municipal de Rondonópolis, uma menina que, assim como Sueli, foi guardiã dos irmãos mais novos. Ela perdeu a mãe muito cedo, foi muito intimidada e excluída pela cor da pele, trabalhava durante o dia todo e estudava a noite sem perder de vista o cuidado com os irmãos, sendo ela a mais velha do grupo de cinco irmãos, esperavam que ela desse conta desse papel. Frequentou o cursinho em 2007.

Carneiro e Borges (2009, p. 40) diziam que também ela “Consciente do seu papel na família exerceu a função padrão de filha mais velha. Até que todos ganhassem autonomia, passando a caminhar com as próprias pernas [...] faz muito mal um filho mais velho não ser capaz de responder com as expectativas”. Percebe-se na entrevistada as consequências de uma infância igual à infância da maioria das crianças negras, quase sempre solitária, assumindo grandes responsabilidades muito cedo, o que as fazem perder parte da sua infância, possivelmente teria percorrido um caminho menos espinhoso caso a cor de sua pele não fosse preta. Ao contrário de Carolina de Jesus e Sueli Carneiro, a próxima mulher negra que escolho para nomear a entrevistada 3 não é tão conhecida, porém senhora de uma grande coragem e resistência. Ela é Rosa Parks.

Em 1955, os Estados Unidos viviam tempos de forte divisão racial que até nos ônibus os lugares eram separados para negros. Rosa estava em um desses bancos quando entrou um grupo de brancos que não encontrou lugar para sentar. Pediram então que ela se levantasse e ela se recusou. Diante da recusa, ela foi presa e humilhada, o que a transformou em um símbolo de luta pela igualdade racial. Esse fato aconteceu nos Estados Unidos, mas no Brasil não é diferente. Vivemos essas experiências de humilhação e aprisionamento cotidianamente, basta olharmos as redes sociais ou os jornais televisionados todos os dias.

Para Tolentino (2023, p. 155), “negros tem sido levado a prisões injustamente”. Não é necessário cometer crime algum, o crime do negro é sua pele. Segundo a Defensoria

⁷ Uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, tendo como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade. *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>.

Pública do Rio de Janeiro, em 2019, do total de casos em que houve prisões injustas, 81% das vítimas eram afrodescendentes. O Brasil tem historicamente negado à população negra o direito humano à presunção da inocência e à liberdade.

A entrevistada a quem chamarei de Rosa Parks é um símbolo de luta, coragem e resistência. Ela veio de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso. Com muitas dificuldades econômicas, sociais e culturais, com muita defasagem escolar, foi para o cursinho e não perdeu a oportunidade de aprender tudo que lhe era ensinado com muita dedicação e sede de aprender. Foi aprovada em cinco vestibulares no primeiro ano, virou símbolo do cursinho, exemplo para os colegas e começou a palestrar nas escolas para incentivar outros jovens a não só fazer o cursinho, mas também a perceber seu potencial e entender que a universidade também era para eles.

Rosa fez mestrado e doutorado. Agora está se organizando para fazer o pós-doutorado. Ela é uma exceção num país que “historicamente tem negado à população negra o direito humano à educação de qualidade” (Tolentino, 2023, p. 161). Rosa venceu muitos desafios: “a população que não aprendeu a ler e a escrever as mulheres pretas constituem a maioria” (Tolentino, 2023, p. 161).

Rosa não só aprendeu a ler e a escrever como passou em cinco vestibulares a partir de uma oportunidade que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares lhe proporcionou. Ela pode escolher o curso, a formação que queria para ela, hoje é coordenadora de equipe em um grande hospital da cidade, tendo que se afirmar todos os dias e sobreviver ao racismo: “Sim o Brasil é racista e o ódio contra a população negra existe desde que o primeiro navio negreiro chegou aqui” (Ribeiro, 2018, p. 71). E Rosa sabe bem disso, pois lida com o racismo diariamente. Frequentou o cursinho em 2006.

Outra mulher negra inspiradora é Simone Biles, primeira atleta negra na história a conquistar quatro medalhas de ouro na ginástica artística. Tornou-se a maior da modalidade, vencendo o preconceito e até problemas de saúde para participar das competições. Simone Biles será o nome fictício que dedicarei à minha quarta entrevistada, uma jovem bióloga cheia de energia, fruto do MNR. Quando veio para o cursinho, já sabia dele, pois sua mãe, outra mulher forte, foi precursora desta política pública, pioneira entre as voluntárias que trabalharam nos primeiros anos do cursinho, é uma mulher que tem conhecimento de sua história ancestral, não tem medo de ser quem ela é, uma mulher forte, determinada.

Simone Biles é dessas mulheres que “são de alguma forma, herdeiras dos ensinamentos do movimento negro, e por conseguinte de uma sabedoria ancestral” (Gomes, 2017, p. 11). Simone Biles eu a considero herdeira do MNR. Frequentou o cursinho em 2017.

Outra grande personagem negra pouco visibilizada na história é Dandara, uma mulher negra que liderou homens e mulheres e protegeu seu povo contra os constantes ataques ao quilombo de Palmares. Sua história tem poucos registros porque as informações foram apagadas pelo machismo e racismo da época.

Carneiro e Borges (2009, p. 13) alertam para a urgência de “transpor o déficit documental que timbra a história do negro e das mulheres negras”. Concordando com as autoras, entendo ser urgente encontrar caminhos que tragam à tona histórias de tantas mulheres inspiradoras que nos antecederam. Além disso, precisamos registrar histórias de mulheres contemporâneas capazes de grandes feitos que devem fazer parte da história para inspirar a próxima geração. Não podemos mais perder legados inspiradores de mulheres negras.

A Dandara das minhas entrevistas é uma psicóloga determinada, umbandista, jovem acolhedora que protege o povo negro através de ações que realiza na associação da qual é dirigente. Ela trabalha sempre em função do bem estar das pessoas no seu entorno. O fato de ela estar sempre defendendo as crianças e jovens que frequentam sua instituição me lembra a defesa de Dandara em seu quilombo, por isso atribuí a ela esse nome forte de Dandara. Frequentou o cursinho em 2010. Continuando minha referência a grandes e invisibilizadas mulheres negras, trago Rafaela Silva que no meu entendimento é outra personalidade que faz parte de rol de mulheres negras incríveis, por seus grandes feitos, e esquecidas pela história.

Aos 16 anos, Rafaela tornou-se campeã mundial júnior do judô feminino, conquistou a primeira medalha de ouro feminino brasileiro no campeonato mundial sênior. Em 2016, tornou-se a única brasileira a ter um título mundial e olímpico na modalidade e posso facilmente imaginar que poucos aqui sabem quem é ela. Rafaela Silva é uma mulher negra contemporânea que está à margem da história, esquecida, poucos sabem dos feitos dessa mulher tão potente. Isso deixa claro que, para as mulheres negras no Brasil e no mundo, está reservado o lugar da subalternidade:

Ainda não conseguimos superar o estereótipo de que os trabalhos que exigem menos atividade intelectual são geralmente destinados aos negros e no caso das mulheres, o trabalho mais visto como sendo delas, é de trabalhadora doméstica. O espaço público ainda é visto como sendo mais o espaço dos homens, enquanto que para as mulheres se pensa mais no espaço privado. Não conseguimos dissociar o público do campo masculino e o privado do campo feminino e as implicações sociais dessa relação (Santos, 2022, p. 50-51).

Ainda somos vítimas desse comportamento que teima em não aceitar, respeitar e valorizar as diversas atividades e competências das mulheres negras. Há sempre um sufocamento de nossas competências para nos silenciar e nos manter na invisibilidade. Também

forte e determinada é essa minha entrevistada, a quem chamarei de Rafaela Silva, uma mulher negra, trans, formada em Direito, presidiu o movimento LGBT em Rondonópolis, perdeu os pais enquanto estudava, ficou muito abalada, mas transformou a dor em combustível para seguir em frente e perseverou nos estudos. Mais tarde descobriu-se soropositiva. Novamente se viu sem chão, mas com a força ancestral da mulher negra pôs-se de pé e seguiu lutando, agora, pela própria vida e também por um lugar de fala nesse país tão cheio de preconceitos. Ela segue em frente, planejando seus passos futuros, trabalhando e resistindo aos vários preconceitos com que tem que lidar em seu dia a dia. Eu a considero uma grande campeã na vida. Está determinada a seguir estudando e vivendo a vida com esperança de dias melhores que ela acredita que virão, porque está lutando por isso. Frequentou o cursinho em 2011.

Finalmente chegamos à nossa última, mas não menos importante, mulher negra da história: Tereza de Benguela, nossa rainha negra, quilombola e mato-grossense, considerada rainha do Pantanal. Tereza foi casada com José do Piolho, líder quilombola do Quariterê. Após sua morte, Teresa lidera o quilombo e resiste por duas décadas. No quilombo comandado por ela havia uma casa de fundição e uma farta produção agrícola. Ela governava com um conselho que a ajudava na tomada de decisões.

Nos últimos anos Tereza vem ganhando visibilidade a partir da luta de mulheres negras que vêm reescrevendo sua história. Tolentino (2023, p. 14) fala que

[...] no mundo contemporâneo, pessoas negras continuam a habitar os “porões” que trouxeram seus ancestrais para o continente americano. Ali se inaugurava um novo momento da história da humanidade, maximizado pelo empreendimento capitalista colonial: Pessoas negras tiveram suas vidas existenciais reduzidas ao mero bem-econômico com objetivo de ter sua força de trabalho explorada em prol do enriquecimento dos impérios e de alguns poucos homens. Foram três séculos e meio de desumanização que ainda requer tempo e educação para ser desconstruído.

Quando lanço mão do nome de Tereza de Benguela para me referir à minha última entrevistada, de certa forma darei visibilidade à mulher do tempo da escravidão e à mulher do tempo presente. Diante da dura realidade experimentada pela mulher negra da contemporaneidade, olhando os dados, os gráficos, os mapas da violência e observando o lugar habitado por nós, é possível perceber que muito há por ser conquistado após mais de 130 anos da dita “libertação” da população negra.

As mulheres negras continuam sendo as maiores vítimas de violência sexual. Continuam tirando a vida de nossos filhos, hoje com métodos diferentes, não dá pra saber se menos ou mais cruéis. Pouco antes de 1888 vendiam, matavam e violentavam nossos filhos.

Também em 2023 a sensação que tenho é que toda mãe negra tem o terror cotidiano de perder seu filho. Cada vez que um filho sai para se divertir, confesso que tenho mais medo do braço armado do Estado do que de outros cidadãos.

Tereza viveu essa dolorosa experiência da perda de seu companheiro, José do Piolho, pelas mãos do Estado através da polícia. Nós, na contemporaneidade, experimentamos essa mesma dor na grande maioria das vezes em silêncio ou silenciadas. Todos nós acompanhamos perplexos o recente assassinato da pequena Heloisa e as tentativas de silenciamento da família por policiais federais. Essa é uma realidade presente na vida de mães negras. Diante disso, cada vez mais se faz necessária a organização em movimento, pois são eles que nos fortalecem e, de certa forma, nos dão proteção ou pelo menos acompanham nossas dores e lutam conosco por justiça.

Voltando à minha entrevistada a quem chamarei de Tereza de Benguela, ela é formada em Letras pela Universidade Pública. É uma mulher muito inteligente, falante, destemida, curiosa e sonhadora. Tem muita consciência de pertença e também de classe. Num futuro próximo quer voltar ao cursinho, mas desta vez como professora para retribuir o que recebeu. Frequentou o cursinho em 2010.

Todas essas mulheres negras, sejam as que fizeram parte da nossa história ainda que invisibilizadas pelo machismo, racismo, misoginia, seja as que foram entrevistadas por mim, mulheres que na contemporaneidade continuam construindo a história das mulheres negras inspirando-se no legado de nossas ancestrais. Elas são importantes na luta, na resistência e vão fortalecendo-nos como mulheres.

2.2 EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CURSINHO ZUMBI DOS PALMARES E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

De posse das questões formuladas, parto para as entrevistas com foco em alcançar os objetivos. Ao questionar Carolina de Jesus quais eram suas expectativas em relação ao Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares e como ficou sabendo dele, ela respira, silencia, como se estivesse voltando no tempo para lembrar e elaborar uma resposta que de fato respondesse quais eram suas expectativas. Então diz:

Eu acho que de uma certa forma tentar nivelar né, porque eu não tinha na época condições pra estar pagando um cursinho particular. Então a gente sabe que não tem condição sai muito em desvantagem dessas outras pessoas que cursam numa escola particular no caso apesar de eu ter tido uma base muito boa com relação ao Ensino Médio porque eu estudei num colégio assim bem

voltado mesmo pra essa parte do vestibular e também eu tive uma base muito boa do ensino fundamental tudo em escola pública então eu acho que foi nesse sentido mesmo de dar um plus vamos dizer assim nos estudos pra tentar de uma certa forma ter esse nivelamento aí (Entrevista concedida pela Carolina de Jesus em junho de 2023).

É importante observar que Carolina destaca sua passagem pela escola pública como uma experiência positiva. Ela salienta ter passado por boas escolas e ter tido uma boa base. Isso é importante para desmistificar a imagem genérica que se tem da escola pública, como se todas fossem sem qualidade. Em alguns relatos, veremos falas de escolas precárias. Não negamos a existências de escolas que precisam ser melhoradas, mas não podemos generalizar.

Valorizar a escola pública deve ser tarefa de todos os que compreendem a escola como um espaço democrático a que todos têm direito. Mas voltando à fala de minha entrevistada, fiquei inculcada com a expressão que ela utilizou: “Tentar nivelar”. Confesso que fiquei pensativa com esta expressão. Acredito que ela se referia ao desejo de concorrer em condições de igualdade com alunos do ensino privado no Vestibular/Enem. A realidade das estudantes negras não permite essa condição, razão pela qual o cursinho se torna uma importante porta de entrada para essas mulheres negras para o Ensino Superior.

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, para ela, significou essa oportunidade de disputar em condições de igualdade o Vestibular/Enem. Afinal, conforme ela relata, as suas condições financeiras não lhe permitiam frequentar um cursinho privado. É importante ressaltar que, hoje, políticas públicas como o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares vêm se tornando cada vez mais uma realidade, apesar da resistência das elites conservadoras que querem manter seus privilégios. Gomes (2020, p. 114) destaca que nunca “as Universidades e os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto, sobre desigualdades raciais, como no atual momento da luta pelas ações afirmativa”.

Segundo a autora, após a lei 12.711/2012, que instituiu ações afirmativas nas instituições públicas de Educação Superior, elas têm que lidar com sujeitos negros concretamente, e isso significa lidar com outros saberes, outras experiências, entendendo que o sujeito social negro existe e luta pelo direito de entrar na universidade e partilhar desse espaço de produção de conhecimentos e saberes. Isso tudo inevitavelmente gera tensões: “muitas vezes, encontramos negros e negras que introjetam o discurso do mérito e se colocam contrário as próprias políticas que garantem seu direito antes negados” (Gomes, 2020, p. 115).

Fanon (2008, p. 28) aponta que “a dominação dos brancos sobre os negros requer também a dominação psíquica, que faz com que em nossa mente as atitudes daqueles que nos

oprimem não sejam vistos como atos de exploração e subjugação”. Na entrevista com Carolina de Jesus, percebe-se que ela tem muito orgulho de quem é. Ela sabe que é uma mulher capaz, competente e que não teve a oportunidade que teve por a partir do cursinho. Foi uma oportunidade que ela não desperdiçou porque sabe que a maioria das mulheres negras precisa abrir caminhos a ferro e fogo, para transpor a barreira da subalternidade reservada a elas. Tolentino (2023, p. 174) lembra:

Somos educadas para não expressar nossos desejos, nossos sonhos e potencialidade, para não sentir orgulho de quem realmente somos. É como se não tivéssemos autorização para acessar aquilo que para as pessoas brancas é tido como natural, como a inteligência, a beleza, os direitos, as oportunidades.

Conforme pude perceber durante toda entrevista, Carolina é uma mulher que, apesar do racismo e da exclusão, manteve vivos seus sonhos, e suas perspectivas. Ela sabe que é pura potência, mas sabe também que uma mulher negra precisa de apoio para sair da subalternidade e conquistar espaços de poder.

Por tudo isso ela não hesitou em frequentar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares e tirar dele o melhor para que pudesse alcançar seus objetivos. Carolina concluiu com sucesso o curso de Contabilidade e está finalizando o curso de Direito também na Universidade Pública. Trabalha em uma instituição financeira renomada em Rondonópolis, algo não tão fácil para uma mulher negra. Fazendo a mesma pergunta para outra entrevistada, Simone Biles, a resposta não é muito diferente. Ela também tinha a expectativa que o cursinho propiciasse para ela a oportunidade de passar no Vestibular/Enem. Como ela mesma diz, acreditava firmemente que, passando pelo cursinho, conseguiria entrar na universidade. Confirmamos:

A minha expectativa era grande, era um cursinho totalmente gratuito, com excelentes professores, muito dedicados e com muito interesse que aprendêssemos os conteúdos e obtivéssemos sucesso no Vestibular/Enem e os professores ensinavam coisas que seriam específicas do Enem então a minha vontade, minha expectativa era muito alta em relação a ele acreditava firmemente que passando por ele (O cursinho) conseguiria passar no vestibular o que não estava errada eu realmente passei (Entrevista concedida por Simone Biles em maio de 2023).

É possível perceber que Simone tinha de fato a expectativa de fazer o cursinho com objetivo bem definido, que era passar no Enem⁸ e entrar na universidade. Ribeiro (2018, p. 73) afirma que “é necessário conhecer a história deste país para entender porque certas medidas,

⁸ Utilizo a expressão *Vestibular/Enem*, pois o período compreendido pela pesquisa envolve algumas entrevistas que fizeram vestibular e outras o Enem.

como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas devem existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta com a população negra”.

É possível notar que as injustiças da sociedade não mataram o sonho de Simone. Ela continuou lutando para entrar na universidade, mas é sabido por ela que, para conseguir entrar neste seletivo espaço, precisou aprimorar seus conhecimentos, diminuir a distância em relação aos conhecimentos exigidos para disputar em condições de igualdade com outros jovens que estudaram em escolas em condições melhores, que se preparam para esse momento do Enem porque tiveram a oportunidade que ela não teve em função do racismo. Os cursinhos privados são um sonho difícil de ser alcançado por várias razões que já tratei anteriormente. Para ela, essa política pública implementada pelo movimento negro é a porta que se abre, dando-lhe uma chance de alcançar seu objetivo.

Quando Ribeiro (2018) fala que a sociedade é excludente e injusta com a população negra, ela traz em sua fala a indignação com a omissão social em relação à inclusão da mulher negra. Cursinhos como o Zumbi dos Palmares, implementados pelo movimento negro, são bem-vindos. Eles promovem a inclusão de mulheres negras, mas ele se faz necessário porque o Estado é negligente, não cumpre sua responsabilidade para promover a equidade e justiça social com a população negra. O país tem uma dívida histórica para com os afrodescendentes. Simone soube do cursinho através de sua mãe que foi uma das professoras que esteve presente quando do seu início trabalhando de forma gratuita nos fins de semana para ensinar aos jovens negros conteúdos que eles precisavam aprender para enfrentar com alguma chance o Vestibular/Enem, demonstrando a solidariedade existente entre a população negra: uma mulher que trabalhava a semana toda em sala de aula dedica seus fins de semana para, gratuitamente, ensinar jovens negros e dar a eles uma chance de disputar os seletivos exigidos para colocá-los na universidade.

Ações como essas só são possíveis em tempos difíceis de tanto egoísmo e desprezo pelo “outro”, pela empatia e solidariedade encontrada nos moldes de vida da população negra, capaz de acolher, dividir, amar e resistir. Por isso, chegamos até aqui apesar dos diferentes projetos de extermínio dolorosamente experimentados pelos negros e negras desse país. Gomes (2020, p. 134) lembra que “no Brasil, a escola, principalmente a pública, é resultado de uma luta popular pelo direito à educação e entendida como parte do processo de emancipação social”. Como pontua Nascimento (2016, p. 114), “o modelo Ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso”.

É essa realidade que o professor Flávio, apoiada pelas mulheres negras, queria mudar. Ele percebeu uma grande demanda reprimida de jovens negros que queriam entrar para

a universidade, mas não conseguiam:

Percebi que havia uma pressão uma demanda muito grande da comunidade negra, quer dizer, vários negros estavam terminando o Ensino Médio e não sabiam que fazer. Eles se prontificaram pra essa instituição pública, mas eram reprovados muito mais pelas condições de socioeconômicas do que qualquer outro obstáculo, havia uma demanda solta sim pra ingresso na universidade e aí quando eu entrei na universidade eu já tinha percebido que havia aqui também um resíduo dessa demanda, sabe (Entrevista concedida pelo professor Flávio Nascimento em março de 2023).

A sensibilidade destas pessoas, aliada à luta do movimento negro, possibilitou que mulheres, como as minhas entrevistadas, tivessem a oportunidade de acessar a universidade, concluir um curso superior e entrar no mundo do trabalho de uma forma outra, que não na subalternidade, fortalecendo suas identidades.

Hooks (2017, p. 24) diz que “precisamos abrir a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do acessível, celebrar um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas”. Conversando com Rafaela Silva sobre suas expectativas em relação ao Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, ela disse:

Na realidade fazia cinco anos que tinha terminado o Ensino Médio. Eu terminei dois mil e cinco, 2010 como te falei antes, pensei comigo mesma preciso fazer alguma coisa, porque preciso continuar a estudar, nesse momento em que eu estava a pensar, ouvi o som de um carro que passava na rua, fazendo um anúncio, prestei atenção no anúncio e, era um chamamento para inscrição no cursinho pré vestibular Zumbi dos Palmares, não pensei duas vezes peguei meus documentos e rumei para o local indicado fiz minha inscrição e comecei a estudar no cursinho. Eu morava na Boa Esperança antigamente. Quando começou o cursinho e era perto o que facilitava muito pra mim (Entrevista concedida por Rafaela Silva em maio de 2023).

Percebe-se que Rafaela Silva compreendeu que, enquanto mulher negra e trans, o cursinho era um caminho que poderia ajudá-la superar as expectativas coloniais. Mas, diferentemente das outras meninas, ela não tem a mesma perspectiva: percebe-se que é uma mulher solitária e, ainda que tenha liderado a Associação LGBTQIA+ em Rondonópolis, isso não fez dela uma liderança para exercer um papel enquanto representante de uma categoria altamente discriminada. Ela acabou deixando não só a presidência da associação, mas pouco a pouco se afastou do movimento também.

É possível observar nela o peso do racismo e da exclusão: “O racismo nos empurra para o lugar de solidão e do silêncio” (Tolentino, 2023, p. 173). Além disso, “a violência do racismo subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo infinito

potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir” (Tolentino, 2023, p. 173). É esse o sentimento que tenho em relação a Rafaela, de que ela vem ao longo da construção de sua identidade submergindo ao machismo, sexismo, racismo. Essas práticas são, às vezes, tão violentas que acabam minando as forças de promissoras lideranças, como é o caso de Rafaela Silva, que vem sendo vencida por estas violências.

Imagino como somos subjugadas pelo racismo em função da nossa condição de mulher negra. Rafaela carrega triplamente o preconceito. Além de ser mulher, é negra e trans. Sinto que ela precisa de ajuda, de apoio para não desmoronar. Além disso, conforme seu relato, ela sempre se sentiu protegida pelos pais a quem perdeu não faz muito tempo. Ela ainda vive um processo de luto que para ela também é duplo, já que que perdeu pai e mãe com uma pequena diferença de tempo. Segundo Rafaela, eram eles que nos momentos em que se sentia vulnerável a apoiavam. Agora não pode mais contar com eles. Nesse contexto, ela perde não só os pais, mas também os protetores.

Eu tive uma luta assim, grande dificuldade quando comecei a faculdade meu pai faleceu logo em seguida um mês e vinte e sete dias depois minha mãe faleceu e isso foi devastador para mim, porque eles sempre foram muito presentes na minha vida eles nunca me abandonaram pela minha opção sexual, ao contrário minha mãe era minha parceira, confidente, minha melhor amiga e até por ela eu não desisti e concluir a faculdade graças a Deus (Entrevista concedida por Rafaela Silva em maio de 2023).

Em determinados momentos, vemos que sua fala nos diz uma coisa, mas seu olhar, seus movimentos, sua postura nos dizem outra. É como se ela não tivesse um lugar para assentar seus sonhos, seus desejos, seus projetos. Aparentemente ela não se sente acolhida entre as mulheres, menos ainda entre os homens e, ao que se percebe, está se distanciando do Movimento LGBTQIA+. Ribeiro (2018, p. 47) escreve que o movimento feminista precisa incluir, acolher a mulher trans, caso contrário segundo ela:

Não incluir, por exemplo, as mulheres trans com a justificativa de elas não são mulheres reforça aquilo que o movimento tanto combate e que Beauvoir refutou tão brilhantemente em 1949: a biologização da mulher, ou criação de um destino biológico. Se não se nasce mulher, se ser mulher é um construto, se o gênero é performance, não faz sentido a exclusão das trans como sujeito do feminismo.

Entendo que a Rafaela está no processo de construção de sua identidade, um processo que para ela é mais difícil porque, além de enfrentar o racismo, ela também enfrenta a transfobia que é tão perversa quanto o racismo. Ao entrar no Ensino Superior, ela foi sendo

moldada, silenciada, fez Direito em uma universidade privada e, apesar de negar ter experimentado o racismo, as consequências dele são bem visíveis nela. A mesma pergunta sobre quais eram as expectativas em relação ao cursinho fiz à entrevistada Tereza de Benguela:

Bem no começo eu assim a gente sempre sonha né Luzia, sonha em fazer um curso superior, ainda mais pra nós mulheres negras eu falo sempre pros meus filhos nós que estamos do lado de cá do asfalto é mais complicado porque a gente sonha, mas nem sempre é fácil de colocar em prática esse sonho, porque pra nós tudo é muito mais difícil, então eu sempre tive a expectativa de fazer o cursinho entrar na universidade e depois fazer um concurso público porque eu sonhava em trabalhar no INSS sempre pensei que eu fosse trabalhar no INSS até hoje ainda penso ainda tenho a expectativa de passar em um concurso para o INSS não desisti de estudar e disputar uma vaga lá. Então eu fiz o cursinho nesse intuito eu nem tinha, assim o sonho de dar aula, nunca foi o meu sonho trabalhar em escola mas depois que a gente entra na universidade a gente começa a mudar um pouco a visão das coisas e pude ver que no Mato Grosso não é tão ruim ser professor O salário não é tão baixo ainda precisa melhorar sem dúvidas mas é um dos melhores salários de professor dos mais altos, é um dos melhores salários de professor do país e assim que terminei a faculdade comecei a dar aulas (Entrevista concedida pela Tereza de Benguela em maio de 2023).

A Tereza de Benguela é uma mulher falante, tem muita consciência de pertença e também consciência política. Arrisco-me a afirmar que foi das minhas entrevistadas a que mais percebi consciência política. Segundo Collins (2019, p. 344),

[...] a luta por educação politiza as mulheres negras. Essa politização está ligada à autodefinição, não ao “eu” como se fosse uma questão individual, mas sim a um “nós”, portanto, ao coletivo. Um pertencimento em que a identidade não é o produto final, mas sim o início da caminhada para a autodefinição.

Collins (2019) reafirma a análise que faço da Tereza. Acredito que sua busca por educação e conhecimento também a politizou, o que faz com que ela consiga enxergar que “está do outro lado”, expressão que ela usa para esclarecer que não faz parte da elite dominante do país e que tem a responsabilidade de defender seus interesses e interesses da classe trabalhadora, não se deixando influenciar pela retórica da classe dominante. Formada em Letras, conforme ela mesma vai falando, não tinha como objetivo ser professora, mas aparentemente suas decisões foram levando-a para esse caminho.

Admite que foi atraída pelo salário de professor em Mato Grosso, que ela considera ser um dos melhores, mas sua trajetória também foi lhe mostrando a necessidade cada vez maior de professores comprometidos com as lutas antirracistas para promover uma educação de qualidade para todos, principalmente com foco na inclusão de negras e negros. Assim, ela

assume a sala de aula e busca fazer desta um espaço de construção de saberes que alimentem a resistência e o combate ao racismo.

Ela ainda tem o sonho de passar em um concurso para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas hoje tem a compreensão de que a sala de aula é um espaço de tensões e conflitos e nela podemos construir identidades positivas ou negativas do aluno. Também é um espaço onde o professor não encontra caminhos fáceis, ao contrário, muitas vezes como relata Tolentino (2023, p. 131) “professoras negras são perseguidas e o assédio é uma constante em nossa trajetória sobretudo, entre as educadoras que se dedicam às práticas pedagógicas comprometidas com o combate ao racismo”. O fato de Tereza entrar numa universidade, formar-se em Letras, ir para a sala de aula, pensar caminhos que a leve experimentar lugares outros para além da subalternidade, permite-lhe furar a bolha do racismo que nos condena a ser conforme lembra Tolentino (2023) trabalhadoras domésticas, faxineiras, babás e catadoras de papel.

Tereza tem algo que a diferencia de boa parte das outras entrevistadas negras. Conforme relatos que veremos, quase todas elas foram a primeira da família a entrar em uma universidade. Ela vem de uma linhagem de mulheres negras que entraram na universidade antes dela. Então para ela, o Ensino Superior não parecia algo tão distante, inatingível como para a maioria das mulheres negras. Ela sabia que precisava do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para ajudá-la a aprender conhecimentos que seriam exigidos na seleção. Sabia que superando essas dificuldades entraria na universidade, assim como suas irmãs mais velhas.

Diferentemente de Tereza, Sueli Carneiro, ou simplesmente Sueli, não tinha essa expectativa de que em algum momento entraria no Ensino Superior. Ela, como muitas jovens negras, vem de família trabalhadora. Perdeu a mãe muito cedo, ela era sua grande referência na vida que a estimulava a estudar sempre na esperança da superação das mazelas que afetam mulheres negras e as obriga a viver uma vida de privação, na base da pirâmide social.

Gonzáles (2020), grande historiadora com seu jeito simples de falar, de se fazer entender, brilhantemente contempla toda mulher e mãe, quando fala com muita propriedade e conhecimento do sonho de todas nós mulheres negras que é entrar na universidade e ver nossos filhos neste espaço de esperança para nós, mas muitas vezes quase inatingível:

A gente que é pobre tem de estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo, né? Aí já dá pra conseguir um empreguinho melhor, ganhar o salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois. Tem muita gente que estuda de noite e trabalha de dia. Aqui mesmo no morro tem muita

gente que faz isso. Eu até que tentei também. Mas não deu não. Já estou muito velha pra aprender essas coisas de escola; vou fazer vinte e sete anos. Criança é que tem cabeça fresca pra isso (González, 2020, p. 160).

Tereza segue ajudando a cuidar dos irmãos e trabalhando. Essa realidade a obrigou a parar de estudar durante determinado tempo até ouvir falar do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares através da imprensa, o que lhe despertou interesse em retomar seus estudos. Ela se organizou e fez sua matrícula. Quanto às expectativas que tinha, afirma:

De realmente me preparar no cursinho, a expectativa era grande com relação a algumas matérias porque eu na verdade eu fiz da primeira a quinta série e parei um bom tempo. E depois eu fiz o supletivo. Ali na escola Alfredo Marien que era um supletivo para quem não tinha concluído o Ensino Médio na idade esperada. Então assim eu achei que não estava preparada para o vestibular, precisava estudar mais e o cursinho foi a oportunidade que eu precisava aí me inscrevi no cursinho pra poder ver se aumentava mais os meus conhecimentos. E as chances pra eu conseguir passar no vestibular (Sueli em entrevista concedida no mês de junho de 2023).

Essa sensação de despreparo está sempre presente na vida de uma mulher negra. Ela pode ser real, pois as condições em que vivemos, muitas vezes, não nos preparam mesmo, mas também existe outra face do racismo que, por mais que façamos o melhor, não somos respeitadas e nossos conhecimentos estão sempre. Como afirma Gomes (1996), eles vão sendo postos à prova.

Tereza, durante a trajetória de estudante que acabou por levá-la à sala de aula, entende que precisamos ter consciência de quem somos e do nosso papel enquanto professor para que de fato possamos promover uma educação que possibilite às crianças e às jovens negras terem autonomia e poder enfrentar os seletivos como Vestibular/Enem em melhores condições.

Caso contrário, nossas chances serão cada vez menores, pois como uma mulher negra poderá, por exemplo, disputar no Enem uma vaga de Medicina com uma jovem não negra que teve as condições reais de estudar em uma escola de alto padrão, fazer cursinho pré-vestibular privado e que vem de famílias com tempo para estudar enquanto enfrentamos o cansativo e, muitas vezes, precário mundo do trabalho 10, 12 horas por dia, estudando à noite, sem tempo para as atividades extraclasse, para a realização das atividades propostas? Fica difícil obter sucesso no Vestibular/Enem sem apoio de cursinhos como o Zumbi dos Palmares surgido da luta do movimento negros.

2.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DA

IDENTIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CURSINHO

Como já destacamos, a identidade da mulher negra é construída por diferentes contextos, e um desses contextos é o profissional. Ter um lugar de destaque no mundo do trabalho, ocupando postos de trabalho socialmente valorizados, é fundamental no processo de construção de uma identidade positiva. Nossas identidades estão profundamente marcadas por nossas escolhas laborais. É certo que nos constituímos para além da nossa vida profissional, mas reconhecemos que o profissional afeta nossas identidades de forma fulcral. Em razão disso, perguntamos às mulheres entrevistadas sobre a importância do cursinho para o processo de formação profissional. Lembramos que

[...] em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, sou “jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente (Silva, 2021, p. 74).

Mas sabemos que não é tão simples esta definição. Assim como a identidade só existe em estreita conexão com a diferença (Silva, 2012). Ela é construída em contínua relação com nossas ações cotidianas, e entre estas ações está nosso lado profissional, que diz respeito à nossa formação, à nossa posição no universo do trabalho.

Assim, encorajada para prosseguir com a questão proposta, verifiquei que todas as respondentes destacaram a importância do cursinho para suas vidas profissionais pregressas. Neste sentido, uma das mulheres negras entrevistadas afirma ter passado em três vestibulares na época:

Sim. Eu me formei em Biologia e na época eu passei pra três faculdades biologia, enfermagem e psicologia e acredito que vindo eu de escola pública da periferia da cidade onde quase sempre faltavam professores jamais teria conseguido passar em três bons vestibulares se não tivesse passado pelo cursinho, ele sem dúvida foi fundamental para o meu sucesso no vestibular. Eu não teria todo o conhecimento, toda bagagem que adquiri quando fui para as provas (Simone de Biles).

Neste caso, fica evidente que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares não só contribuiu para o seu processo de formação profissional como também lhe deu oportunidade de escolha, pois, aprovada em três vestibulares, pôde escolher o curso que mais lhe pareceu viável. Segundo hooks (2015, p. 197), “ser oprimida significa ausência de opções”. Ter possibilidades

de escolha não é algo comum para mulheres negras, especialmente quando o assunto é cursar o Ensino Superior e o cursinho acaba sendo um marco para superar a ausência de opções que existem para as mulheres negras em função do racismo:

O racismo, embora atinja toda a população negra, assume outros contornos quando se trata das mulheres negras. [...] Nós, mulheres negras, estamos sempre em um lugar de subordinação e de inferiorização, no discurso e nas práticas do sistema [...] há uma naturalização dos espaços que ocupamos, como se nosso lugar fosse o lugar das más condições de moradia, trabalho, mobilidade urbana, como se vivêssemos em uma sociedade estamental, nulas de mobilidade social: Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (Santos, 2022, p. 22-23).

Santos (2022) afirma que o racismo nega aos negros direitos garantidos pela Constituição Federal em seu art. 205, quando diz que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas esse direito é negado, em grande parte, pela presença do racismo na sociedade brasileira. Almeida (2018, p. 25) esclarece que o racismo “é uma forma sistêmica de discriminação que tem raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Este fundamento baseia-se em ideias e teorias inventadas pelo ocidente no contexto colonial. Não só no Brasil como também no mundo todo criaram-se teorias para manter grupos, especialmente povos indígenas e negros, marginalizados. Os privilégios de alguns grupos (brancos) são mantidos em detrimento de outros (negros e indígenas).

A escola pública não rejeita ou impede a entrada dos grupos excluídos, porém estes são inseridos, mas não incluídos. Estão na escola, mas continuam marginalizados. “O que acontece é a constituição de uma lógica que gera um tipo de “inclusão excludente”, em que ao mesmo tempo insere os sujeitos no sistema capitalista e educacional, mas demarca os lugares a serem ocupados por eles na sociedade” (Costa; Martins; Silva, 2020, p. 11).

Porém, é preciso que tenhamos o sentimento e a certeza de que podemos alterar esta realidade. Acreditamos no potencial das políticas públicas, no comprometimento dos movimentos sociais e, principalmente, na capacidade das mulheres negras de superação de toda forma de abuso e exploração: “Nós temos que ser otimistas. Porque se não formos otimistas, seremos tragados pelo pessimismo [...] temos que ser otimistas e proativos. Não podemos ser otimistas e não nos mexermos para mudar a situação em que nós estamos” (Gomes, 2022, p.

2011, p. 11).

Gomes (2022), ex-ministra da Igualdade Racial, ex-reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), confirma a importância do otimismo na vida de mulheres negras. Mas não se trata de um otimismo ingênuo e descomprometido. Estamos falando de um otimismo revestido de comprometimento, não só com nossa formação pessoal, mas com a causa de toda a população negra, que luta diuturnamente por representatividade, por oportunidades reais na universidade e também no mundo do trabalho.

A realidade histórica do racismo e a colonialidade não são imutáveis. A história está sempre no campo das possibilidades e o movimento negro tem mostrado que é possível transformar essa realidade. Por isso, é tão importante manter o otimismo comprometido, porque acreditamos na possibilidade de mudança, no rompimento da tradição histórica, para não sermos tragadas pelo pessimismo nem pelo fatalismo. Como fala Freire (1999, p. 51), a perspectiva sectária e fatalista

[...] nega a história como possibilidade pois ela produz apatia diante do mundo, seja pela crença de que a mudança virá porque supostamente as forças determinantes a produzirão, seja acreditando que nada pode ser feito, já que a história segue seu curso natural; determinado.

O determinismo histórico não faz parte da luta das mulheres negras. Mesmo com todos os enfrentamentos que precisamos fazer cotidianamente, mantemos firme a esperança de que haverá sempre um novo dia, um novo amanhecer e seremos capazes de romper com a tradição histórica de exclusão e construir novas possibilidades. Nesta mesma perspectiva, de luta e otimismo, Sueli também admite que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares contribuiu para o seu processo de formação profissional:

Sim, porque a gente tinha muita dificuldade com a escrita não sabia fazer redação, aprender a fazer redação é algo que me ajuda até hoje na minha profissão e acho que ajuda em qualquer profissão em todas as áreas que a gente for trabalhar, a gente vai utilizar para produzir texto, até mesmo interpretar algumas situações, fazer algum documento. Então o cursinho contribuiu e contribui para meu processo profissional (Entrevista concedida por Sueli Caneiro em junho de 2023).

Sueli é enfermeira em uma Unidade de Saúde em Rondonópolis e reconhece que o fato de ter passado pelo cursinho até hoje contribui no desempenho de sua profissão. Nota-se que o comprometimento do cursinho com seus cursistas extrapola, em muito, o espaço

institucional de formação acadêmica, pois alcança a vida profissional das pessoas, impactando positivamente em suas identidades.

Com isso, o cursinho contribui para superar os lugares estereotipados reservados às mulheres negras. Estes estereótipos muitas vezes são reiterados nos espaços escolares: “a escola, em certa medida, ainda é um espaço colonial que age a partir de uma perspectiva binária – nós/outros, bons/maus, inteligentes/ignorantes, pobres/ricos – e nomeia o outro a partir de estereótipos” (Tedeschi; Pavan 2017, p. 7). O cursinho torna-se a oportunidade para superar o estereótipo de ser ruim, ignorante, pobre. Ele é uma chance concreta para a mulher negra desenvolver suas potencialidades.

Com as políticas públicas conquistadas pelo movimento negro, como a criação de cursinhos como o Zumbi dos Palmares, as teorias racistas não se sustentam. Basta apenas uma oportunidade e o resultado é esse que Sueli descreveu: ela passou em três vestibulares e pôde escolher o superior com o qual mais se identificava.

Sueli brilhantemente conclui o Ensino Superior e está no mundo do trabalho com foco e o compromisso de potencializar outras mulheres negras. E assim seguimos demonstrando que o fracasso escolar não pode ser atribuído às características sociais, étnico-raciais e culturais de grupos, mas é resultado das injustiças, com destaque para o racismo. Além disso, temos uma histórica dificuldade de educar para a diferença e vê-la como positiva. Tedeschi e Pavan (2017, p. 13) afirmam que “ainda temos dificuldade de educar para a diferença, pois ela implica abrir mão de formas de controle e aceitar que a diferença não pode ser controlada, domesticada ou domada sem risco de retornar à mesmidade”. É mais habitual construir o “outro” como inferior para justificar o privilégio da branquitude.

Seguimos dialogando com outras mulheres negras que também afirmam a importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para sua formação profissional. Vejamos, por exemplo, o que fala Dandara, formada em Psicologia. Ela fez a tomada de decisão para cursar Psicologia a partir das discussões colocadas em foco no cursinho. Foi o cursinho que permitiu que ela conseguisse perceber este campo de estudo como promissor na luta contra o racismo. Quando questionada sobre a importância do cursinho para seu processo de formação profissional, afirma:

Com certeza, quando fui para o cursinho era ainda muito jovem nem sabia direito o que queria fazer, mas ao longo do percurso fui percebendo quanto mal o racismo fazia a população negra, fazer Psicologia era uma forma de trabalhar com essas pessoas para ajudá-las a superar um pouco das sequelas provocadas pelo racismo (Dandara).

Quando a psicóloga Dandara fala “de trabalhar com essas pessoas para ajudá-las a superar um pouco das sequelas provocadas pelo racismo”, parece não se enquadrar, não se reconhecer como uma mulher negra. Mas é exatamente o contrário, pois sendo mulher negra de pele um pouco mais clara, talvez, tenha se expressado mal, por reconhecer que no Brasil, pessoas negras de pele mais clara sofrem o racismo com menor intensidade, ou seja, de forma diferenciada, “mais suave”, eu diria.

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é ator de uma prática pedagógica e política capaz de apontar caminhos outros para as mulheres que por ele passaram promovendo nelas a emancipação. Para Gomes (2017, p. 136), “é no contexto da pedagogia da diversidade que o estudo dos saberes emancipatórios construídos, sistematizados e articulados pelo Movimento Negro pode ser contemplado”. Dandara conseguiu vislumbrar, a partir das discussões e socializações ocorridas no cursinho, a perspectiva de cursar Psicologia e a partir dessa profissão contribuir com seus pares para que os mesmos consigam lidar melhor com as dores provocadas pelo racismo.

O fato é que, conversando mais detidamente com a Dandara, verifiquei que ela se considera uma mulher negra e tem consciência de pertença racial. Foi mais uma que soube aproveitar a oportunidade oferecida pelo cursinho para ingressar no curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), inclusive um dos cursos mais recomendados e disputados.

Trago ainda a fala de Rosa Parks. Ela relatou uma experiência extraordinária, pois, além de ser aprovada em cinco vestibulares após fazer o cursinho, posteriormente obteve aprovação em um concurso público. Consideramos ser um caso extraordinário, pela realidade da maioria das mulheres negras. Como disse a entrevistada:

Foi um marco, na época eu dei várias entrevistas em rádio e TV, porque eu passei em cinco vestibulares. Eu me lembro que na época teve até um evento que participei, dei uma entrevista na TV e fiz uma fala pro pessoal que estava ingressando. Falei sobre a importância que foi o cursinho na minha vida (Entrevista concedida por Rosa Parks em março de 2023).

Então uma mulher preta que consegue passar em cinco vestibulares sem jamais ter feito um cursinho pré-vestibular privado, ao contrário frequentando um cursinho popular oportunizado pelo movimento negro, somente com um ano de cursinho, é de fato extraordinário. Recorrendo a Tolentino (2023, p. 16), lembramos que o Brasil é um país que “historicamente tem negado à população negra o direito humano a educação de qualidade. Quando se trata das afro-brasileiras, as barreiras para instrução formal se tornam ainda maiores”.

Passar no vestibular para uma mulher preta, originária da periferia, do interior de um estado onde imperam o agronegócio e a concentração de renda nas mãos de poucos é algo extraordinário. Uma mulher negra superar essa perversa realidade, superar a injusta distribuição de renda, superar o racismo de um estado que figura em primeiro lugar em denúncia de racismo, de fato não é algo corriqueiro. Ela teve que vencer muitos obstáculos e mostra a capacidade de resistência e luta da mulher negra, que ao ser fortalecida por um Cursinho, fortalece sua identidade.

O fato é que ela passou em cinco vestibulares, teve a opção de escolha, entrou no curso de sua escolha, concluiu o Ensino Superior, chegou à pós-graduação e doutorou-se, algo alcançado por pouquíssimas pretas e pardas, mostrando que quando há oportunidade, o céu é o limite para uma mulher preta.

A declaração de Rosa Parks, que se tornou uma doutora, poderia resumir a importância do Cursinho Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares na vida dos/as que o cursaram, pois ela desmistifica a identidade da mulher negra como inferior, como corpo-objeto e mostra que somos capazes de reverberar nosso potencial e capacidade intelectual que o racismo invisibilizou em nós quando tirou nossa humanidade e nos colocou no lugar de deficientes, incompetentes e inferiores. A escritora hooks (1995, p. 469) afirma que “o *status* inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas racistas e classistas como deficientes incompetentes e inferiores”. Rosa Parks, uma menina que veio do interior e frequentou um Ensino Médio precário, cresceu ouvindo sua mãe dizer que o caminho que poderia traçar diferente dos determinados pelo racismo e sexismo sobre a mulher negra, e que nos assombra desde a escravidão, seria a educação. Ela foi aprendendo que não era um corpo sem mente. Gomes (2017, p. 137) assevera: “a educação, de um modo geral deve ser o campo por excelência a construir muitas entradas e saídas nas fronteiras que nos separam”. Assim ela absorve cada oportunidade oferecida no cursinho e, para além dele, porque é uma mulher com sede de viver, com sede de aprender. Para ela, aprender, estudar, desenvolver seu potencial de mulher negra é a necessidade de reconstrução dos símbolos de representatividade historicamente construídos como inferiores.

Rosa Parks, com sua história de sucesso e superação, mostra que urge a implosão dos estereótipos construídos sobre a mulher negra. Carneiro e Borges (2009, p. 85) afirmam que “a construção de outra memória, condizente com a dignidade das mulheres negras, implica a implosão dessas referências”. A construção de símbolos positivos que de fato condizem com a dignidade da mulher negra é algo que está sendo feito com a contribuição do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, pois a educação é um dos caminhos possíveis para a construção

de uma nova memória.

É o que destaca Tereza de Benguela, outra mulher negra entrevistada: “Nós somos pretos e nós somos pobres, então a única saída pra nós é a educação”. Tereza de Benguela relembra com carinho sua passagem pelo cursinho e afirma que até mesmo seus filhos foram influenciados indiretamente. Com sua formação, pôde ser um exemplo positivo para eles, que também já estão no Ensino Superior, inclusive um deles em Medicina. Como vimos, ao serem perguntadas se o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares influenciou em sua formação profissional, as respostas foram uníssonas, todas afirmaram que sim e justificaram suas afirmações.

O racismo, enquanto sistema de opressão e criador de símbolos e estereótipos que inferiorizam a população negra, historicamente tem excluído, subjugado, oprimido, aprisionado e matado mulheres negras, mas não foi e nem será capaz de aprisionar e matar as mentes, os sonhos e a capacidade de mobilidade e resistência das mulheres negras. Gomes (2017, p. 20) lembra que “o Movimento Negro é um dos principais atores políticos que nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta”.

A partir da luta e da resistência, aprendemos a trabalhar vislumbrando um outro modo de vida, outras possibilidades utilizando das fissuras e brechas: “as brechas se transformam no lugar e no espaço a partir do qual a ação, militância, resistência, insurgência e transgressão são impulsionadas, onde as alianças se constroem, e surge um *modo-outro* que se inventa cria e constrói” (Candau, 2016, p. 72).

As mulheres negras entrevistadas se insurgiram, transgrediram e superaram os obstáculos impostos pelo racismo, superaram a determinação colonial e estão provando que são muito mais que um corpo, um símbolo sexual ou uma mãe preta. Neste sentido, diante dos relatos das entrevistadas, penso estar legitimada para afirmar que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares foi, sim, importante no processo de formação profissional das egressas, dessa forma contribuindo para a construção positiva de suas identidades.

2.4 O CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES: EFEITOS QUE VÃO ALÉM DA LÓGICA INDIVIDUAL

É preciso questionar a invisibilidade de pessoas que foram deslocadas de seus territórios da forma mais cruel possível e foram escravizadas. Tolentino (2023, p. 14) lembra que pessoas negras “continuam a habitar os ‘porões’ que trouxeram seus ancestrais para o continente americano”. Isso para lembrar o abandono pós-escravidão experimentado pelos

negros e negras, quando se viram sem moradia, sem trabalho, sem direito a saúde, educação e sem perspectivas de encontrarem alternativas de sobrevivência.

Houve um conjunto de estratégias e ações do Estado que manteve a população negra na marginalidade, apesar da dita liberdade, cujas consequências reverberam até a atualidade. Ainda somos vítimas de um sistema perverso feito para excluir aqueles que o colonizador determinou como os “inferiores”. Santos (2002) afirma que a crença de que há seres humanos superiores e inferiores é necessária para manter a exclusão social. Essa crença justifica a exploração/exclusão da população negra, considerada inferior à população colonizadora:

Nessa perspectiva, é possível compreender o racismo como uma arma ideológica que serviu à dominação e a exploração dos povos (como negros, índios, entre outros) e, que historicamente produziu – e produz severos processos de exclusão e de extermínio de parte da população (Costa; Martins; Silva, 2020, p. 3).

Na esteira e na vanguarda da resistência contra essas armas ideológicas de dominação está o movimento negro, promovendo a resistência de várias maneiras e combatendo o racismo. Um desses modos de resistência é via inclusão de mulheres negras na universidade por meio de Cursinhos Pré-vestibulares como o Zumbi dos Palmares. Um movimento que precisa estar o tempo todo na resistência, na construção de meios que permitam a manutenção do cursinho, pois um vacilar significa a extinção do mesmo. Nesse sentido, concordo com Gomes (2017) quando afirma que o movimento negro é educador porque não só gera conhecimento, mas também alimenta a luta para a manutenção das conquistas, além de ser o grande mediador entre as várias instâncias e a comunidade negra.

No Cursinho Zumbi dos Palmares, certamente quando do seu início o conhecimento gerado pelo movimento negro chegava de forma mais potente através do material próprio elaborado pelo professor Flávio Nascimento e equipe, e também pelas atividades extraclasse como o já citado domigo negro, além, é claro da equipe de professores e coordenadores negros que conduzia o cursinho e influenciava na construção das identidade também pelo exemplo, conforme veremos nos relatos das entrevistadas.

Atualmente, esses conhecimentos não chegam com a mesma potência, mas não deixam de chegar porque o material pedagógico utilizado no cursinho ainda continua sendo elaborado pelo professor Flávio Nascimento e equipe, e o movimento negro ainda exerce uma certa influência nele.

[...] o Movimento negro enquanto forma de organização política e de pressão

social – não sem conflitos e contradições – tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade. Ele se organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva (Gomes, 2017, p. 42).

Enquanto reflito a fala de Gomes (2017), um filme passa pela minha cabeça voltando no tempo e fazendo um retrospecto do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares desde seus primeiros momentos de instituição, quando homens e mulheres negras se organizam politicamente para lutar por direitos historicamente negados.

Em um segundo momento há uma sistematização dos saberes construídos ao longo das experiências sociais, culturais, históricas, políticas e coletivas e a junção desses conhecimentos facilitou a criação do cursinho, inclusive com apostilas próprias feitas para organizar e registrar esses conhecimentos.

Os conhecimentos e as experiências acumuladas durante a existência do movimento na luta por direitos possibilitou a articulação com o município para o apoio necessário à manutenção e sobrevivência do cursinho. Um cursinho que não só contribui de forma individual, mas também de forma coletiva. Ele contribui para o fortalecimento do povo negro. Como disse a entrevistada Tereza de Benguela:

Movimentos Negros como o Zumbi dos Palmares são importantes para a promoção da população negra [...] se o nosso povo não começar a estudar se a gente não tiver políticas públicas, se a gente não tiver organizações que nos levem a pensar e abrir a mente sobre como a gente pode votar de maneira mais eficiente. Às vezes nós negros e negras não conseguimos nem mesmo nos identificar como preto porque às vezes é preciso dizer o óbvio para as pessoas Luzia, porque eles não se veem fazendo parte dessa classe por acreditar que não são negros. Qual é o papel que os movimentos sociais entre eles os movimentos negros precisam desempenhar no mundo? Precisam ser mais contundentes, ajudar de maneira mais eficiente o povo, a população preta, porque nós somos maioria, nós somos uma maioria que é triturada pela minoria. Isso nunca vai mudar se a gente não começar a equiparar, Luzia. A lutar contra isso no mesmo ambiente a gente precisa ocupar os mesmos lugares pra gente poder ter lugar de fala. Porque eu gritar de lá de dentro do poço ninguém vai me ouvir. Eu tenho que subir e me igualar as pessoas pra eu conseguir falar de igual pra igual com elas (Tereza de Benguela, maio de 2023).

Tereza desenvolve reflexões que considero de muita perspicácia. Há várias questões interessantes para serem analisadas na fala dela. Primeiro, ela tem clareza da necessidade de políticas públicas para promover a equiparação da população negra.

Ela sabe que profundas desigualdades entre brancos e negros são uma realidade perversa que precisa ser combatida. Ela sabe também que os indicadores e as estatísticas

socioeconômicas mostram a disparidade entre negros e brancos em todos os setores, seja no trabalho, na violência, na escolarização, na saúde e na expectativa de vida. A população negra vive menos por causa da cor da pele e as vidas negras não importam.

Para fazer frente a esse conjunto de desigualdades, Tereza aponta a necessidade de políticas públicas que de fato promovam a inclusão, de forma especial de mulheres negras que estão na base da pirâmide social e econômica. Nesse sentido, a fala de Tereza se aproxima de Jaccoud (2008, p. 134) quando aponta:

Discutir políticas públicas e instrumentos de combate à desigualdade racial implica em debater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo [...] como racismo, discriminação direta, discriminação indireta, o preconceito, que, em conjunto, mantém a população negra concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social brasileira.

É importante o debate sobre as questões trazidas por Tereza e Jaccoud (2008), pois elas possibilitam que se construam políticas públicas de combate ao racismo e inclusão da população negra. Outra questão que Tereza aponta está relacionada à importância da pertença, de se ver como grupo, como coletivo. Quando ela diz: “Às vezes é preciso dizer o óbvio para as pessoas Luzia, porque eles não se veem fazendo parte dessa classe por acreditar que não são negros”, é possível observar uma angústia sobre essa questão. Para ela, é inadmissível que negros e negras não tenham consciência de pertença. Gonzáles (1980, p. 237) mostra que essa questão não foi produzida pelos negros, mas pelos brancos como forma de domínio e exploração: “Dá pra entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos e ocidentais”. Gonzáles (1980) indica que não é simples a compreensão das razões que muitas vezes fazem com que o negro negue a si mesmo, seus valores, sua ancestralidade. Há uma cultura de reprodução de valores positivos em relação à branquitude e de negatividade dos valores ancestrais da negritude que acabam por serem internalizados pelos negros. Além disso, há toda uma prática de exclusão e genocídio da população negra. Assim, quem quer ser negro em um país que, historicamente, manteve projetos de extermínio da população negra?

Houve um projeto de país no qual os negros não faziam parte, pelo contrário, o Estado postulava que os negros desapareceriam do Brasil. Nascimento (2016, p. 87) relata que “João Batista Lacerda, único delegado latino-americano no primeiro Congresso Universal das Raças realizado em Londres em 1911, previa que até o ano de 2012, o Brasil estaria livre do negro e de seus mestiços”. Então é difícil assumir-se negro nestas condições. Tentaram nos desumanizar enquanto escravizados pelo capitalismo, eurocentrismo e colonialidade de poder

(Candau, 2016). Além disso, o mito da democracia racial (o mito nega a existência do racismo e, por conseguinte, a necessidade de políticas públicas para combatê-lo), a teoria do branqueamento (que defendia que os negros desapareceriam por meio da mestiçagem), são teorias de extermínio do negro brasileiro. Elas produziram pessoas negras de pele clara, os chamados mestiços, e essas pessoas no Brasil, sofrem menos racismo e têm a opção de escolher autodeclarar-se e, claro, se declaram brancas, já que o censo permite e considera a autodeclaração.

Fanon (2005, p. 158) afirma que “a mudança ou a transformação social incluindo a restauração da humanidade tem que ser levada pelos próprios colonizados”. Ou seja, o racismo será superado a partir de nossas lutas, a partir de nós mesmos, e é exatamente isso que o movimento negro vem fazendo de diferentes formas, entre elas, por meio de Cursinhos Pré-vestibulares. Tereza de Benguela também mostra que o movimento negro vai se fortalecendo na luta. O movimento negro sabe que precisa ser mais incisivo na conscientização da população negra. Há sempre a possibilidade de ampliar a luta, ser mais incisivo como diz Tereza. Nessa luta cotidiana, segundo Gomes (2012, p. 741), “o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana”.

Nossas experiências e nossas resistências se aprimoram nas nossas lutas e enfrentamentos. Nossos conhecimentos e formas de fazer os enfrentamentos necessários na busca de superação das mazelas imprimidas ao povo negro desde a escravização de pessoas até nossos dias, vão se ressignificando e se fortalecendo. Podemos dizer com segurança que sem o movimento negro, não estaríamos onde estamos e não teríamos conquistado as políticas públicas que já conquistamos:

A crescente presença do tema das desigualdades raciais no país é facilmente constatável não apenas como tema de debate público e acadêmico, mas como objeto de preocupação governamental, em torno do qual tem se constituído um conjunto de iniciativas. Esse movimento nasce da crescente convicção de que, para construção de uma efetiva democracia racial, é necessária uma intervenção pública que atue no combate à discriminação e ao racismo [...] suas origens podem ser claramente identificadas [...] na reorganização do Movimento Negro, no contexto da democratização que passou a incluir a temática do racismo e da discriminação como uma pauta de debate sobre democracia racial (Jaccoud, 2008, p. 138).

A afirmação, que foi o movimento negro que incluiu a temática do racismo e da discriminação na pauta do debate sobre a falácia da democracia racial, além de ser reconhecida pelo movimento negro, tem sido reconhecida também pelo Estado brasileiro desde os anos

2000.

Entendemos que o movimento negro, como qualquer movimento, precisa estar sempre avançando, mas também precisamos ter claro que o movimento somos todos nós negros e negras que, despidos de nossas inseguranças, nossos medos, incertezas, fazemos a luta, somos uma coletividade de resistência e cada um de nós tem seu valor e seu papel no movimento, que é de todos nós, inclusive das pessoas brancas, porque o problema do racismo foi produzido e é mantido pela branquitude, eles precisam mudar, mas, para isso, nós, os negros teremos que apontar caminhos. Como destaca Nascimento (2016, p. 22), o movimento negro “dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos”.

Nascimento (2016) fala de tratamento igual para todos. Apesar da revolta e indignação do povo preto por mais de três séculos de escravidão e 130 anos de exclusão e abandono, ele não prega a separação, a violência. Ele fala em igualdade de direitos, em inclusão, em democracia. Penso ser esse o caminho que devemos apontar: desconstruir a branquitude para podermos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática que respeite o direito de todos.

A entrevistada Rosa Parks também considera que o movimento negro é importante para promoção da população negra. Para ela, o Movimento Negro

[...] é importante porque conscientiza mais as pessoas, tem muitas pessoas negras que ainda tem, de alguma forma medo de falar em público, até porque foram cerceados a vida toda, não se sentem inteligente o bastante, seguros, mas no movimento é diferente, eles são eles estão entre os seus iguais e aos poucos vão ganhando confiança, se soltando e experimentando uma valorização e respeito jamais experimentados e, a partir do momento em que a mulher negra compreende seu lugar no mundo e no movimento, aprende que elas têm direitos a voz, ninguém mais segura (Entrevista concedida por Rosa Parks, março de 2023).

Rosa Parks fala da segurança/insegurança experimentada pela população negra, sua timidez e medo, inclusive de falar. Quando ela se refere à insegurança e ao medo que a maioria dos negros e negras tem de falar para defender seus direitos e de brigar no sentido de reafirmar seu modo de pensar, aquilo que ele acredita, ela nos remete à fala de Gonzáles (1984, p. 225), quando diz: “o risco que corremos é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)”.

Como explica Gonzáles (1984), nós negros fomos produzidos pelos brancos como incapazes de falar, por isso muitos têm medo de falar, sentem-se inseguros, afinal, fomos falados a vida inteira, falaram por nós e nos ridicularizaram. Quando tivemos a ousadia de falar, fomos infantilizados e até hoje somos infantilizados como se fôssemos crianças ou como se não compreendêssemos o que está sendo falado. Em outro momento, Gonzáles (1984) chega a dizer que o lixo vai falar porque é assim que a branquitude nos vê: como o lixo, o subalterno que é incapaz de pensar e sem direito de falar. Não é fácil romper com essa invenção colonial que tenta nos fixar nesse lugar.

Spivak (2010, p. 126) afirma que “o subalterno não pode falar. Não há valor algum a mulher-negra, pobre como um item respeitoso na lista de prioridade globais”. Nessa perspectiva, é fácil entender o medo que as pessoas negras sentem de falar. Kilomba (2012, p. 20) acentua “a dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz”. Esse medo de ouvir faz com que seja mais fácil silenciar a voz do “outro”, pois assim não precisa se comprometer com mudanças estruturais que promovam inclusão.

Portanto é compreensível a preocupação de Rosa Parks com o lugar de fala das negras e negros. Quando Rosa Parks fala da segurança que negras e negros sentem nos movimentos negros, essa é uma realidade, porque conhecimento é poder. À medida que os conhecimentos vão sendo construídos, tendo ciência de seus direitos e entendendo que no movimento “somos” reconhecidos como sujeitos de conhecimentos, vamos ganhando confiança e nos sentindo seguros, porque o enfrentamento ao silenciamento imposto pela branquitude só pode ser feito na segurança do movimento. Por outro lado, o fortalecimento dos negros, torna a vida dos brancos mais inquieta, porque são confrontados com sua “história suja” de opressão e repressão:

Confrontados com os segredos coletivos e verdades desagradáveis da “história muito suja”, os sujeitos brancos, geralmente argumentam não saber, não conhecer, não lembrar, não acreditar ou não ter sido convencido. Essas expressões seriam parte desse processo de repressão de manter essas verdades esquecidas (Kilomba, 2012, p. 20).

E as formas de repressão são diversas e perversas. Quantas vezes ouvimos nas mídias sociais crimes cometidos pelo próprio Estado e as tentativas de silenciamentos das testemunhas para manter em segredo a “história muito suja”, com bem diz Kilomba (2021), para mantê-la esquecida.

Quando pergunto a entrevistada Rafaela Silva, se considerava que cursinhos como

o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares contribuem de alguma forma para a promoção da população negra, ela responde de forma sucinta: “Sim, que ajuda muito, porque a sociedade está muito carente de educação”. Também diz: “Quero voltar ao Cursinho, como professora para ajudar pessoas mais carentes do grupo porque considero que tive a mesma carência” (Rafaela Silva, maio de 2023). Rafaela é uma mulher introspectiva, fala pouco, porém tem consciência da importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares. Acredita que ele é capaz de contribuir para a educação, preenchendo o vácuo deixado pelo Estado, de forma especial com a população negra que, conseqüentemente, é o segmento social excluído.

Rafaela Silva quer voltar ao cursinho, mas desta vez como professora, porque entende que precisa retribuir o que recebeu enquanto aluna, o que lembra Tolentino (2023, p. 164) que, comprometida com a luta antirracista, relata que entrou no doutorado “ciente das dificuldades que se apresentarão pelo caminho, mas sem perder de vista o compromisso de abrir portas para que outras pessoas como eu também possam entrar [...] a vida acadêmica só faz sentido se houver compromisso com a transformação social”.

Esse compromisso com a transformação social é uma característica dos povos subalternizados que lutam para construir modos outros de vida para os excluídos. Entendem que, ao ocupar um espaço de poder, precisam ter o compromisso de abrir portas para que outros possam adentrar. Se eu chego, tenho a responsabilidade de trazer outros comigo até para fortalecer o grupo. E assim pensa Rafaela Silva quando manifesta o desejo de retornar ao cursinho como professora e retribuir o que recebeu.

Em minha entrevista com a Carolina de Jesus, ela sempre se mostrou prestativa, contribuindo de forma segura, com consciência de pertença e se revelava uma mulher politizada. Quando perguntada se ela considerava que movimentos negros como MNR do qual faz parte professor Flávio Nascimento, que também foi o criador desse movimento, eram importantes para a promoção da população negra, ela respondeu:

Ah, com certeza, eu gosto muito dessa frase que a gente tem que ocupar espaços né, eu lembro de um professor meu que falava sobre a questão da cota eu falei gente não interessa a gente tem que estar lá tem que ocupar espaço. Então eu acho que com certeza isso aí fomenta a gente ocupar espaço, que seja em cursinho do vestibular, que não se fosse só pra Enem, mas que isso daí abra porta, por exemplo, a pessoa queria prestar um concurso, algo assim, porque a base era muito boa, pois o mais importante era promover conhecimento para que pudéssemos ocupar espaços, entrar nas universidades, em concursos públicos enfim ocupar espaços a nós negados historicamente (Carolina de Jesus, junho de 2023).

Carolina usa bastante essa frase “ocupar espaço”. Dá para perceber que ela se

identifica muito com essa frase, com sua simbologia. Ela lembra com saudades dos debates em sala de aula, em que ela sempre repetia essa frase e costumava dizer que não importava como, o importante era ocupar espaço, referindo-se ao fato de que o cursinho, para além de proporcionar a elas a possibilidade de entrada na universidade, muitas egressas conseguiram fazer concursos públicos e serem aprovadas. Para ela, os concursos públicos também são formas de ocupar espaços.

A fala um tanto quanto ansiosa de Carolina conecta-se com Candau (2016, p. 67) quando ela esclarece:

O fato de que as lutas não só contra a ordem dominante e a matriz colonial do poder, mas, de modo ainda mais significativo, para construir formas outras de ser e de pensar em e com o mundo, me impulsionou para “insurgência.” Quer dizer, a pensar com e a partir das construções e práticas insurgentes que trabalham fora, nas fronteiras e nas margens, assim como dentro, abrindo e alargando as brechas e fissuras Decoloniais.

Carolina entende que precisamos fazer a luta contra a ordem dominante e que se isso não é possível dentro do sistema, então que seja nas fronteiras, que seja na margem, usando as fissuras, isso fica evidente quando ela diz: “Eu lembro de um professor meu, que falava sobre a questão da cota, eu falei gente não interessa, a gente tem que estar lá tem que ocupar espaço”.

Para ela, se as cotas nos colocam em um lugar outro que não o da subalternidade, precisamos fazer uso delas, se outras políticas públicas possibilitam, como ela gosta de dizer, ocupar espaço, que seja, o que ela quer garantir é que negras e negros tenham a oportunidade de sair da subalternidade, seja dentro, seja fora das fronteiras, concordando com Candau (2016) usando as brechas, as fissuras, forçando o combate do racismo e da colonialidade.

Quando ela fala, às vezes nem sempre encontrando as palavras certas, mas se fazendo entender, ela diz que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares servia de base não só para o Vestibular/Enem, mas também para outros estudos que ajudam na superação das barreiras que nos separam de lugares outros que não o da subalternidade e que promovem as negras e negros para a entrada nas universidades e em concursos públicos, ocupando espaços, segundo ela, a nós negados historicamente, aproxima-se de Candau (2016) quando afirma que as lutas precisam construir formas outras de ser e de pensar, impulsionando insurgências possíveis a partir da apropriação de pensamentos outros que não estão limitados à universidade, estão para além dela.

O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares tem se mostrado um instrumento de insurgência capaz de construir formas outras de ser e de pensar. Isso foi perceptível nos

diálogos que tive com as egressas do curso, pois elas demonstram uma consciência política capaz de compreender a sua importância, não só enquanto caminho para o Vestibular/Enem, mas também como um caminho alternativo para promover a emancipação e a autonomia da população negra.

Quando os movimentos conseguem construir essa consciência política em seus militantes, seja através dos encontros nos grupos, seja nos cursinhos, permite-nos uma visão que gera diferentes caminhos, podendo direcionar para um horizonte decolonial, um decolonial, que vem “de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, dos movimentos, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial em suas práticas de ser, atuação, existência, criação e pensamento” (Candau, 2016, p. 72).

Daí entendermos que os efeitos do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares vão além da lógica individual. Acreditamos que ele tem contribuído para a construção positiva da identidade de mulheres negras que por ele passaram.

2.5 A CONTRIBUIÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ZUMBI DOS PALMARES PARA A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHER NEGRA

Embora nas análises anteriores o foco foi mostrar como o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares contribui para a construção da identidade de mulheres negras, consideramos importante nesse momento aprofundar este ponto, trazendo falas das entrevistadas relacionadas diretamente a esse questionamento.

Como já destacamos, a identidade da mulher negra não é essencial nem natural, mas uma construção histórica e cultural. Gomes (2002, p. 39) afirma que “a identidade é entendida como um processo contínuo, construído pelos indivíduos nos vários espaços, sejam eles institucionais ou não, nos quais circulam”. Em sintonia com Gomes (2002), entendemos que se nossas identidades são construídas continuamente e nos diversos espaços, podemos pensá-las também construídas no decorrer da trajetória do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares.

Podemos avaliar a importância que este cursinho ganha ao proporcionar a essas mulheres a oportunidade que precisavam para adentrarem no espaço do Ensino Superior. Corrêa (2011, p. 76) afirma que “os cursinhos populares ou alternativos têm um papel importante na luta pelo acesso ao ensino superior, trabalham com a perspectiva social e promovem práticas pedagógicas de extrema relevância para os segmentos sociais de baixa renda”.

Pensando nesse importante papel dos cursinhos para um salto de qualidade na vida de mulheres negras que a ele chegaram, continuamos analisando como o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares influenciou na construção da identidade das mulheres negras que por ele passaram.

Além das mulheres, também considerei relevante conversar com o professor Flávio Nascimento, mentor, organizador e mantenedor do cursinho, para saber se ele acreditava que o cursinho havia contribuído para afirmação da identidade de mulheres que por ele havia passado, uma vez que ele tinha despendido grande esforço e se esmerado na construção de materiais específicos para o cursinho. Corrêa (2011, p. 77) salienta que iniciativas como o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares

[...] são executadas por sujeitos sociais participantes de movimentos sociais ou associações civis sem fins lucrativos, e que, de alguma forma, constroem uma proposta de acesso às Universidades, incentivando membros das classes trabalhadoras a enfrentarem o desafio do vestibular/Enem, e, mais do que isso, construindo estratégias que os auxiliarem neste processo e que lhes permitam ter melhores chances de ingressarem no ensino superior.

E o professor Flávio é exatamente assim, participante do movimento negro, criou essa iniciativa sem fins lucrativos com o propósito de ajudar pessoas excluídas a enfrentar o desafio do Vestibular/Enem para ter a oportunidade de entrar no Ensino Superior. Segundo o professor Flávio, o cursinho influencia na construção das identidades das mulheres negras egressas:

Eu acho que sim, né? Nós tivemos uma, assim, uma coexistência de muita gente prontificada pela biologia principalmente. Impressionante e tinha muitos negros lá com algo mais uma força maior né? e a gente tinha muita coisa que a gente cuidava de oferecer minimamente a formação teórica então a gente sempre fez os domingos negros tinha as atividades extraclasse para favorecer essa tomada de consciência de pertença e mostrar pra eles que no fundo o branco pobre, também é negro (Entrevista concedida pelo professor Flávio Nascimento em março de 2023).

Como observado, o professor Flávio Nascimento acredita no potencial que o cursinho teve para influenciar na formação das identidades e contribuir para a afirmação das identidades das mulheres negras que por ele passaram. Isso se deve porque, segundo o referido professor, além da formação que visava à preparação para o ingresso na universidade, havia os domingos negros, com uma programação em que as alunas eram convocadas a participar e ajudar a organizar. Nos domingos negros havia rodas de conversas, leituras de escritores negros, palestras, mostra de cinema negro, tudo para favorecer a construção da identidade e a

consciência de pertencimento e também a valorização do ser negro/negra e a reapropriação da cultura afro para que pudessem assumir-se como mulher negra, apesar de todo preconceito e exclusão histórica culturalmente construído e vivenciado pelas mulheres, que muitas vezes leva à negação da identidade negra:

O drama do negro que vivendo no mundo dos brancos, é induzido, ainda que com relutância, a interiorizar os valores culturais destes, inclusive suas preferências etnocêntricas pelas características físicas caucasoides: do negro que, subjugado pelo branco, introjeta sua imagem e vê a si mesmo do ponto de vista dele. É o drama do negro colonizado, escravizado, destribalizado, despojado de sua cultura e imerso na cultura do branco (Nogueira, 1985, p. 16).

Percebendo esses dramas, professor Flávio organizava atividades nos fins de semana que traziam para um mesmo local grupos de negras e negros que debatiam pautas relacionadas aos difíceis enfrentamentos cotidianos das pessoas negras. Esses domingos negros com atividades variadas proporcionavam momentos de alegria, conhecimento, leitura, valorização e sentido de pertença. Tudo para favorecer a construção e a afirmação da identidade daquelas pessoas negras que faziam parte do movimento negro ou do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares. Mesmo que atualmente não há mais os domingos negros e uma preocupação direta com a afirmação da negritude, ainda assim a iniciativa, ao contribuir para o acesso de mulheres negras à educação superior, continua contribuindo para o seu fortalecimento identitário.

Oracy (1985) fala com propriedade dos dramas vividos pela população negra, de forma especial pela mulher negra, que, conforme tratei em outros momentos, são atravessadas por identidades outras que, em determinados momentos, não se identificam mais como mulher negra e até fazem de tudo para se parecerem cada vez mais com as brancas, inclusive em seus comportamentos, maneira de ser e de viver, na tentativa de serem aceitas.

Fanon (2020, p. 23) assevera que “o colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole”. Ou seja, quanto mais negar sua negritude mais branco será, apagando sua cultura, seus valores para adotar os dos brancos, mas isso não garante inclusão e aceitação: “O negro que deseja branquear sua raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco” (Fanon, 2020, p. 23). Numa sociedade racista, uma mulher negra não será aceita, a negra conviverá com o racismo, onde quer que ela vá. As negras serão sempre negras.

Mas a questão que está posta é a indução do colonizador para que o negro interiorize seus valores culturais incluindo suas preferências em detrimento da cultura afro, dos valores da

negritude, inclusive de sua história. Como lidar com tudo isso e permanecer resistindo, defendendo, assumindo sua identidade? Do seu existir? Gomes (2017, p. 21) aponta que é preciso ressignificar e politizar a raça e essa tarefa está sendo realizada pelo movimento negro: “ao trazer o debate sobre racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhes um trato emancipatório e não inferiorizante”.

Quando o movimento negro ressignifica e politiza a raça, opera na construção de identidades étnico-raciais positivas e, desta forma, rememora a consciência de pertença, a autonomia e a segurança necessária para afirmação da identidade negra. Olhando sob essa ótica, é visível as contribuições do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a afirmação das identidades das mulheres negras que por ele passaram e, também, é perceptível que a defesa da cultura afro, o modo de vida, o existir do negro torna-se possível a partir da luta e resistência do movimento negro.

Quando questionada se considerava que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares havia contribuído para o processo de formação de sua identidade, Simone de Biles responde:

Sim. Porque a maioria dos professores na minha época eram mulheres negras, homens negros. Eram poucos professores, bem poucos mesmo que eram brancos. Eles mesmo sem discutir racismo eram exemplos a serem seguidos. você vê eu tinha muita discriminação até com o meu cabelo tinha muita vontade de alisar aprendi com minhas professoras negras e muito mais pelo exemplo do que pela fala que eu não preciso disso eu posso ser quem eu sou, ter o cabelo que eu tenho independente de tudo posso ser uma mulher negra muito batalhadora do jeito que eu sou. Eu não preciso mudar quem eu sou para agradar a sociedade (Entrevista concedida por Simone Biles em maio de 2023).

Ao responder que sim, que o cursinho lhe mostrou que poderia ser ela mesma, Simone de Biles expressa que aprendeu pelo exemplo de suas professoras negras que não têm que assimilar identidades outras para se afirmar como mulher negra. Ao contrário, quando ela assume quem é com todos os marcadores raciais que são parte dela, ela resiste e afirma sua identidade. Como afirma Kilomba (2019, p. 28), ela “se torna a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou”. Ela se torna sujeito de si mesma, da sua história, pois sujeito é aquele que tem o poder de definir sua identidade e contar sua história (hooks, 1995).

Quando não somos capazes de ser sujeitos de nossas histórias, nós nos tornamos objetos. E objetos são aqueles que têm a “realidade definida por outros, a identidade criada por outros e a história designada somente de maneira que definem (nossa) relação com aqueles que

são sujeitos” (hooks, 1989, p. 42).

Neste sentido, na fala de Simone de Biles vemos que ela se torna sujeito de sua história a partir do aprendizado no cursinho e, como ela mesma diz, muito mais pelo exemplo do que por falas. Isso significa dizer que só o fato de o cursinho existir é capaz de orquestrar mudanças e influenciar na construção de identidades negras de quem por ele passa.

É interessante notar que Simone de Biles relata que a grande maioria de seus professores eram negras e negros e pouco se falava sobre questões raciais. Mas ela aprende com o exemplo, com a simbologia a partir do comportamento, da maneira de ser e de viver de seus professores.

Feita a mesma pergunta a Rafaela Silva, a resposta dela é de que não, o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares não contribuiu com seu processo de construção da identidade, pois, segundo ela, essa construção já tinha ocorrido num momento anterior de sua vida:

Não, na realidade assim, nesse caso não, porque eu tive uma professora quando eu tinha quatorze anos, por exemplo, que eu já me identificava eu já me assumia gay, não assumia gay pra ninguém, mas eu tinha muito medo aí essa professora minha Silvia Cléia de história me ajudou muito nessa parte de identificação pra eu resolver a minha vida, assumir quem eu era de fato. Depois disso eu fui pra frente (Entrevista concedida por Rafaela Silva em maio de 2023).

Diferente de Simone de Biles, Rafaela Silva diz que o cursinho não contribuiu para o seu processo de construção da identidade. Para ela, essa construção já havia sido feita a partir do momento em que ela se assume como mulher trans. Aparentemente ela não percebe a construção da identidade como um processo permanente. Conforme argumenta Gomes (2002, p. 32), “entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos”.

Possivelmente a construção da identidade de mulher negra e trans de Rafaela é permeada por muitos conflitos, preconceitos e exclusões dos quais de alguma forma ela tenta se esquivar negando esse processo de construção e se refugiando no entendimento de identidade pronta, definida a partir do momento em que se assume como mulher *trans*. Pela entrevista realizada, observei que a identidade *trans* marcou mais sua trajetória de vida, parece ser uma identidade mais forte do que a racial.

Para Hall (2006, p. 13), “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu”. Apesar de ter liderado o movimento LGBTQIA+, de ter

feito curso superior com muito esforço e resignação, Rafaela, talvez pela perda dos pais, ou mesmo por todos os enfrentamentos que teve e continua tendo que fazer vida afora, inventa uma história cômoda de si mesma, que a afastou das lutas e movimentos de resistência nos últimos tempos, que baseada nos autores dessa dissertação, entendo ser uma forma de tentar diminuir a dor que vivenciou e continua vivenciando cotidianamente.

Com Gomes (2017, p. 73), lembro que “a ação das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos-corpóreos específicos” razão pela qual torna-se fundamental a participação das mulheres negras no movimento, visto que ele nos municia de saberes políticos e identitários que mantêm vivas nossas perspectivas e nosso ânimo para os enfrentamentos cotidianos a que somos submetidas.

Acredito que em algum momento Rafaela se fortalecerá, encontrará forças e retomará sua participação e ativismo no movimento, não sendo engolida pelo cansaço da luta solitária e nem pelo isolamento que leva muitas mulheres negras a adoecerem e desistirem de seus sonhos e projetos de vida. Gomes (2017, p. 79) argumenta que “as negras e os negros em movimento transformam aquilo que é produzido em não existência, em presença, na sua ação política”.

Na contramão do entendimento político de Rafaela Silva sobre a contribuição do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a construção de sua identidade de mulher negra, Tereza de Benguela afirma o seguinte:

Nossa, Muito, muito. Embora Luzia, lá no cursinho o nome é muito emblemático, mas no cursinho a gente quase não falou sobre isso. Sobre zumbi dos palmares, sobre essa afirmação negra. Porque acho que a visão da prefeitura é mais voltado para pessoas de baixa renda mesmo, acredito que o cursinho se chama Zumbi dos palmares porque a maioria do povo de baixa renda é negras, e ele quando surgiu, surgiu com o movimento negro que era o pessoal do movimento negro aí, exatamente acho que dois mil e dez, dois mil e nove, dois mil e dez ele passa pra prefeitura e quando ele passa pra prefeitura ele perde um pouco essa identidade da luta, o que é uma pena, mas por questões financeiras o Movimento Negro foi fazendo parceria com a prefeitura, até que a prefeitura assumiu em definitivo a partir daí ele perdeu um pouco essa característica mesmo de movimento perde um pouco a identidade de pertença (Entrevista concedida por Tereza de Benguela em maio de 2023).

Tereza afirma que o cursinho contribuiu sobremaneira para a construção de sua identidade de mulher negra, mas aponta que a partir de 2010, quando o cursinho passa para a Prefeitura, ele perde um pouco a identidade de movimento e de luta. Neste sentido, o professor Flávio Nascimento relata que o cursinho começou com o Movimento Negro de Rondonópolis

e, posteriormente, por questões financeiras, o movimento procurou a Prefeitura e foi fazendo parcerias até que em 2010 a prefeitura assume em definitivo e vem ampliando a cada ano o seu alcance.

Para Tereza de Benguela, a partir do momento em que a Prefeitura Municipal assume a responsabilidade de continuar implementando essa política pública, ela dá um outro caráter ao cursinho que perde, em parte, sua identidade de luta e resistência. E o cursinho, se antes formava pelo exemplo, pela simbologia, hoje talvez já não tenha mais essa representatividade, pois a escolha de seus professores passa a ser através de processo seletivo da Prefeitura. Com isso, muitos dos que compõem o quadro de profissionais do cursinho atualmente são pessoas brancas que nem sempre acreditam na existência do racismo, não são comprometidas com a luta antirracista e menos ainda com a invisibilidade e silenciamento de mulheres negras. Suas motivações para estarem ali certamente não são as mesmas do grupo que iniciou esse trabalho. Gomes (2017, p. 25) lembra que

[...] ao longo do tempo é possível observar como o campo educacional se configura como um espaço-tempo inquieto, que é ao mesmo tempo indagador e indagado pelos coletivos sociais diversos. Enquanto espaço de formação humana e pelo qual passam as mais diferentes gerações, grupos étnico-raciais, pessoas de origem socioeconômicas diferentes, credos e religiões, é possível refletir que tanto os processos institucionais de educação [...] quanto as experiências de educação popular, de jovens e adultos, diferenciadas e antirracistas, construídas no cotidiano e nos processos de lutas sociais, são repletos ao mesmo tempo, de um dinamismo incrível e de uma tensão conservadora.

Concordando com Gomes (2017), eu diria que, para além de um espaço-tempo inquieto, o campo educacional, especialmente, a educação popular, enquanto espaço de formação humana diferenciada e antirracista é profundamente afetado pelas condições socioeconômicas. É perceptível, nas entrevistas realizadas com as mulheres negras egressas do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, que este é um exemplo de como a educação popular pode ser afetada pelas questões econômicas.

Tereza de Benguela fala com certo saudosismo do cursinho, que ela ouviu falar, mas que quando o frequentou já não era mais exatamente como no início em 2006, uma vez que já estava sob a gestão municipal. E o cursinho perde, em parte, essa característica de movimento. Foram as condições econômicas que forçaram o movimento negro a fazer uma parceria com a Prefeitura que ao assumi-lo por completo, o reconfigurou, inclusive com a mudança do nome.

Apesar do apoio da Prefeitura e do interesse nessa política pública, não temos a

ilusão de que os interesses do movimento negro e os da Prefeitura são os mesmos, mas a existência do cursinho continua fundamental para a entrada de negras, negros, indígenas e brancos pobres na educação superior e, não dá para negar que o índice de aprovação no Enem ainda é muito bom, na casa dos 62%, segundo dados da Prefeitura.

Quando Gomes (2017) afirma que o campo educacional é dinâmico e ao mesmo tempo tenso e conservador, ajuda-nos a entender a importância do cursinho que atende alunos negros, negras, indígenas, LGBTQIA+, brancos pobres e ter o *insight* de ir para a periferia ao encontro desses alunos, de trabalhar com estes alunos, além dos conteúdos exigidos pelo currículo, potencializando conhecimentos outros a cerca de quem somos e da história ancestral do negro brasileiro e isso permite que o aluno negro se sinta parte da história e se vejam representados de fato na educação.

Estamos falando do dinamismo do campo educacional, não sem tensões: “quanto mais os setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas se realinham nas relações sociais e de poder, provocando ainda maiores desigualdades, mais compreendo a força dos Movimentos Sociais na luta emancipatória e pela Democracia” (Gomes, 2017, p. 15).

Podemos compreender pontos de tensão que fazem com que de um lado os movimentos sociais organizados lutem pela inclusão e emancipação enquanto por outro lado, movimentos de direita, ruralistas também organizados provocam desigualdades e exclusão. O capitalismo opera produzindo desigualdades, favorece a concentração de tudo que é produzido nas mãos de poucos. Essa tensão é permanente.

A tensão é permanente, planejada e executada com esmero pela colonialidade e pelo capitalismo, gerando uma inclusão excludente, “uma lógica que priva os sujeitos de participarem de forma plena do mundo do trabalho, precariza os direitos trabalhistas e a educação” (Costa; Martins; Silva, 2020, p. 11). Por outro lado, o movimento negro segundo Gomes (2017, p. 15), “produz intelectuais negras engajadas na luta, como integrante do pensamento que se coloca contra o processo de colonização”.

E assim vamos utilizando as brechas, encontrando espaços nas fissuras para produzir modos outros de incluir populações excluídas. Walsh (2016, p. 72) afirma que as fissuras são como brechas que se transformam “no lugar e no espaço, a partir do qual a ação, militância, resistência, insurgência e transgressão são impulsionadas, onde as alianças se constroem, e surge um modo-outro que se inventa, cria e constrói”.

E falando de resistência, insurgência e modos outros de construção, é muito bom ouvir as respostas das entrevistadas, elas vão mostrando, como veem seu processo de construção da identidade, das contribuições do cursinho, segundo suas afirmações e de como

vão percebendo a ressignificação de sua identidade ao longo do tempo que permanecem no cursinho. Elas são capazes de fazer a análise do antes e do depois da passagem por ele. Vejamos, por exemplo, a resposta de Rosa Parks, quando perguntada sobre a possibilidade de o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares ter contribuído para o seu processo de afirmação de identidade de mulher negra:

Com certeza. Primeiro porque como eu estudava lá no ensino fundamental e médio no interior não era muito voltada para história da população negra e no cursinho eles trouxeram bastante a história dos negros e eu mesmo não conhecia a minha história hoje em dia no meu ambiente de trabalho agente observa que as pessoas não tem consciência de pertença quando você pergunta se a pessoa se considera pardo, negro, amarelo ou indígena eu vejo tanto negros falando que são pardos, quando na verdade são negros, da pele retinta Eu lembro que o professor Flávio Nascimento que me deu algumas aulas falava muito isso. Tem pessoas que se acham brancas sendo que não é. É difícil hoje no Brasil saber quem é negro ou branco. A não ser que veio a pessoa de outro país como da Alemanha e que não tiveram miscigenação com ninguém. O pai e a mãe eram todos lá da Alemanha e só vieram pra cá. Porque se um deles se envolver com uma pessoa aqui que já nasceu aqui no Brasil com certeza vai ter uma miscigenação muito forte. Todas as aulas que eu tive em relação a essa parte de relações étnicas eu procuro compreender bastante. Quando eu posso sempre falo acordem o racismo é uma realidade perversa que está batendo em nossa porta (Entrevista concedida por Rosa Parks, março de 2023).

Quando Rosa Parks que fez o Cursinho Pré-vestibular Novos Rumos em 2006 e 2007 afirma que o cursinho contribuiu sobremaneira para o seu processo de formação da identidade de mulher negra, relata que quando fez o Ensino Fundamental e Médio no interior, não se falava da história da população negra. Apple (*apud* Moreira; Silva, 2006, p. 59) lembra que “o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”.

Assim, o que explica a escola da Rosa Parks não ter trabalhado a história do povo negro, mesmo tendo uma lei que obriga esse ensino, não é o acaso, tampouco por ser uma escola do interior. Nos grandes centros, nas grandes metrópoles, nas pequenas e grandes escolas públicas ou privadas também não se trabalha sistematicamente a história afro-brasileira. Há trabalhos pontuais, de forma especial no mês de novembro, mas não é isso que a lei diz.

A questão que está posta e que está muito bem retratada por Apple (*apud* Moreira; Silva 2006) diz respeito a jogos de interesses, a ideologias. A escola pauta-se sistematicamente na seleção dos conhecimentos hegemônicos, considerados legítimos e os demais são vistos como não legítimos. Os conteúdos curriculares são bem selecionados e retratam a visão de

mundo de uma sociedade colonizadora, não dos colonizados, mas isso não se dá sem tensões. O currículo “é cheio de tensões, conflitos, concessões culturais, políticas e econômicas que organiza e desorganiza o povo” (Apple *apud* Moreira; Silva, 2006, p. 59).

Algumas vezes até conseguimos conquistar direitos como a própria Lei 10.639/2003 que obriga o estudo da cultura e história afro-brasileira no ensino público, mas como podemos ver, vinte anos depois, ainda não conseguimos transformá-la em uma realidade factível. Às vezes ganhamos, mas nem sempre levamos. Por isso são sempre cheios de tensões e desafios. Moreira (1994, p. 28) entende que “o currículo é, assim, um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo de contestação e transgressão”. Portanto, reafirmo que o fato da escola de Rosa Parks não ter trabalhado a “história do povo negro” não está relacionado ao fato de ser do interior, é mais que isso: ele está relacionado ao projeto da sociedade que privilegia os conhecimentos hegemônicos, isto é, os conhecimentos dos brancos: “o currículo é carregado de intencionalidades e de escolhas” (Ranghetti, 2011, p. 18).

Rosa Parks também demonstra preocupação com a falta de consciência de pertença de muitos negros e negras. É interessante observar a transformação que essas mulheres foram fazendo ao longo do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares. Elas foram percebendo/intensificando a importância da consciência de pertencimento. E essa consciência se conquista, se afirma e reafirma dentro da luta do movimento negro. Destaco que foi a partir do MNR, também criado pelo professor Flávio Nascimento, que se começa a pensar o Cursinho Pré-vestibular Novos Rumos, posteriormente Zumbi dos Palmares. Foi a partir dos debates, reuniões no movimento que surge a ideia da necessidade de pensar um projeto que ajudasse os jovens negros a entrarem no Ensino Superior.

Gomes (2017) afirma que, com a produção de saberes e com a organização da população negra diante dos desafios impostos pelo racismo e pela necessidade de erradicação do mesmo, através da implementação de políticas públicas de reparação para que se possa pensar uma sociedade outra, mais justas e inclusiva, o movimento negro tem sido fundamental:

Compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações (Gomes, 2017, p. 23).

Rosa Parks finaliza sua fala alertando para o racismo que bate à porta, chamando atenção para que se acorde, pois o racismo é perverso e mata. Neste sentido, destaco minha

experiência: um evento em Brasília (outubro de 2023) que convocou 90 mulheres negras de diversas regiões do país para debater o empoderamento socioeconômico das mulheres negras.

Fui uma das palestrantes e busquei discutir a invisibilidade e o silenciamento de mulheres negras. Segundo Kilomba (2019, p. 51), “nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimentos inválidos; ou então representados por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós”. Por todo esse histórico de silenciamento de nossas vozes, desqualificação de nossos saberes, foi muito bacana poder ver e ouvir mulheres negras, desde as catadoras até as quebradeiras de coco, as marisqueiras e as pantaneiras, falarem de suas lutas, dificuldades e necessidades.

Talvez essa tenha sido uma das primeiras vezes que mulheres negras são convocadas para discutir políticas públicas para elas e são ouvidas e respeitadas em seu saber. Isso porque a prática histórica tem sido de construções de políticas muito distantes da realidade de muitas de nós, e por isso não nos alcançam. As exigências presentes em editais deixam de fora quem mais precisa.

O racismo que não permite a uma mulher negra ser tratada com respeito dentro de instituições financeiras dificulta/impede financiamentos para essas trabalhadoras. Também impede nossa participação e a escuta de nossas vozes quando se constroem políticas públicas para nós. Poder discutir essas questões com a Fundação Banco do Brasil, com a presidente nacional do Banco do Brasil, foi importante. Enquanto debatíamos essa questão fundamental para a superação do racismo em um ponto de Brasília, outro grupo também diverso e de vários cantos do país, convocado pelo Ministério de Saúde, discutia como promover um Sistema Único de Saúde (SUS) mais acolhedor para todos.

O evento intitulado “Gente que faz o SUS acontecer” pretendeu implantar o recorte de raça nos atendimentos para a produção de dados e a construção de políticas públicas para pagar a dívida com as populações historicamente excluídas. Jaccoud (2008, p. 147-148) relata que em “em outubro de 2006, durante o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra o então, ministro da Saúde, Agenor Álvares, reconheceu a ineficiência do SUS em prestar atendimento adequado a uma parcela significativa da população por motivação racial”. Quase vinte anos depois, pouco mudou. Daí a importância desse evento debater as questões de saúde da população negra com a população negra.

Saímos de Brasília sem a ilusão que resolveríamos os graves problemas históricos e perversos de exclusão das populações marginalizadas, mas saímos com a esperança de resistir, não desistir e insistir na luta, porque acreditamos que dias melhores virão. Sentimos que o

governo Lula quer de fato promover a inclusão e, o mais importante, quer ouvir essa população silenciada, invisível. E a palavra de ordem é: “nada sobre nós sem nós” (Sasaki, 2007, p. 1).

A construção de pautas positivas como essas que aconteceram em Brasília, em 11 e 12 de outubro de 2023, é animadora e poderá transformar a vida de mulheres negras na prática, a partir dos resultados reais das políticas públicas a serem implementadas. Além disso, os debates, as palestras e rodas de conversas que lá foram promovidos são essenciais para a construção de conhecimentos emancipatórios. Como aponta Kilomba (2019, p. 53), “as relações desiguais de poder de ‘raça’ rejeitam e desconsideram qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento, sob o argumento de não construir ciência credível”.

Voltando às minhas entrevistas, conversando com Dandara e questionando-a sobre a possibilidade de o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares ter contribuído para a afirmação de sua identidade de mulher negra, ela, com a calma que lhe é peculiar, responde afirmando:

Sim, contribuiu muito, na verdade ele concretiza aquilo que minha mãe já vinha trabalhando, no cursinho eu reafirmei minha afirmação de identidade, pois, minha mãe como participante do movimento e uma das primeiras professoras do cursinho, já falava e nos orientava sobre nossa identidade de mulher negra, então quando fui para o cursinho já tinha consciência de pertença, mas certamente ele foi importante para reafirmar minha identidade, me deu mais convicção de quem eu era, me senti mais segura até porque conhecimento é segurança e isso o cursinho me deu, ficou mais evidente a questão do letramento racial (Entrevista concedida por Dandara em maio de 2023).

Dandara é uma jovem psicóloga proveniente de uma família muito envolvida com o movimento negro, sendo sua mãe uma das primeiras professoras do cursinho como voluntária. Seu pai também é muito envolvido com o movimento, um sacerdote da religião de matriz africana, umbandista respeitado e muito querido. Podemos observar que ela tem consciência de pertença, fala muito em letramento racial, é uma jovem mulher negra forjada na luta, estudiosa das relações raciais, possui mestrado na área. Seu lugar de fala e de existência é outro, é filha de mulher negra com curso superior, engajada na luta desde muito jovem. Na família, tanto ela quanto a irmã passaram pelo cursinho e fizeram curso superior.

Ela afirma que o cursinho certamente contribuiu para a afirmação de sua identidade de mulher negra, mas também faz questão de dizer que essa afirmação de sua identidade sempre foi construída em casa a partir dos conhecimentos e engajamento familiar.

Dandara é uma daquelas mulheres que, segundo o professor Nascimento, vêm no

cursinho de forma diferenciada: “Quando trabalhamos com negros que vêm do movimento ou mesmo do cursinho, percebemos que ele já alcançou outro patamar”. Ela faz parte de um grupo de pessoas que adquiriram consciência de classe e de pertença, que tem clareza de que é a organização em movimentos que nos permite avançar nas lutas cotidianas contra o racismo, e nós mulheres negras, contra o racismo e o sexismo.

Quando somos oriundas de movimentos sociais, temos a consciência de que trazemos em nós a marca da ancestralidade e ainda que tenhamos origem em famílias ativistas no movimento, e que muito tem nos ensinado sobre resistência, tanto em palavras quanto em atitude e exemplos, sabemos que conhecimento não se encerra e nunca é suficiente. Há sempre o que aprender e precisamos estar abertos a esses novos conhecimentos. Por isso, Dandara fala com serenidade que muito do que já sabia quando veio para o cursinho fora fruto dos ensinamentos de sua mãe, mas não nega a importância dele para reafirmar sua identidade de mulher negra e fortalecê-la no conhecimento de si mesma, de quem ela é e de quem ela pode se tornar.

Movimento é isso, é segurança, é apoio, é coletivo. Como afirma hooks (2017, p. 24), “é transgressão, é um movimento contra as fronteiras e para além delas”. Dandara encerra sua fala na resposta da questão feita a ela falando sobre a evidência do letramento racial que é um processo de reeducação racial, com intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente em relação a pessoas. Lembramos Vieira (2022, p. 63), quando diz: “Letramento racial, pode ser compreendido como um esforço de sistematização de práticas discursivas que se insurgem contra o racismo, tanto na sua dimensão epistêmica, como simbólica e letal”.

As relações sociais são atravessadas por questões raciais, que se materializam de forma negativa para quem sofre os horrores do racismo e beneficia quem possui privilégios por isso. É cada vez mais urgente lutar contra o racismo a partir de pautas positivas sobre a mulher negra. Um passo importante é reconhecer que ele existe, assumir que o Brasil é uma país racista e a partir de então apoiar a luta contra o preconceito racial que reverbera em nossa sociedade desde a escravização de pessoas até a atualidade. Assim, o Letramento Racial, “atrelado à Didática da História, pode contribuir para a transformação das relações raciais com intenções assertivas no combate ao racismo e na complexificação dos processos de racialização, de forma a enfrentar o domínio da branquitude” (Geledés, 2023, s.p.).

Transformar as relações raciais, combater o racismo, incluir os excluídos, eis uma tarefa árdua do movimento negro e das mulheres negras que militam no combate a toda forma de exclusão há décadas. O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é um bom exemplo de

como é possível promover políticas públicas de inclusão. Como vimos, foi quase unânime o reconhecimento de que esta iniciativa é uma política pública positiva que inclui e promove a emancipação de negras e negros, ainda assim isso não garante que todos os negros e negras sejam militantes.

Ao questionar a Carolina de Jesus sobre as contribuições do cursinho para a afirmação de sua identidade, observei que sua resposta foi muito semelhante à de Dandara, mas mesmo na semelhança podemos notar diferenças. Vejamos:

Ah, sim. Não só o cursinho, porque a gente já tem essa base de consciência racial, da identidade de pertença dentro de casa, né então, essa parte de não só racial, mas social também, isso daí pra gente aqui em casa é um assunto que é sempre muito debatido e é muito claro sim. Desta forma, com certeza contribuiu ainda mais, para nossa formação e consciência de pertença (Entrevista concedida por Carolina de Jesus em junho de 2023).

Assim como Dandara, Carolina relata que teve as questões raciais pautadas em casa, no seio familiar. Segundo ela, sempre houve esse debate e essas conversas em casa. Quando passa a frequentar o cursinho fortalece seus conhecimentos e afirma ainda mais sua identidade de mulher negra.

Podemos notar que tanto Dandara quanto Carolina relatam seu aprendizado nas questões raciais, o que significa afirmação da identidade negra de meninos e meninas em casa e depois no Cursinho. Não ouvimos durante as entrevistas relatos de que debaterem esse tema na escola ou aprenderam algo sobre a história afro-brasileira, ainda que exista uma lei que obriga esse ensino há vinte anos. Saliento que todas as minhas entrevistadas passaram pela escola pública nos últimos vinte anos, ou seja, depois da Lei 10.639/2003.

Gomes (2002) afirma que a estrutura da escola brasileira não é pensada para acolher e muito menos para pautar as questões raciais o que significaria dar a esses meninos e meninas o conhecimento e segurança necessária para afirmação de sua identidade de pessoas negras, de modo que as negras e negros se sintam representados no seio da escola. Pelo contrário, o que prevalece é a exclusão desses alunos de várias maneiras:

Essa exclusão concretiza-se de maneiras diversas: por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não-existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem

considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnicos/raciais (Gomes, 2002, p. 41).

O fato de existir uma lei que obriga o ensino da história afro-brasileiras na escola não garantiu que esse direito dos alunos e das alunas negras fosse respeitado, não promoveu a inclusão dessas pessoas. Eles continuam sem a representatividade necessária para que também possam se sentir parte da história desse país.

Quando Gomes (2002) fala das exigências de um ritmo de aprendizagem que só considera um padrão considerado ideal, que é na verdade o da classe média branca, chama atenção para o desrespeito com outros saberes. Eles são marginalizados, produzindo violência e desigualdade pelo racismo estrutural e institucional.

Essa consideração de um padrão único e o desrespeito com outros saberes faz com que os colonizados não só não afirmem sua identidade de pertença, mas, em muitos casos, passem a negá-la na esperança de serem aceitos, incluídos. Nesse sentido Adichie (2019, p. 26), chama a atenção e alerta para o perigo de uma história única, pois segundo ela “a história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos, eles fazem com que uma história se torne a única história”.

Sabemos que por séculos a história dos povos colonizados foi contada como uma história única, estereotipada, contada e recontada como forma de manutenção da exclusão das pessoas negras e de um tratamento perverso, desumanizando esses povos e os tratando como seres sem alma, sem sentimentos, criando explicações supostamente científicas para manterem a subalternidade desses povos.

Os reflexos desse tratamento desumanizado entre os povos negros reverberam até hoje. Muitos dos nossos têm dificuldades de assumir sua identidade negra até porque a perversidade da colonização não colonizou somente corpos, colonizou também as mentes. Candau (2009, p. 24) afirma que “é preciso derrubar as estruturas sociais, políticas epistêmicas de colonialidade, estruturas até agora permanentes, que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos”.

Diante dessa realidade, afirmar a identidade de mulher negra de fato torna-se um dilema. Gomes (2002, p. 41) afirma que “não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual”. E a escola, local ímpar para trabalhar essas questões, tem sido, como já apontado, negligente e em muitos casos, reforça a colonialidade.

Por isso, quando dizia da semelhança entre as falas de Dandara e Carolina foi no

sentido de que na casa delas sempre se discutiam as questões raciais, sempre houve a afirmação da identidade, que se fortaleceu a partir do cursinho, não da escola. A semelhança entre essas duas mulheres negras não se resume só na resposta muito parecida, mas tanto Dandara quanto Carolina vieram de uma geração de mulheres negras com Ensino Superior, com traços de letramento racial. Porém, Dandara tem forte intimidade com a religião de matriz africana, aprendeu desde cedo a enfrentar não só o racismo pela cor da pele, mas também o racismo religioso. Ela é uma liderança a frente de um movimento negro (Associação Araxá) que tem uma forte presença no desenvolvimento de projetos sociais que combatem o racismo.

Dandara é uma dessas mulheres que, segundo Correia (2017), são de suma importância para a luta e resistência negra, desempenhando trabalhos relevantes na luta contra o racismo e o sexismo e na afirmação da identidade de outras mulheres:

É preciso perceber a importância, não somente do papel da mulher enquanto liderança, mas enquanto agente de resistência e desconstrução de uma ordem machista calcada em valores militares e operacionalizado pela estrutura da violência, seja ela institucionalizada pelo aspecto psicológico, de gênero, racial, cultural e outros (Correia, 2017, p. 177).

Dandara praticamente nasceu no seio da militância. Seus pais sempre foram militantes na luta antirracista e na defesa da religião de origem africana. Dandara também exerce participação ativa na militância, tem uma estrutura familiar forte e comprometida com o movimento e a luta antirracista. Isso é fundamental para que ela seja a mulher forte e determinada que é. Correia (2017, p. 180) observa:

Um país em desenvolvimento como o Brasil com um passado escravista e colonização portuguesa e europeia de exploração, o papel da mulher é ainda muito mais inferiorizada e subjugada a uma importância menor, sendo que as relações sociais extremamente marcada pelo machismo vão fazer da mulher um ser frágil e de constante depreciação da ordem moral e social.

Todo esse histórico de exclusão, subjugo, inferiorização, provocou em algumas mulheres negras a sensação de que a luta era inútil e que as organizações de movimento não dariam conta de proteger as negras aviltadas pelo racismo. Assim, algumas mulheres negras ainda que apresentem um certo letramento racial se mantém distante da luta e das organizações de movimento.

Parece ser o caso de Carolina, que diferente de Dandara, aparentemente é uma dessas mulheres que ainda que saiba da importância do movimento e da luta, vê-se imersa em seu cotidiano e não conseguiu se desvencilhar dele para participar do movimento. Isso

demonstra um certo descrédito, a percepção de uma impotência diante do racismo.

Não se trata de uma fragilidade da mulher negra, até porque, conforme a fragilidade, nunca foi uma realidade para mulheres negras (Correia, 2017). Estas, diferentemente das brancas, nunca foram vistas ou tratadas como frágeis, sempre foram exploradas, inferiorizadas, subjugadas, violentadas de todas as formas, mas não tratadas como frágeis.

Gonzáles (1980, p. 225) diz que fomos “infantilizadas (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)”, e Ribeiro (2018, p. 19) lembra que “as mulheres negras vêm historicamente entendendo a necessidade de construir redes de solidariedade política em vez de se fixar numa narrativa imutável de não transcendência”.

De alguma forma Carolina, provavelmente por tantas experiências dolorosas pelas quais passou em função do racismo estrutural, foi perdendo a crença de que o comprometimento com as organizações de movimento negro, a capacidade da luta antirracista é fundamental para fortalecer as mulheres. Nesse sentido, “faz-se necessário destacar os avanços promovidos pela legislação antirracista no país” (Tolentino, 2023, p. 144). Foram avanços significativos, mas há momentos de recuos. Não podemos esquecer que as tensões da luta por inclusão são uma realidade, há sempre conflitos e enfrentamentos que tornam a luta permanente e sempre necessária:

Sempre um lugar de enfrentamento e de afrontamento, de embate entre forças dominantes e forças dominadas, e, portanto, não pode ser compreendida como o ponto inaugural de alguma coisa nem como uma continuidade, mas como efeito de deslocamentos, reposicionamentos ou inversões (Cunha, 2009, p. 2).

Mesmo que Carolina não esteja nesse momento participando de um movimento negro, ela acredita que as discussões a respeito da questão racial tanto em casa quanto no Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares contribuíram para a afirmação de sua identidade de mulher negra. Ela nos faz lembrar de Hall (2006), quando aponta que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um *eu* coerente. Ela entende que ao longo das mudanças ocorridas em sua vida certamente sua identidade também foi sendo moldada, mudada, influenciada. O aprendizado adquirido no cursinho foi uma das razões pelas quais sua identidade foi ganhando novos contornos e continua sendo reafirmada nas novas experiências que vai vivendo e com conhecimentos outros que ela vai construindo.

Ao finalizar essa análise de Carolina de Jesus, algumas vezes interseccionada pela

análise de Dandara, recorro a Gomes (2002), que brilhantemente descreve a construção da mulher negra. É preciso seguir olhando para frente, numa perspectiva de que, apesar de toda essa história de enfrentamentos que temos que fazer cotidianamente, inclusive contra o sexismo de nossos parceiros homens negros e às vezes dentro dos movimentos negros, ainda assim seguimos acreditando, esperançando e lutando incansavelmente para nos tornarmos negras.

Quando penso em identidade negra, sempre me reporto ao que a psicanalista Neusa Santos Souza sabiamente escreveu: “ser negro não é uma condição dada a priori. No Brasil, ser negro é tornar-se negro.” O tornar-se negro enquanto uma construção social e individual se materializa na concretude de sujeitos sociais, dotados de identidade, corporeidade e memória. Esses sujeitos, ao se relacionarem com o mundo, o fazem a partir de uma diferença que não é só cultural e histórica, mas está inscrita num corpo, na cor da pele, nos sinais diacríticos que, mesmo sendo transformados por meio de uma intensa miscigenação, continuam carregados de africanidade. Africanidade e brasilidade inscritas num corpo, muitas vezes, de maneira tensa e ambígua (Gomes, 2002, p. 42).

Pela análise efetuada, entendemos que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares é um espaço importante para a construção da identidade da mulher negra. Ainda que em algumas das nossas entrevistadas essa percepção esteja pouco presente, com base nos autores que utilizamos e na pesquisa efetuada, observamos que o acesso a um contexto formativo que concretiza o acesso à educação superior contribui para o questionamento dos estereótipos negativos e fortalece a construção positiva da identidade da mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo as considerações finais lembrando Sant'Anna (2004) quando fala que o movimento de mulheres negras precisa cumprir três tarefas primordiais. São elas: escrever sua própria história de vida, mencionar as obras de escritoras negras e recordar momentos de organização política das mulheres negras brasileiras.

Ao pesquisar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares com o recorte nas mulheres negras, ainda que num primeiro momento não tivesse pensado nessas tarefas, ao longo da pesquisa elas foram contempladas: fazendo as leituras e amarrando as ideias a partir das pesquisadoras negras com as quais reafirmava meu pensamento; pela inclusão das minhas experiências de vida e das experiências de vida das entrevistadas; mencionando as obras das escritoras negras que se tornaram minha base, meu alicerce, meu leme que não me permitiram caminhar sem rumo, sem direção.

Falar em organização política das mulheres negras no Brasil necessariamente passa pelas ideias de Lélia Gonzáles, que, apesar de inspirar-se nos movimentos negros que despontavam nos EUA, esteve atenta às especificidades das mulheres latino-americanas. Foi ela a primeira mulher negra a se dedicar aos estudos de raça e gênero no Brasil, desenvolvendo importante pesquisa e tendo uma grande militância na área. Ao trazer relatos de participação política em movimento de mulheres negras protagonizando a luta antirracista e por políticas públicas sempre em sonoridade com outras mulheres negras, entendo que cumpri a primeira e a terceira tarefas consideradas primordiais por Wania Sant'Anna (2004).

Ao analisar cuidadosamente as entrevistas realizadas articulando-as com a pesquisas e experiências de vidas de pesquisadoras negras que nos antecederam como Lélia Gonzáles, Neusa Santos e com renomadas pesquisadoras contemporâneas como Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Luana Tolentino, bell hooks, Nilma Gomes, entre outras grandes escritoras que têm se dedicado a pesquisar relações etnico-raciais, eu penso que a minha pesquisa pode tornar-se instrumento de avaliação da principal política pública da Secretaria de Educação do Município de Rondonópolis, que é o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares.

Quando trouxe relatos de alguns momentos de organização das mulheres negras como o Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia com mais de mil mulheres do Brasil, América Latina e Caribe debatendo pautas que nos são caras ou ainda, o Encontro de Mulheres Negras no Estado de Mato Grosso que vem se tornando uma referência para a organização de mulheres negras no Brasil, eu o fiz com o propósito de contribuir na luta antirracista e na afirmação da identidade da mulher negra, excluída, marginalizada, mas que busca uma força ancestral para resistir e, além de resistir, contruir ou encontrar brechas que nos permitam não só sobreviver como também, e sobretudo, propor políticas públicas que possam acolher, incluir e garantir direitos historicamente negados à população negra.

Experimentamos nos últimos seis anos nos governos Temer e Bolsonaro tempos difíceis de retrocesso e de desmonte das políticas públicas. Isso levou milhares e milhares de brasileiros à pobreza e à extrema pobreza. A população negra foi a mais vulnerabilizada. Pesquisas comprovam que são as mulheres negras as mais atingidas e violentadas em seus direitos, vivendo na base da pirâmide social, realidade que queremos e precisamos mudar.

Uma das razões que me levaram a pesquisar o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares foi mostrar a importância de políticas públicas propostas pelo movimento negro no sentido de contribuir para que a população negra, de forma especial as mulheres negras, possam sair do ciclo de violência a que foram submetidas, sendo a maior delas o racismo. Ele gera outras formas de violência, inclusive a violência da falta de acesso à universidade. As universidades brasileiras foram, e ainda são, territórios hostis aos corpos negros e durante muitos anos funcionaram como um reduto da branquitude. Mas o movimento negro está mudando essa realidade.

Feitas essas observações mais gerais, destaco os principais resultados da pesquisa. Na primeira categoria intitulada, **Expectativas em relação ao cursinho Zumbi dos Palmares e a construção das identidades**, foi possível entender que todas as entrevistadas são oriundas de escolas públicas. Algumas destacam que tiveram um ensino de qualidade nas escolas pelas quais passaram, mas as dificuldades ao chegarem no Ensino Médio não se resumiam aos

conteúdos escolares, pois tiveram que trabalhar. Conciliar trabalho e estudo nunca foi tarefa fácil, pois nem sempre conseguiam tempo suficiente para a realização das tarefas escolares, para estudos extraclasse. Algumas delas são filhas de pais analfabetos ou com pouca escolarização, portanto não tinham o acompanhamento necessário. Mesmo as que são filhas de pais escolarizados, também tiveram que conciliar o estudo com o trabalho. Nossas entrevistadas tinham ciência que concluíram o Ensino Médio com dificuldades, com conhecimentos que não foram aprendidos, gerando insegurança para a realização do Enem. Elas sabiam que estavam em desvantagem em relação a outros jovens que tiveram mais oportunidades. Por isso houve grandes expectativas em relação ao cursinho e de fato conforme foi possível ver nos relatos, o cursinho foi capaz de intervir positivamente na vida dessas mulheres, a tal ponto de quase todas elas passarem em mais de um vestibular ou obter boa pontuação no Enem o que lhes permitiu escolher entre mais de um curso.

Na segunda categoria, **O processo de formação profissional e a construção da identidade: a importância do Cursinho**, foi possível analisar através dos relatos das entrevistadas que para além de proporcionar condições de entrada na universidade o cursinho também contribuiu para o processo de formação profissional delas. Elas sabiam que tinham muitas dificuldades, algumas inclusive com a escrita, mas, ao superar essas dificuldades através do cursinho, ganharam segurança também em sua vida profissional e relataram que as contribuições do cursinho afetaram positivamente sua profissão até hoje.

Na terceira categoria, intitulada **O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares: efeitos que vão além da lógica individual**, verificamos que todas elas responderam que o cursinho é muito importante para promover o debate acerca das políticas com intuito de promover a população negra. Destaco o entendimento de Tereza de Benguela, que mostrou que a população negra precisa ter espaço e ser acolhida na escola. Destacou que a escolarização é um valor para a superação das desigualdades que afetam a população negra. Ela também destacou a importância da organização através do movimento que na visão dela possibilita aos negros e negras a consciência de pertencimento étnico-racial e também a consciência de classe. Ela mostrou muita clareza do papel político e social de cada homem e mulher negra vivendo em um país racista e segregador como o Brasil, destacando que o cursinho contribuiu nesse processo formativo. Com menor ou maior intensidade, percebeu-se, em todas as entrevistadas, a importância de reconhecer a luta coletiva, o movimento negro, como espaço importante de formação e o cursinho foi reconhecido como tendo contribuído nessa compreensão. Portanto, ele tem efeitos para além da lógica individual.

Na quinta e última categoria, **A contribuição do Cursinho Pré-vestibular Zumbi**

dos Palmares para a afirmação da identidade de mulher negra, reafirmei que a identidade da mulher negra não é essencial, nem natural, ela é uma construção histórica e cultural. Embora nas categorias anteriores a importância do cursinho já estava presente no processo de construção da identidade da mulher negra, nela ela foi salientada. Apenas uma entrevistada entendeu que o cursinho não foi importante. Mas ainda que não tenha reconhecido sua importância, segundo as autoras que utilizamos em nossa dissertação, todo processo formativo interfere no processo de constituição identitária. As demais foram unânimes em reconhecer sua importância, algumas apontando que se tratou de um processo de contribuição já que essa afirmação já ocorrera na família, outras dando um destaque maior ao cursinho. Ressalto, novamente, que a escola não foi mencionada como espaço de afirmação da identidade da mulher negra, o que reforça a necessidade de continuar lutando por uma educação antirracista e antissexista.

Por fim, trago uma questão que não estava prevista nos objetivos mas que é de suma importância na luta política. O Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares tem sido uma política pública que afetou positivamente a vidas das milhares de pessoas que por ele passaram, guardadas as devidas proporções, porque sabemos que, no decorrer dos últimos quatorze anos de sua existência, ele foi sendo moldado e influenciado pelo mantenedor, no caso a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, que foi dando-lhe uma nova roupagem. Segundo nossa entrevistada Tereza Bengala, é uma pena essa nova roupagem ou esse novo formato do cursinho, especialmente no que diz que respeito à seleção de professores sem considerar a especificidade do cursinho que atende negros e negras. A seleção de professores feita pela Prefeitura Municipal não considera o compromisso com a luta antirracista, nem tem a preocupação de incluir professores negros e negras.

É uma realidade que as condições reais dos movimentos sociais nem sempre permitem autonomia financeira. Apesar de toda boa vontade e esforço do movimento negro de propor e até criar a ação pedagógica, não tem de onde tirar recursos para manter cursinhos como o Zumbi dos Palmares. Neste sentido, parcerias com o poder público são necessárias, até inevitáveis. Mas a partir do momento em que parcerias são firmadas, perde-se a autonomia, o poder de decisão. As mudanças são realizadas conforme orientações do mantenedor, nem sempre considerando ou respeitando aquilo que de fato é significativo para o público atendido. Nossa pesquisa mostrou que é o que está acontecendo com o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares.

Compreendo o movimento feito pelo cursinho ao longo dos últimos quatorze anos, mas nós enquanto movimento negro temos a responsabilidade de discutir com a Prefeitura possibilidades outras de retomar os ideais iniciais desta iniciativa educativa. É tarefa do

movimentos negro local sensibilizar a equipe da Prefeitura no sentido de que ela entenda que o Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares tem especificidades que o diferencia de outros cursinhos e essas especificidades precisam ser levadas em consideração.

Concluo a dissertação afirmando que ela joga luz em uma política de inclusão que talvez necessite ser repensada no sentido de (re)articular os objetivos de trabalhar os conteúdos que possibilitem acessar a universidade, com o objetivo de fortalecer a luta antirracista e que influenciem, de forma mais direta, na construção da identidade de homens e mulheres negras que o frequentam. Talvez seja um momento ímpar para retornar ao seu início, ouvir o movimento negro e retomar as atividades extraclasse (com destaque para os domingos negros) tão bem conduzidas que promoviam o debate a cerca da negritude *em* e *com* o movimento negro.

Nos relatos, foi possível perceber que a ajuda financeira da Prefeitura Municipal, ao assumir o cursinho, foi bem vinda, mas é preciso entender que este tem que ser um trabalho diferenciado. A pesquisa mostrou a experiência positiva do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares quando de seu surgimento e uma certa descaracterização dele em relação à luta antirracista e da influência positiva na construção das identidades de negros e negras na atualidade. Ainda assim, pela pesquisa é possível afirmar que, mesmo no atual formato, este cursinho continua sendo uma política pública importante que possibilita aos/às jovens negros/as disputar o Enem com jovens que fizeram o Ensino Médio em melhores condições.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, M. V. Movimento da Mulher Negra: histórias, tendências e dilemas contemporâneas. **Portal Geledés**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman. **Cadernos Zygmunt Bauman**, 10(23), 2005.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). **Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994.
- CANDAU, V. M. Cotidiano escolar e cultura(s): encontros e desencontros. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CANDAU, V. M. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- CANDAU, V. M. **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação outra. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- CARNEIRO, S.; BORGES, R. da S. **Retrato do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, L. J. L. **Cursinho popular**: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras, PUC Campinas, 2011.
- CORREIA, S. dos S. A importância das mulheres do candomblé no desenvolvimento da Cachoeira-BA. **Revista do programa de pós-graduação em relações étnicas e contemporânea** - UESB, 3, v. 3, Bahia, 2017.
- COSTA, A.; MARTINS, C. H dos S.; SILVA, H. C. Necroeducação: reflexões sobre a morte

do negro no sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e 250043, 2020.

CUNHA, E. L. A emergência da cultura e da crítica cultural. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 1, 2009.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJ, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GESSER, R.; COSTA, C. L. J. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Revista Brasileira Psicodrama**, v. 26, n. 1, p. 18-30, 2018.

GOMES, N. L. **Movimento educador**: saberes construídos nas lutas emancipatórias. Petrópolis: Vozes, 2020.

GOMES, N. L. **Educação e identidade Negra**. Belo Horizonte: Alegria, 2002.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2017.

GONZÁLES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **IV Encontro Anual da Associação brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1980.

GONZÁLES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS: Rio de Janeiro, 1984.

GONZÁLEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como a prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins fontes. 2017.

hooks, b. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

hooks, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In*: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 147-148.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismos Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2012.

LIMA, V. F. de. **Políticas públicas afirmativas: cursinho pré-vestibular gratuito Zumbi dos Palmares no Município de Rondonópolis-MT**. 18 f. Rondonópolis: Trabalho de conclusão de curso (TCC). Universidade Federal de Rondonópolis / Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 132-137, jul./dez. 2001.

MUNANGA, K. **Superando o racismo**. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do Negro no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: TA

Queiroz, 1985.

PINHEIRO, L.; SOARES, V. Brasil: Retrato das desigualdades gênero raça. *In*: UNIFEM/IPEA. Disponível em: desigualdade de genero raça.pdf. Acesso: 2 abr. 2022.

RANGHETTI, D. S; GESSER, V. **Currículo escolar**: das concepções históricas - epistemológicas a sua materialização na prática dos contextos escolares. Curitiba: CRV, 2011.

RIBEIRO, D. **Revista Cult**, São Paulo, Bragantino, n. 247, 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Polem Livros, 2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras 2018.

SANT'ANNA, W. "História de vida e de organização política: mulheres negras na construção do conhecimento". Mulheres Negras formulando Políticas públicas de desenvolvimento. **Cadernos de Textos**, Brasília: Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2004.

SANTOS, B. S. **Acrítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, J. dos. **A luta e resistência de mulheres participantes do grupo Tez para a desconstrução da sociedade racista e sexista**. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2022.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração a inclusão - Parte I. **Revista Nacional de Reabilitação**, X, n. 57, jul./ago. 2007.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2021. p 73-102.

SILVA, T. T. **Alienígenas da sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCHI, S. L.; PAVAN, R. A presença do monstro e sujeitos maléficos no currículo: uma invenção das relações modernas /coloniais de poder. *In: 38 reuniões da ANPED*: UFMA: São Luiz, 2017.

THEODORO, M. L; SOARES, S; OSÓRIO, R.; JACCOUD, L. B. **As políticas públicas e a igualdade racial no Brasil**: 120 anos após abolição. Brasília: IPEA, 2008.

TOLENTINO, L. **Sobrevivendo ao racismo**: memórias, cartas e o cotidiano da discriminação no Brasil. Campinas: Papyrus/7 letras, 2023.

VIEIRA, B. D. M. Letramento racial: da emergência de uma formulação. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Edição especial, v. 21, p. 53-64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60366>. Acesso em: 5 fev. 2023.

WALSH, C. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. *In: CANDAU, V. (org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 64-75.